Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Sexta-feira, 21 de março de 2025
Ano CVII ● Número 29.820
ISSN 1980-9123

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

AFFONSO ROMANO DE SANT'ANNA

Poeta popularizou a leitura no Brasil com engajamento social. Por Paulo Alonso, **página 2**

ISENÇÃO DE ICMS DA CESTA BÁSICA

Atualmente, só feijão e arroz são isentos no Rio. Por Sidnei Domingues e Sérgio Braga, **página 4**

MASSACRE ISRAELENSE EM GAZA

Exército de Israel volta a atacar palestinos; cessar-fogo durou só 2 meses. Por Bayard Boiteux, **página 3**

CNC defende super-ricos e critica isenção de IR até 5 mil

A tributação sobre altas rendas, para viabilizar a redução do Imposto de Renda para quem ganha até R$ 7 mil por mês, atingirá apenas 0,13% dos contribuintes e apenas 0,06% da população. Esse grupo de pessoas paga somente 2,54% de alíquota efetiva média de Imposto de Renda porque a maior parte dos rendimentos é isenta. Enquanto isso, o trabalhador com carteira assinada tem, em média, 69,18% da renda tributada com alíquota de até 27,5% de Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

"Eu tenho certeza que mesmo a extrema direita não vai ter argumento para não aprovar essa medida. Não consigo enxergar alguém da extrema direita subir na tribuna [do Congresso] e justificar a cobrança de Imposto de Renda de quem ganha R$ 5 mil", afirmou o ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

Mas Haddad parece ter se enganado. Em nota, a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) manifestou preocupação sobre o projeto. "Como representante máxima do setor terciário, que emprega 70% da força de trabalho no Brasil, a CNC entende que é primordial garantir previsibilidade e segurança jurídica aos negócios. Mudanças tributárias expressivas devem ser debatidas amplamente com a sociedade e o empresariado para que decisões sejam tomadas com responsabilidade e transparência para o desenvolvimento sustentável da economia brasileira."

A CNC reconhece o mérito da ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda, mas "alerta" para os impactos negativos provenientes das contrapartidas previstas no projeto, especialmente em relação ao que chama de bitributação sobre lucros e dividendos.

A entidade dos donos de comércio fala ainda em "caráter inflacionário dessa medida", que "pode anular o ganho de poder aquisitivo esperado para a população, gerando uma pressão de preços que, na prática, anulará o benefício econômico proposto."

"Tem muita gente que tem renda que concorda com a justiça social. Não é porque a pessoa tem renda que ela vai deixar de votar num projeto justo. Você pode ter certeza, muita gente ali empresário, fazendeiro, vai votar a favor desse projeto porque sabe que ele é justo", defende Haddad.

Diretor-executivo da IFI, Marcus Pestana

Juros vão derrubar economia no segundo semestre, avisa IFI

Sinais já começarão a ser sentidos no próximo trimestre

O impacto das altas taxas de juros sobre o consumo e o investimento devem levar à desaceleração da economia, mesmo com o impulso da safra recorde no início do ano. A diminuição no ritmo de crescimento já deve começar a ser sentida no próximo trimestre. Essa avaliação está na edição de março do Relatório de Acompanhamento Fiscal, publicada nesta quinta-feira pela Instituição Fiscal Independente (IFI), responsável por análises sobre as contas públicas vinculada ao Senado.

De acordo com o relatório, embora já haja sinais claros dessa desaceleração, a economia brasileira continuará, por um tempo, operando acima do que economistas ortodoxos consideram a capacidade potencial do país. Depois, deve perder ritmo a partir do segundo trimestre do ano. A projeção da IFI para a variação do Produto Interno Bruto em 2025 foi mantida em 1,86%, mais pessimista que as projeções do Boletim Focus (2%) da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (2,3%).

O relatório, assinado pelo diretor-executivo da IFI, Marcus Pestana, e pelo diretor Alexandre Andrade, calcula que o Governo Central teve superávit primário de R$ 54,2 bilhões no primeiro bimestre de 2025, resultado melhor que o dos dois primeiros meses de 2024, quando foi registrado superávit de R$ 21,2 bilhões.

Essa melhora, de acordo com a instituição, é explicada pela elevação das receitas primárias, mas também pela queda na despesa primária, o que se deve, em parte, pelo fato de o ano ter iniciado sem a aprovação do Orçamento, que pode ser votado ainda na tarde desta quinta-feira. Além disso, em 2024 o governo pagou precatórios acumulados, o que não ocorreu em 2025.

Sul global tem papel decisivo na construção da nova ordem financeira internacional

A comunidade financeira do Sul Global deve trabalhar em conjunto para manter a estabilidade financeira mundial e defender uma nova ordem financeira internacional que seja mais justa, equitativa e inclusiva, conforme consenso divulgado nesta quinta-feira, em Pequim, no Fórum de Financiadores do Sul Global de 2025.

Organizado pela Agência de Notícias Xinhua, de 19 a 21 de março, o fórum contou com a presença de representantes de departamentos governamentais, instituições financeiras e especialistas de mais de 30 países e regiões.

Os participantes pediram que a comunidade financeira do Sul Global liberasse totalmente a vitalidade do mercado, identificasse áreas-chave para cooperação multilateral e criasse um ambiente favorável para comércio e investimento transfronteiriços, observou o Consenso de Pequim.

Esforços devem ser feitos para impulsionar a assistência mútua, aumentar o apoio financeiro para infraestrutura, segurança alimentar e saúde pública e reprimir atividades financeiras ilegais para salvaguardar os direitos e interesses dos consumidores financeiros.

A comunidade financeira do Sul Global também deve se unir para promover a transição verde da economia, desenvolver produtos financeiros verdes adequados às condições nacionais dos países em desenvolvimento e promover a atualização verde e de baixo carbono da economia.

Ao discursar nesta quinta-feira, o presidente da Xinhua, Fu Hua, disse que o Sul Global se tornou uma força crucial na transformação da ordem internacional. "A realização do fórum é uma prática inovadora na defesa da abertura e conectividade, alavancando a cooperação financeira para apoiar o desenvolvimento do Sul Global e promovendo reformas na governança global", disse Fu.

Brasil dá salto no ranking da felicidade no governo Lula

A Finlândia é o país mais feliz do mundo, pelo oitavo ano consecutivo, de acordo com o World Happiness Report 2025, relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) publicado nesta quinta-feira, Dia Internacional da Felicidade.

O índice de felicidade, relativo à média de 2022 a 2024, considera fatores como PIB per capita, bem-estar social, assistência médica e expectativa de vida, entre outros. Um total de 147 países ou regiões estão listados no relatório deste ano. Dinamarca, Islândia e Suécia ocupam as posições seguintes no topo do ranking.

O Brasil subiu pelo segundo ano seguido e agora ocupa o 36º lugar, um salto de oito posições em relação a 2023. Assim, fica apenas atrás do Uruguai na América do Sul e abre distância para a Argentina (42º). A análise leva em conta o período das eleições presidenciais e os dois primeiros anos do governo Lula. A melhor colocação foi a média de três anos em 2014, final do governo Dilma. A pior posição do Brasil foi o 49º, na edição de 2022, anos do governo Bolsonaro e de pandemia.

A Costa Rica é o país das Américas mais bem colocado (6º lugar). Os EUA registraram sua classificação mais baixa, ficando em 24º. Sua posição mais alta foi a 11ª em 2012, quando o relatório foi publicado pela primeira vez. O levantamento considera seis fatores essenciais: suporte social, nível de renda, saúde, liberdade, generosidade e baixa corrupção.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,6785
Dólar Turismo	R$ 5,8980
Euro	R$ 6,1646
Iuan	R$ 0,7830
Ouro (gr)	R$ 557,06

ÍNDICES

IGP-M	
	1,06% (fevereiro)
	0,27% (janeiro)
IPCA-E	
RJ (dezembro)	0,36%
SP (dezembro)	0,36%
Selic	13,25%
Hot Money	0,63%

Affonso Romano de Sant'Anna, poeta que popularizou a leitura

Por Paulo Alonso

Escritor, cronista, ensaísta e jornalista, Affonso Romano de Sant'Anna partiu aos 88 anos, depois de ter sido acometido pelo Mal de Alzheimer em 2017 e estar acamado há cinco anos, deixando sua obra como um legado precioso a todos os que o apreciavam. Ele teve papel fundamental na popularização da poesia e na modernização da Biblioteca Nacional, que presidiu na década de 90 por seis anos consecutivos.

Com uma produção literária extensa e influente, focou no engajamento social ao longo de sua carreira, tornando-se um dos nomes mais marcantes da literatura nacional. A obra *Que país é este?* virou um símbolo de mobilização popular. O intelectual, na realidade, fez tudo na vida para tornar a poesia popular e social. Era uma determinação na vida dele. Todos os livros tinham uma força ligada à sociedade brasileira; era um poeta da realidade brasileira. Um dos melhores, sem dúvida, do país.

Nascido em Belo Horizonte, Affonso começou a trabalhar ainda bem jovem para custear seus estudos. Formou-se em Letras Neolatinas pela UFMG, em 1961, e teve uma trajetória acadêmica sólida, lecionando em universidades brasileiras e estrangeiras.

Nos anos 1960, foi bolsista nos Estados Unidos, onde participou do International Writing Program, voltado para jovens escritores de todo o mundo. Ao longo da carreira, tornou-se um dos principais poetas e cronistas do país, escrevendo semanalmente no *Jornal do Brasil* por mais de três décadas. Também colaborou com *O Globo, Correio Braziliense* e *Estado de Minas* e participou de programas de TV, o que teve grande importância para a popularização da poesia no país.

Além da produção literária, Affonso teve papel crucial na política cultural do país. Como presidente da Fundação Biblioteca Nacional, entre 1990 e 1996, modernizou a instituição, criou o Sistema Nacional de Bibliotecas e implementou o Programa de Promoção da Leitura (Proler), um incentivo à leitura que mobilizou milhares de voluntários em todo o Brasil.

Também presidiu o Conselho do Centro Regional para o Fomento do Livro na América Latina e no Caribe, que fomenta o livro e a leitura na região.

Nas décadas de 1950 e 1960, participou de movimentos de vanguarda poética. Em 1965, lecionou na Universidade da Califórnia, em Los Angeles, e, em 1968, participou do Programa Internacional de Escritores da Universidade de Iowa, que reuniu 40 escritores de todo o mundo.

Em 1969, doutorou-se pela UFMG, defendendo uma tese que analisava a poética de Carlos Drummond de Andrade, sob o título *Drummond, um gauche no tempo*, em que traça o conceito de gauche ao longo da obra do poeta.

> Ele marcou a literatura do País com poesia e engajamento social

No início dos anos 70, montou um curso de pós-graduação em literatura brasileira na PUC-Rio. Foi diretor do Departamento de Letras e Artes da PUC-Rio de 1973 a 1976, realizando então a "Expoesia", uma série de encontros nacionais de literatura.

Ministrou cursos na Alemanha (Universidade de Colônia), nos Estados Unidos (Universidades do Texas e de Los Angeles), na Dinamarca (Universidade de Aarhus), em Portugal (Universidade Nova) e na França (Universidade de Aix-en-Provence).

Foi casado, desde 1973, com a também escritora Marina Colasanti, de quem se tornou viúvo em janeiro de 2025.

Convivi com Affonso Romano de Sant'Anna e, com ele, conversávamos naturalmente sobre poesia e os poetas brasileiros e portugueses. Era uma pessoa afável, criativa, bem-humorada e que via poesia em tudo o que estava ao seu redor. Com Marina, sua grande incentivadora, trocava textos e discutia literatura. Os dois formavam um casal espetacular: grandes intelectuais, generosos e simples, que exalavam simpatia e cordialidade, além de talento, brilho e muita sensibilidade. Eram inspiradores.

Morávamos na mesma Rua Nascimento e Silva, que serviu de fonte de inspiração para Tom Jobim; o casal no início da via, nas imediações da Alberto de Campos, e eu, na esquina com a Garcia D'Ávila. A então Faculdade da Cidade ficava ali do lado, e ele ia até lá ministrar cursos, proferir palestras e ainda lançar seus livros, alguns dos quais tenho autografados, com generosas palavras de estímulo e apreço. Aliás, coube a Affonso, para minha honra, escrever o prefácio do primeiro livro que lancei, *Educação e Cultura, ensaios e artigos*.

Parte o grande Affonso e vai ao encontro da saudosa e primorosa Marina, menos de 40 dias após sua partida. Ambos, agora, estão novamente juntos e foram encontrar amigos queridos, como Clarice Lispector, Rubem Braga e outro casal admirável e notável: Jorge Amado e Zélia Gattai. Todos, certamente, devem estar felizes, fazendo poesias e prosas, inspirados na vida em outra dimensão.

Paulo Alonso, jornalista, é reitor da Universidade Santa Úrsula.

A Nova Era da Riqueza: redefinindo o mercado financeiro

Por Eron Falbo

O cenário da riqueza global está passando por transformações significativas. E uma das principais é a transferência de riqueza para as novas gerações. Dados do relatório "Navigating the Future of Wealth 2024", publicado pela Multipolitan ao final do ano passado, mostram que até 2045, cerca de US$ 84 trilhões serão transferidos dos Baby Boomers para Millennials e Geração X. Esse movimento representa uma das maiores transições de riqueza da história e já influencia as estratégias de gestão patrimonial.

Os novos herdeiros da riqueza global estão mais conectados digitalmente, valorizam investimentos sustentáveis e buscam diversificação internacional. Segundo o Morgan Stanley, 95% dos Millennials demonstram interesse em investimentos sustentáveis, enquanto o mercado de energia renovável atingiu um recorde de US$ 333 bilhões em 2023. Além disso, o crescimento das Fintechs especializadas em ESG e a regulamentação mais rígida dos investimentos sustentáveis têm impulsionado esse mercado, garantindo mais transparência e eficiência na alocação de capital.

A inteligência artificial (IA) e o blockchain estão transformando o mercado financeiro. Hedge funds e gestores de ativos utilizam modelos preditivos para otimização de portfólios e análise de riscos. A tokenização de ativos físicos, como imóveis e obras de arte, está desbloqueando liquidez em mercados tradicionalmente ilíquidos. Segundo a Deloitte, a tokenização pode liberar US$ 1,4 trilhão em ativos imobiliários até 2025.

Mas impacto da IA no mercado financeiro vai além da otimização de portfólios. Plataformas de robôs-advisors estão democratizando o acesso à gestão de patrimônio, reduzindo custos e permitindo que mais investidores aproveitem as vantagens de uma estratégia automatizada e altamente personalizada.

O aumento da digitalização também coloca a cibersegurança como prioridade. O mercado global de crimes cibernéticos deve atingir US$ 10,5 trilhões até 2025, tornando fundamental o uso de criptografia avançada, autenticação multifator e monitoramento contínuo de sistemas financeiros. Grandes instituições financeiras já estão investindo pesadamente em soluções de cibersegurança baseadas em IA para prevenir fraudes e ataques digitais.

A globalização da riqueza também está impulsionando uma nova dinâmica de mobilidade financeira. O mercado de migração de investimentos ultrapassa os US$ 21 bilhões anuais, com programas de cidadania e residência por investimento em alta. Os EUA, Reino Unido e França enfrentam aumento de impostos sobre grandes fortunas, levando investidores a explorarem opções como Dubai, Singapura e Malta.

> Governança, transparência e segurança digital devem moldar cenário

A ascensão do Sul Global é outro fator relevante. Investidores de regiões como África e América Latina buscam segurança e acesso a mercados financeiros mais estáveis. Em paralelo, a digitalização financeira abre caminho para cidadanias digitais e "network states", conceito promovido por visionários como Balaji Srinivasan, ex-CTO da Coinbase.

Na busca por diversificação, os ativos alternativos ganham força. Curiosamente, temos o crescimento do mercado de whisky premium, com a Ásia liderando a demanda. A arte asiática também apresenta um potencial significativo, com leilões recordes para obras indianas e chinesas. Já no setor automotivo, carros clássicos de pós-guerra estão se consolidando como uma classe de investimento, com retorno médio superior a alguns índices de mercado. O valor de um Mercedes-Benz 300SE Cabriolet, por exemplo, dobrou nos últimos 10 anos.

A riqueza global está em constante movimento, impulsionada por forças tecnológicas, demográficas e políticas. Os investidores que compreenderem essas tendências e adaptarem suas estratégias de gestão patrimonial estarão mais preparados para capturar oportunidades e mitigar riscos. Seja por meio de investimentos sustentáveis, tokenização de ativos, proteção digital ou diversificação geográfica, o futuro da gestão de riqueza exige uma abordagem inovadora e globalizada.

Mais do que nunca, a interseção entre tecnologia, sustentabilidade e mobilidade financeira determinará o sucesso dos investidores na próxima década. A ascensão das fintechs e da IA promete democratizar o acesso a ferramentas sofisticadas de gestão patrimonial, enquanto novas classes de ativos, como investimentos alternativos e tokenização, expandem o leque de oportunidades.

A crescente preocupação com governança, transparência e segurança digital deve moldar o cenário regulatório global, influenciando as decisões dos grandes investidores e gestores de patrimônio. A capacidade de navegar por este ambiente em transformação, antecipar tendências e adotar uma abordagem estratégica e inovadora será essencial para garantir o crescimento e a preservação da riqueza no longo prazo.

Eron Falbo é responsável pelas operações da Multipolitan no Brasil.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à
ANJ Associação Nacional de Jornais

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

As matérias assinadas são de responsabilidade dos autores e não refletem necessariamente a opinião deste jornal.

Acesse nossas edições impressas

ASSOCIAÇÃO DOS EMBAIXADORES DE TURISMO DO RIO DE JANEIRO
AMIGO DO RIO
www.embaixadoresdorio.com.br

NOVOS TEMPOS

Bayard Do Coutto Boiteux
professorbayardturismo@gmail.com

Massacre israelense

O governo israelense voltou a bombardear a Faixa de Gaza. A extrema direita local aprova. Familiares dos reféns protestam nas ruas. Foram mais de 400 mortos.

Prêmio Yedda Maria Teixeira

A Associação dos Embaixadores de Turismo divulgou os agraciados de 2025. Entre eles estão Bruno BR Bogossian (Arte), Orlanda Freire (Anfitriã do ano), Nísia Trindade (Personalidade), Martina Farmbauer (Imprensa), Matheus Oliveira (Saúde), Fanfarra do Tropik (Evento), Ana Cristina Carvalho (Comércio exterior), Joana Teixeira (Homenagem especial), Rosi Silva (Gestão), Gabriel David (Criatividade) e Ruben Arguelles (Amor pelo Rio).

Nova modalidade

No lugar da lista de presentes, os convidados para o aniversário de Fernando Tostes foram solicitados a ajudar o projeto Uerê, de sua esposa, Yvonne Bezerra de Mello. Parabéns pela ação solidária.

Motos nas passarelas

Várias passarelas na cidade do Rio estão sendo utilizadas por motos, sem nenhuma fiscalização. É um perigo para os transeuntes.

Alô, Niterói

Em plena alta estação, o Caminho Niemeyer estava, no último domingo, abandonado, com todas as três atrações construídas pelo famoso arquiteto fechadas e sem ninguém para dar nenhuma informação. Um grupo de quatro turistas franceses, totalmente perdidos, se limitava a fotografar.

INSS

Nenhum aposentado aguenta mais a falta de informação sobre a possível antecipação do 13º em 2025. São tantas notícias divulgadas nas redes que precisam ser esclarecidas. Alô, ministro Luppi!

Cooperativas proibidas

O Comando Vermelho restringiu o Uber e 99 em algumas comunidades. O tráfico criou a sua própria cooperativa. E assim caminha o Rio…

Fato ou fake

Excelentes os monitoramentos que estão sendo feitos por alguns canais de televisão, nomeadamente a Globo, elucidando sobre fake news divulgadas nas redes.

Frase da semana

"Sou como sou. Vivo para ser feliz. Não tenho medo de desagradar. A idade me deu força para falar e criticar. Quero apenas viver sem culpa de não ter vivido." – *Bayard do Coutto Boiteux*

Consumidor pode resolver problemas com bancos até o final deste mês

O consumidor tem até 31 de março para negociar suas dívidas bancárias em atraso pelo Mutirão de Negociação e Orientação Financeira. A ação é realizada desde 2022 pela Federação Brasileira de Bancos (Febraban) e bancos associados em parceria com o Banco Central, a Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) e os Procons.

Podem ser negociadas dívidas no cartão de crédito, cheque especial, crédito consignado e demais modalidades de crédito contraídas de bancos e instituições financeiras, que estejam em atraso e não tenham bens dados em garantia nem dívidas prescritas. Os bancos participantes oferecem parcelamento, descontos no valor da dívida ou ainda taxas de juros reduzidas para refinanciamento, conforme sua política de crédito.

Mais de 160 instituições participam da ação, além de parceiros, ampliando o alcance das negociações e das ações de educação financeira, que são o foco do Mutirão, auxiliando os devedores a se preparar para a negociação de dívidas e a construir hábitos financeiros mais saudáveis.

A Serasa é um dos parceiros, e no mesmo período promove o seu Feirão Serasa Limpa Nome, por meio do qual o consumidor tem a oportunidade de quitar dívidas não bancárias em atraso, e com descontos, contraídas de empresas de varejo, telecomunicações, concessionárias de energia, saneamento, universidade e financeiras.

Os Procons que aderiram ao Mutirão farão atendimentos presenciais para dar apoio às pessoas que encontrarem dificuldades para negociar diretamente nos canais digitais. O apoio se estende às pessoas superendividadas.

A relação das instituições participantes, assim como os canais oferecidos pelos bancos para a negociação das dívidas, pode ser consulta no portal de educação financeira Meu Bolso em Dia Febraban (https://meubolsoemdia.com.br/Materias/mutirao-da-negociacao).

Passo a Passo para Negociar · Acesse o Registrato, do Banco Central (https://www.bcb.gov.br/meubc/registrato). Ali, é possível consultar gratuitamente empréstimos e financiamentos no nome do consumidor e outras informações sobre o seu relacionamento com as instituições financeiras, como conta corrente, investimentos e chaves Pix, por exemplo.

· Entre em contato com o banco ou financeira credora usando os canais oficiais disponibilizados pela instituição e informe que deseja renegociar pelo Mutirão da Febraban. Informe a dívida que deseja quitar e pergunte quais são as condições (descontos e prazos) oferecidas. Se concordar com o que foi proposto, peça para assinar o acordo de negociação. A negociação também pode ser feita pelo portal ConsumidorGovBr, lembrando que é preciso ter sua conta Prata ou Ouro.

Dívidas não bancárias contraídas de empresas de varejo, telecomunicações, concessionárias de energia, saneamento, universidade e financeiras podem ser negociadas presencialmente, do dia 18 de março até 22 de março, na tenda do Feirão Serasa Limpa Nome, no Vale do Anhangabaú (SP). As ofertas do Feirão Serasa Limpa Nome também estão disponíveis nos canais digitais da Serasa, como site e aplicativo.

Outra possibilidade é negociar as dívidas atrasadas nas agências dos correios participantes. Basta escolher a agência mais próxima e, no balcão de atendimento, perguntar pelo Serasa Limpa Nome. Leve o seu CPF e um documento original com foto. Confira os endereços das agências participantes aqui (https://www.serasa.com.br/limpa-nome-online/correios/).

Feira da Politécnica-UFRJ terá participação de grandes empresas

As aplicações da inteligência artificial na educação e no mercado de trabalho serão o fio condutor da 6ª edição da Feira de Carreira da Politécnica-UFRJ que acontece nos dias 25, 26 e 27 de março, no hall do bloco A do Centro de Tecnologia da UFRJ, no Rio de Janeiro,e também online, através da plataforma Zoom.

Mais de 4 mil vagas de estágio, trainee e emprego serão oferecidas por grandes empresas como Transpetro, Globo, EY, Grupo Visagio, Embraer, Sebrae e Ambev, para citar algumas. "Os estudantes universitários da Escola Politécnica da UFRJ já podem se preparar para o maior evento de recrutamento de instituições de ensino do Brasil. Palestras, workshops, sessões de mentoria e de bate-papo para networking também estão na pauta do evento", avisa a instituição.

"Os participantes terão a chance de entender melhor como a IA pode ser utilizada de forma prática em diversas funções, como na tomada de decisões, gestão de recursos humanos, atendimento ao cliente, diagnósticos médicos, transporte, e até em assistentes virtuais, além de serviços conhecidos, como o Google e o ChatGPT", destaca Alice Ferruccio, diretora-adjunta de Carreira e Empreendedorismo da Politécnica-UFRJ e coordenadora do evento.

Ela acrescenta que essas tecnologias têm ganhado destaque, sendo aplicadas em setores diversos, ajudando a otimizar processos e a melhorar resultados. "É uma oportunidade para os estudantes do Centro de Tecnologia e de outras unidades da UFRJ de interagirem, entrarem em contato direto com dezenas de grandes empresas; gerarem networking e debaterem sobre a realidade do mercado e as possibilidades existentes para futuros profissionais da engenharia e demais áreas. Reforçamos o convite para que todos compareçam e aproveitem este que será o maior evento de carreiras da UFRJ", convida Alice Ferruccio. Link de inscrição: https://www.even3.com.br/feira-de-carreira-da-politecnica-ufrj-535230

TIJOÁ PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.
("Cia.")
CNPJ nº: 14.522.198/0001-88 - NIRE 35.300.414.063
Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária
Convidamos os Srs. acionistas para a AGE da Cia., que se realizará, de forma exclusivamente digital, no dia 31/03/25 às 14h, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: destituição e eleição de membros do Conselho de Administração da Cia.. Os documentos pertinentes à matéria a ser debatida na AGE ora convocada se encontram à disposição dos acionistas na sede da Cia., na forma do artigo 135, §3º, da Lei nº 6.404/76. Conforme facultado pelo artigo 124, §2º-A, da Lei nº 6.404/76, para melhor conveniência dos acionistas, a Cia. realizará a AGE de forma exclusivamente digital, por videoconferência. A Cia. enviará um link via e-mail aos acionistas, para que possam acessar o sistema da videoconferência por meio de qualquer aparelho com acesso à internet. Caso qualquer acionista se faça representar na AGE por procuração, deverão ser observados os termos do artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/76. SP, 21/03/25. Mariana de Mello Vaz Albuquerque - Presidente do Conselho de Administração.

GL Distribuição de Produtos para Saúde Ltda.
CNPJ: 19.061.976/0001-00 - NIRE: 3530061075-0
Extrato da Ata da Assembleia Geral de Transformação
Data, Hora e Local: Em 01/02/2023 às 10h, na Rua Monteiro Lobato, 28/30, Sala 03, Bairro Cerâmica, São Caetano do Sul/SP, CEP 09530-090**. Presença:** Presentes acionistas representando 100% do capital social. **Ordem do Dia:** (i) Transformação da sociedade **de** limitada unipessoal **para** sociedade por ações de capital fechado, nos termos da Lei nº 6.404/76; (ii) Conversão das quotas sociais em 70.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conferindo aos acionistas o direito de um voto por ação; (iii) Aprovação do Estatuto Social, consolidando as novas regras de governança, administração e distribuição de lucros; (iv) Definição dos acionistas e percentual de participação, conforme registros no Livro de Ações Nominativas; (v) Eleição da nova administração: Diretor Administrativo e Financeiro: Marcos Antonio de Toledo, com mandato de até 3 anos; Deliberação sobre normas para alienação e transferência de ações e disposições sobre o exercício de direito de preferência; Estabelecimento das diretrizes para o exercício social e demonstrações financeiras, incluindo regras de distribuição de lucros e reserva legal. **Encerramento:** Formalidades Legais, assinada pelos acionistas e arquivada na **JUCESP sob nº 99.147/23-3 e NIRE 3530061075-0** em 09/03/2023. São Caetano do Sul/SP, 01/02/2023. Marcos Antonio de Toledo - **Presidente da Mesa.** Jorge Luiz da Rocha - **Secretário da Mesa.** Marcos Antonio de Toledo - **Diretor Administrativo e Financeiro. Dr. Marcos Simony Zwarg** - **OAB 161.773.**

Assine o jornal
Monitor Mercantil
(21) 3849-6444

BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ Nº 15.138.043/0001-05 - NIRE 3330016289.5
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
A Brasilcap Capitalização S.A. ("Companhia") convoca seus acionistas a comparecer à assembleia geral ordinária e extraordinária ("AGOE") a ser realizada exclusivamente por meio digital, nos termos do artigo 124, § 2º-A, da Lei nº 6.404/76 e da Instrução Normativa DREI nº 81/2020, por meio da plataforma Microsoft Teams, no dia 31/03/2025, às 11h, em primeira convocação, a fim de discutirem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **I - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, o balanço patrimonial, apreciar o relatório da administração, o relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras, os pareceres dos atuários independentes e do Conselho Fiscal e o resumo do relatório do Comitê de Auditoria, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024. 2) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício 2024: ratificar as deliberações do Conselho de Administração. 3) Fixar a remuneração global dos administradores e delegar ao Conselho de Administração a fixação da remuneração dos membros da Diretoria. 4) Eleger os membros do Conselho Fiscal – mandato 2025/2026. 5) Fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal. 6) Tomar conhecimento de renúncia e eleger os membros do Conselho de Administração. **II - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** 1) Deliberar sobre o pagamento de participação dos Diretores e empregados nos lucros da Companhia: ratificar as deliberações do Conselho de Administração. 2) Deliberar sobre alteração do Estatuto Social da Companhia. 3) Assuntos de Ordem Geral. Os acionistas que desejem participar da referida AGOE, pessoalmente ou por meio de procuradores, devidamente constituídos nos termos do §1° do art. 126 da Lei nº 6.404/76, deverão encaminhar a seguinte documentação para o e-mail societario@brasilcap.com.br, até 09h do dia 26/03/2025: *(i)* no caso de acionista pessoa física - documento de identidade válido com foto, ou, caso aplicável, documento de identidade de seu procurador e a respectiva procuração; *(ii)* no caso de acionista pessoa jurídica - documento de identidade válido com foto do representante legal e documentos comprobatórios de representação, incluindo o instrumento de mandato e cópia dos atos constitutivos e da ata de eleição do respectivo administrador. Após a conferência da referida documentação, a Companhia encaminhará, via e-mail, as instruções de acesso para participação nessa AGOE. A Companhia ressalta que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à AGOE, uma vez que ela será realizada exclusivamente de modo digital. Rio de Janeiro, 19 de março de 2025. ANDRÉ GUSTAVO BORBA ASSUMPÇÃO HAUI - Presidente do Conselho de Administração.

DECISÕES ECONÔMICAS

Sidnei Domingues Sérgio Braga

sergiocpb@gmail.com

Deputado Rosenverg Reis

Alerj discute isenção de ICMS para cesta básica

O deputado Rosenverg Reis (MDB) quer urgência para a votação, na Alerj, do projeto de lei de sua autoria, que isenta de ICMS todos os produtos da cesta básica. Atualmente, no estado, apenas o arroz e o feijão são isentos da cobrança. Os demais itens considerados essenciais têm alíquota de 7%. "Tudo está caro nesse Brasil. O café está caro, o arroz está caro, o feijão está caro, o ovo, então, nem se fala, o ovo está a preço de picanha", disse Rosenverg Reis.

Botão do pânico

As empresas de ônibus do transporte intermunicipal de passageiros no estado do Rio poderão ser obrigadas a instalar um sistema de vigilância eletrônica silenciosa, por meio de um botão de pânico. É o que prevê o projeto de lei do deputado Renan Jordy (PL), em tramitação na Alerj. Segundo ele, a finalidade do botão é indicar quando o veículo estiver sob grave ameaça, coação ou algum tipo de ação violenta que exija intervenção policial.

Deputado Val Ceasa e Doutor Julinho

Turismo em Paty do Alferes

O prefeito de Paty do Alferes, Doutor Julinho, conhecido como prefeito Juju, visitou a Alerj esta semana e foi ciceroneado pelo deputado Val Ceasa. Juju pediu ajuda ao deputado para conseguir, junto ao Governo do Estado, melhorias para a sua cidade, que tem 35 mil habitantes. Juju quer desenvolver mais o turismo local e melhorar a rodovia de acesso à cidade. Val ficou de marcar uma audiência do prefeito com o governador Cláudio Castro para discutirem a questão.

CPI

Apenas duas empresas, Petrobras e Refit, devem em impostos ao Estado do Rio o equivalente ao que foi arrecadado com a venda da Cedae, que gerou mais de R$ 20 bilhões. A conclusão é do deputado Rodrigo Amorim (União), que cobra a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Alerj para discutir a questão. Segundo ele, o governo tem que cobrar essa dívida da forma correta, o que permitirá o saneamento das finanças do estado.

Cãozinho pode

Tramita na Alerj um projeto de lei, de autoria do deputado Rodrigo Amorim (União), que impede condomínios de proibirem a criação e a guarda de animais de pequeno porte.

Inadimplentes do Sudeste sanaram 6 em cada 10 dívidas negativadas

O número de famílias brasileiras inadimplentes e endividadas voltou a crescer em fevereiro. Segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), a porcentagem de famílias com contas em aberto de cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, cheque pré-datado e prestações de carro e casa ficou em 76,4%.

Um dos fatores que pode ter colaborado para a piora no cenário da economia familiar neste período, pode ser o aumento das taxas de juros e também da inflação, que reduziu o poder compra do brasileiro. A pesquisa, contudo, trouxe também um dado positivo. O total de endividados em comparação com fevereiro de 2024 é menor, já que neste período o índice ficou em 77,9%.

A Peic captou também que parte desse endividamento foi realizado com o objetivo de quitar outras dívidas, ou ainda, renegociar as existentes. Dessa forma, essa nova dívida possui um prazo menor para a quitação e ainda juros mais altos do que as dívidas anteriores. Os dados indicam que o perfil deste endividado é aquele que ficou sem recursos para pagar seus compromissos.

Para o CEO da iCred, Túlio Matos, a inadimplência de grande parte da população impactam a economia como um todo.

"O endividamento afeta principalmente o setor de comércio e serviços, que percebe uma redução nas vendas e contratações, e consequentemente, acaba promovendo cortes", alerta.

Para ele, o problema pode piorar porque existem outros fatores que contribuem para este cenário, além das previsões da economia apontarem para a manutenção da alta da inflação e da taxa de juros, a falta de educação financeira da população agrava ainda mais a situação.

Diante da necessidade de mais recursos, muitas famílias recorrem a empréstimos. Mas Túlio alerta que os empréstimos só devem ser considerados se observados alguns requisitos. "O crédito deve ter um papel de colaborar na solução do endividamento, para a pessoa se organizar financeiramente e planejar melhor o futuro", afirma.

Já o Indicador de Recuperação de Crédito da Serasa Experian revelou que, do total de dívidas dos consumidores negativadas em outubro no Sudeste do país, seis em cada dez (60,5%) foram renegociadas ou pagas em até 60 dias do mês de referência, ou seja, até dezembro.

Os dados também mostraram que o Rio de Janeiro apresentou a melhor performance da região (67,7%), apesar da queda de -4,7 pontos percentuais em relação ao mesmo período de 2023. Já o estado de São Paulo teve o menor índice (55,3%), o que representou retração de 15,1 pontos percentuais em relação a outubro de 2023.

No cenário nacional, dados do indicador revelaram que 57,9% das dívidas negativadas em outubro de 2024 foram pagas ou renegociadas pelos consumidores inadimplentes em até 60 dias da negativação, ou seja, até dezembro. Quando analisados os valores das dívidas, os compromissos acima de R$ 10 mil apresentaram a maior taxa de pagamentos no período (70,6%).

"A queda de 3,5 pontos percentuais em relação a setembro na recuperação das dívidas reforça a dificuldade das pessoas em acertar suas contas diante do contexto de alta taxa de juros e aceleração da inflação, o que impacta diretamente a capacidade financeira das famílias, tornando a recuperação de crédito um desafio", afirma a economista da Serasa Experian, Camila Abdelmalack.

Na análise setorial, o segmento de utilities (que engloba contas de consumo como água, luz e gás) foi o mais priorizado pelos consumidores na hora de quitar seus débitos (68,0%). Por outro lado, as securitizadoras, empresas que compram carteiras de dívidas para posterior cobrança, tiveram a menor taxa de recuperação, com 2,6% das dívidas pagas.

Entre as regiões do país, a Sudeste e a Sul registraram os melhores índices de pagamentos, com 60,6% e 60,5% das dívidas de outubro sendo regularizadas em até 60 dias, respectivamente. Na sequência vieram o Nordeste (59,2%) e o Norte (48,8%). O Centro-Oeste teve o menor índice de recuperação (47,1%).

Abras aponta queda de 4,25% no consumo em fevereiro

O consumo nos lares brasileiros, medido pela Associação Brasileira de Supermercados (Abras), caiu 4,25% em fevereiro deste ano na comparação com o mês anterior. Em relação a fevereiro do ano passado, porém, houve aumento de 2,25%.

No acumulado do primeiro bimestre, a alta é de 2,24%. O resultado abrange os formatos de loja atacarejo, supermercado convencional, loja de vizinhança, hipermercado, minimercado e e-commerce. Todos os indicadores são deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Segundo a Abras, o desempenho de fevereiro foi influenciado pelo fato de que, nos dois primeiros meses do ano, o orçamento das famílias é pressionado por despesas obrigatórias, como reajustes das mensalidades escolares, transporte e tributos.

"Assim, há priorização de gastos fixos, com consequente redução do consumo de outros itens no período", diz a Abras. Além desses fatores, o mês mais curto e a realização do carnaval em março também influenciaram o desempenho mensal.

O vice-presidente da Abras, Marcio Milan, afirmou ainda que os programas de transferência de renda direta, o reajuste do salário mínimo, os pagamentos do PIS/Pasep e do lote residual do Imposto de Renda, as requisições de pequeno valor (RPVs) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), contribuíram para o resultado.

"Com esses recursos extras e a continuidade das políticas de transferência de renda, projetamos um desempenho mais favorável para o consumo até o fechamento do primeiro trimestre. A pressão inflacionária sobre os alimentos persiste, mas esses estímulos devem contribuir para sustentar o poder de compra das famílias", acrescentou Milan.

De acordo com a Abras, o valor da cesta de 35 produtos de largo consumo (alimentos, bebidas, carnes, produtos de limpeza, itens de higiene e beleza) aumentou 0,73%, passando de R$ 800,75 para R$ 806,61 na média nacional. O destaque do mês foi a elevação expressiva nos preços dos ovos (+15,39%), observado desde a segunda quinzena de janeiro, fazendo com que o produto fosse o item com maior variação de janeiro para fevereiro. As maiores altas ocorreram na Região Sul (+23,24%), seguida do Centro-Oeste (+20,76%), Norte (+18,38%), Nordeste (+16,67%) e Sudeste (+15,12%). Em seguida aparece o café torrado e moído (+10,77%) que manteve a tendência de alta. No acumulado do ano, o avanço supera +20,25%, e em 12 meses atinge +66,19%.

Assine o jornal

Monitor Mercantil

(21) 3849-6444

WILSON SONS S.A.
CNPJ nº 33.130.691/0001-05
Companhia Aberta
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SER REALIZADA EM 22 DE ABRIL DE 2025

O Conselho de Administração da **WILSON SONS S.A.**, sociedade por ações com sede na Praia de Botafogo, 186, 4º andar, Botafogo, Rio de Janeiro – RJ, CEP 22250-145, inscrita no CNPJ sob o nº 33.130.691/0001-05 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.3.00337431, registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") como companhia aberta categoria "A", sob o código nº 26247 ("Wilson Sons" ou "Companhia"), nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."), e da Resolução CVM nº 81, de 22 de março de 2022, conforme alterada ("Resolução CVM 81/22"), convoca seus acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE" ou "Assembleia Geral"), a ser realizada no dia 22 de abril de 2025, às 09h00 (horário de Brasília), de forma presencial, na sede da Companhia, para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária (AGO):** 1. Tomada de contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; 2. Destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, conforme Proposta da Administração datada de 19 de março de 2025, incluindo a distribuição de dividendos; e 3. Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia para cumprimento de novo mandato. **Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE):** 1. Fixação da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício de 2025; 2. Aumento do capital social da Companhia; e 3. Alteração do art. 5º do Estatuto Social, bem como sua consolidação. Os documentos requeridos pela legislação e regulamentação aplicáveis, inclusive aqueles previstos na Resolução CVM nº 81/2022 ("RCVM 81/22"), contendo orientações aos acionistas e o detalhamento da matéria constante da ordem do dia, encontram-se disponíveis nos seguintes endereços e websites: a) na Praia de Botafogo, 186 - 4° andar, Botafogo Rio de Janeiro - RJ, Cep 22250-145, local que será realizada a Assembleia Geral; b) na CVM, na Rua Cincinato Braga, 340, 2º andar, São Paulo - SP, na Rua Sete de Setembro, 111, 2º andar, "Centro de Consultas", Rio de Janeiro - RJ, e no website www.gov.br/cvm; e c) nos websites da Companhia (www.wilsonsons.com.br/ri) e da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). É também facultado ao acionista exercer seu direito de voto por meio do Boletim de Voto a Distância ("Boletim"). Para isso, o acionista deverá transmitir instruções de preenchimento, até o dia 18 de abril de 2025 (inclusive), enviando o respectivo boletim de voto a distância: 1) à instituição financeira contratada pela Companhia para prestação dos serviços de escrituração de valores mobiliários; 2) aos custodiantes prestadores desse serviço, no caso dos acionistas titulares de ações depositadas em depositário central; ou 3) diretamente à Companhia. Para informações adicionais, pedimos observar as regras previstas na RCVM 81/22 e os procedimentos descritos no Boletim de Voto a Distância disponibilizado pela Companhia. A assembleia será realizada de modo presencial, e em conformidade com as instruções detalhadas na Proposta da Administração para a assembleia divulgada pela Companhia ("Proposta da Administração"). O acionista que desejar fazer-se representar na referida Assembleia Geral deverá atender aos preceitos do artigo 126 da Lei das Sociedades por Ações, exibindo no ato ou depositando, preferencialmente, até 72 (setenta e duas) horas do início da reunião, os comprovantes de titularidade das ações expedidos por instituição financeira depositária e procuração, com poderes especiais, na área de Secretaria do Conselho da Companhia, na Praia de Botafogo, 186 - 4° andar, Botafogo Rio de Janeiro - RJ, Cep 22250-145, local onde será realizada a Assembleia Geral. Os seguintes documentos serão exigidos dos acionistas para habilitação e participação e/ou voto na AGOE: (a) **se pessoa natural**, cópia do documento de identificação, reconhecido legalmente como tal, com foto recente e validade nacional, dentro do prazo de validade, caso aplicável, ou, no caso de ser representado por procurador, cópia do instrumento de mandato firmado com menos de 1 (um) ano, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do procurador; ou (b) **se pessoa jurídica**, (i) atos constitutivos atualizados do acionista e do ato que investe o(s) representante(s) de poderes bastantes para representação no âmbito da AGOE, devidamente registrados nos órgãos competentes, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do(s) referido(s) representante(s); (ii) se for o caso, instrumento de mandato devidamente outorgado na forma da lei e/ou dos atos constitutivos do acionista, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do procurador; ou (c) **se fundo de investimento**, (i) regulamento em vigor consolidado do fundo com CNPJ; (ii) estatuto ou contrato social do seu administrador ou gestor, conforme o caso, observada a política de voto do fundo e documentos societários que comprovem os poderes de representação; (iii) documento de identidade com foto do representante legal; e (iv) se for o caso, cópia do instrumento de mandato firmado com menos de 1 (um) ano, juntamente com o documento oficial de identidade com foto do procurador. Demais orientações, prazos e procedimentos estão disponíveis na página na internet da Companhia (www.wilsonsons.com.br/ri), no seguinte endereçamento: Governança Corporativa /Assembleias e Reuniões de Conselho.

Rio de Janeiro, 19 de março de 2025.

Augusto Cezar Tavares Baião - Presidente do Conselho de Administração

ROBISI EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES S/A
CNPJ/MF N° 05.323.194/0001-80
AVISO AOS ACIONISTAS: Comunicamos aos senhores acionistas, na forma do artigo 133 da Lei n° 6.404, de 15/12/1976, que se acham à sua disposição, na sede da Companhia, na Av. Nossa Senhora de Copacabana n° 327, nesta cidade, para obtenção de cópias, os documentos da administração relativos aos exercícios sociais findo em 31 de dezembro de 2024. Rio de Janeiro, 20 de março de 2025. A Diretoria

TERMINAL GARAGEM MENEZES CÔRTES S.A.
Companhia Aberta - CNPJ Nº 02.664.042/0001-52 - NIRE 33.300.26031-5
ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO - Ficam convocados, na forma da lei, os Srs. acionistas da **Terminal Garagem Menezes Côrtes S.A.**, para se reunirem em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, a realizarem-se, cumulativamente, às 11 horas do dia 29 de abril de 2025, na sede social, na Rua São José, nº 35, 16º andar, Centro, no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, a fim de deliberarem a respeito da seguinte Ordem do Dia: em Assembleia Geral Ordinária: **(a)** exame, discussão e votação das contas dos administradores e das Demonstrações Financeiras completas relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2024; **(b)** destinação dos resultados do exercício findo em 31/12/2024; **(c)** instalação, eleição e fixação da remuneração dos membros do Conselho Fiscal da Companhia, e, em Assembleia Geral Extraordinária: **(d)** fixação da remuneração anual e global para a administração da companhia. Rio de Janeiro, 20 de março de 2025. **Marcello Romualdo da Silva Pereira -** Presidente do Conselho de Administração.

Associação dos Empregados e Empregados –Aposentados dos Patrocinadores e/ou dos Participantes da FAPES
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
EDITAL DE CONVOCAÇÃO
A Diretoria da ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS E EMPREGADOS APOSENTADOS DOS PATROCINADORES E/OU PARTICIPANTES DA FAPES/BNDES – APA-FAPES/BNDES, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 12, inciso II do Estatuto da APA-FAPES/BNDES, convoca os senhores associados para a ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA a se realizar, de forma exclusivamente presencial, no dia 15/05/2025, prevista para se iniciar às 10h30 em 1ª convocação, com a presença mínima da metade mais um dos associados aptos a votarem, ou em 2ª convocação às 11h00, com qualquer número de associados presentes, na Rua Senador Dantas, 117- salas 606/607- Centro – Rio de Janeiro –RJ – CEP 20031-201, com encerramento previsto para as 15h00, tendo pauta única: Eleição para os membros do CONSELHO DELIBERATIVO, do CONSELHO FISCAL e da DIRETORIA da APA-FAPES/BNDES, com mandatos para o período de 1º de junho de 2025 a 31 de maio de 2028, conforme as disposições constantes do Regulamento do Processo Eleitoral para o Triênio 2025/2028, aprovado na Reunião de Diretoria realizada em 27 de fevereiro de 2025. O Regulamento foi publicado na edição nº 274 do jornal APALAVRA, de 13/03/2025, distribuído pelo ZAP APA na mesma data e está disponível no Portal da APA. O calendário eleitoral prevê que: (1) as inscrições das chapas e dos candidatos aos Conselhos poderão ser realizadas no período de 24 de março a 4 de abril de 2025, atendidas as disposições estatutárias constantes do Regulamento; (2) as eleições serão realizadas no dia 15 de maio de 2025, na modalidade exclusivamente presencial, no horário das 11h00 às 15h00 nas salas 606/607 da Associação, situadas na Rua Senador Dantas, 117; (3) a posse da Diretoria e Conselhos será no dia 02 de junho de 2025. Em atendimento ao Art.13 do Estatuto Social, esta Assembleia será presidida pelo Sr. Presidente da APA-FAPES/BNDES, com o início da votação previsto para as 11h00, de forma exclusivamente presencial, tendo previsão de término para as 15h00. Rio de Janeiro, 20 de março de 2025
Sebastião Bergamini Junior
PRESIDENTE DA APA-FAPES/BNDES

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
DAS ASSEMBLEIAS GERAIS EXTRAORDINÁRIA E ORDINÁRIA
DA SOCIEDADE COOPERATIVA COOPEMABAN
O Diretor Presidente da SOCIEDADE COOPERATIVA COOPEMABAN - COOPERATIVA DE CONSUMO DOS BANCÁRIOS E EX-BANCÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, registrada na JUCERJA sob o NIRE nº. 33400053541 e inscrita no CNPJ sob o nº. 21.261.747/0001-73, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os 40 Cooperados Associados para participarem das Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária, a serem realizadas em nossa sede sito à Rua Francisco Portela, nº. 15, Sala 05, Patronato, São Gonçalo/RJ, CEP. 24.435-005, no dia 31 de março de 2025, em primeira convocação às 09h00min com a presença de 2/3 (dois terços) do número total de Cooperados Associados, em segunda às 10h00min com metade mais 01 (um) do número total de Cooperados Associados e em terceira e última às 11h00min Convocação com a presença mínima de 10 (dez) Cooperados Associados para deliberar sobre as seguintes ordens do dia: **Assembleias Gerais Extraordinária e Ordinária: Extraordinária:** 1. Entrada de Novos Cooperados; 2. Saídas de Cooperados Associados; 3. Renúncia/Saída de Diretores; 4. Alteração de Endereço da Sede da Sociedade Cooperativa; 5. Reforma Estatutária. **Ordinária:** 1. Prestação de Contas do Exercício Social do Ano de 2024; 2. Relatório de Gestão; 3. Balanço Patrimonial; 4. Demonstração das Sobras ou Perdas Apuradas no Exercício Social do Ano de 2024; 5. Destinação das Sobras ou Perdas Apuradas no Exercício Social do Ano de 2024; 6. Eleição do Novo Mandato do Conselho Fiscal; 7. Eleição/Substituição de Diretores. São Gonçalo/RJ, 21 de Março de 2025.
FRANCILANDI BANDEIRA MOURÃO DIRETOR PRESIDENTE

BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ Nº 15.138.043/0001-05 - NIRE 3330016289.5
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA DOS ACIONISTAS DA BRASILCAP CAPITALIZAÇÃO S.A. REALIZADA EM 12 DE SETEMBRO DE 2024. *(Lavrada sob a forma de sumário, de acordo com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 130, da Lei 6.404/76).* **1. LOCAL, DATA E HORA:** Em 12 de setembro de 2024, às 11 horas, de modo digital, por videoconferência, na sede da Brasilcap Capitalização S.A. ("Companhia"), localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. República do Chile, nº 330, Bloco 1, sala 701, Centro, CEP 20.031-170. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** A assembleia foi regularmente convocada mediante publicação de edital de convocação, na forma especificada no artigo 124 da Lei nº 6.404/1976 ("Lei das S.A."): *(i)* no jornal "Monitor Mercantil", nas edições dos dias 02, 03 e 04 de setembro de 2024, nas páginas 05, 05 e 03, respectivamente; e *(ii)* no site do jornal "Monitor Mercantil", nas edições dos dias 02, 03 e 04 de setembro de 2024. Quórum atingido em primeira convocação, mediante a presença de acionistas titulares de ações representando 98,74% (noventa e oito inteiros e setenta e quatro centésimos por cento) do capital social da Companhia. Além dos acionistas, esteve presente o Sr. Carlos Hamilton Vasconcelos Araujo, Diretor Estatutário da Companhia, de acordo com o parágrafo 1º, do artigo 134, da Lei das S.A. **3. MESA:** Silvano Gianni - Presidente; e Ricardo Demétrio Loricchio - Secretário. **4. ORDEM DO DIA:** (1) Reeleger os membros titular e suplente do Conselho Fiscal – mandato 2024/2025. **5. DELIBERAÇÕES:** Após a discussão da Ordem do Dia e sendo de conhecimento de todos a proposta, a qual será autenticada pela mesa e arquivada na Companhia, conforme dispõe alínea *"a"* do parágrafo 1º do artigo 130, da Lei das S.A., os acionistas presentes deliberaram, por unanimidade e sem qualquer ressalva, por: **5.1.** Aprovar a reeleição de membros titular e suplente do **Conselho Fiscal** da Companhia, pelo período de gestão de 1 (um) ano, a expirar na assembleia geral ordinária de 2025, como segue: *(i)* **Membro Titular:** Sr. **Marcel Kitamura**, brasileiro, casado, bancário, portador da carteira de identidade nº 19.357.227, expedida pelo SSP/SP, inscrito no CPF sob o n° 109.039.008-40, residente e domiciliado em Brasília/DF, com endereço comercial na SAUN - Setor de Autarquias Norte, Qd. 5, Bl. B, Ed. Banco do Brasil, Torre Sul, 1º andar, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70.040-912; e *(ii)* **Membro Suplente:** Sr. **Cristiano Leonel Correa**, brasileiro, solteiro, bancário, titular da carteira de identidade nº M6807293, expedida pelo SSP/MG, inscrito no CPF sob o nº 026.473.916-70, residente e domiciliado em Brasília/DF, com endereço comercial na SAUN, Quadra 5, Bloco B, Torre Norte, 5º andar, Ed. Banco do Brasil, Asa Norte, Brasília/DF, CEP 70040-912. **5.1.1.** Confirmação da composição do Conselho Fiscal, ficando o referido Colegiado assim constituído: **Membros Titulares:** Marcel Kitamura, Vinícius Marques de Carvalho, Márcio Santiago Câmara, Albérico Machado Mascarenhas. **Membros Suplentes:** Alexandre Ribeiro Barbosa, Cristiano Leonel Correa, Ivandro de Almeida Oliveira, Augusto Cesar Carvalho Kruschewsky. **5.1.2.** Os membros reeleitos declaram que preenchem os requisitos estabelecidos no artigo 162 da Lei das S.A., bem como as condições previstas na Resolução CNSP nº 422, de 2021. **6. ASSUNTOS DE ORDEM GERAL:** Nenhum outro assunto foi suscitado pelos acionistas presentes às assembleias. **7. DOCUMENTOS ARQUIVADOS:** Foi arquivado na sede da sociedade, devidamente autenticado pela Mesa, o documento submetido à apreciação da assembleia, referido nesta Ata, conforme dispõe alínea *"a"* do parágrafo 1º do artigo 130, da Lei das S.A. **8. EMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO:** Fica o Secretário autorizado a emitir e distribuir tantas cópias quantas necessárias ao fiel cumprimento das disposições legais em vigor. **9. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, o Secretário declara expressamente que a assembleia atendeu os requisitos para sua realização, especialmente os previstos na legislação vigente. Lavrou-se a presente ata, que foi lida e aprovada por unanimidade dos presentes. Rio de Janeiro, 12 de setembro de 2024. Mesa: Silvano Gianni - Presidente. Ricardo Demétrio Loricchio - Secretário. Acionistas Presentes: **BB SEGUROS PARTICIPAÇÕES S.A. -** Ricardo Demétrio Loricchio - Procurador; **ICATU SEGUROS S.A.** - Paulo Henrique Calmon da Costa Leite Bemfica - Procurador; **COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DA BAHIA -** Augusto Cesar Carvalho Kruschewsky e Rodrigo Ribeiro Accioly - Administrador e Procurador. **Homologada pela SUSEP conforme Portaria nº 2.415 de 27 de janeiro de 2025 e o que consta dos Processos SUSEP 15414.648157/2024-10**. **Certidão -** Jucerja - Certifico o arquivamento em 18/03/2025 sob o nº 00006870894. Protocolo: 2025/00347240-5 em 14/03/2025. **Gabriel Oliveira de Souza Voi** - Secretário-Geral.

SLC Agrícola (SLCE3): resultado 4T24, dinâmicas e perspectivas

Por Jorge Priori

Conversamos sobre o resultado do 4T24 da SLC Agrícola com Lucas Mello, gestor de ações da SOMMA Investimentos.

Qual a sua avaliação sobre o resultado do 4T24 e de 2024 da SLC?

O resultado do 4T24, em sua maior parte, veio dentro da expectativa. A companhia reportou uma receita líquida de quase R$ 2 bilhões, com um aumento de 3% na comparação com 2023, mas 4% abaixo das expectativas do mercado. O Ebitda ajustado foi de R$ 611 milhões, com uma queda de 9% no ano e 3% abaixo da expectativa do mercado. A parte boa foi que a margem Ebitda, que ficou em 30,9%, se manteve estável, com um leve upside na comparação do trimestre e do ano.

A parte que pode ter deixado o mercado um pouco mais preocupado foram as revisões das projeções da Safra 2024/2025, já que a seca, que aconteceu no Centro-Oeste na Safra 2023/2024, atrasou um pouco o plantio do algodão e, consequentemente, da segunda safra de milho. Contudo, enquanto a projeção do algodão teve uma redução de 7% em relação ao orçamento original, a projeção do milho teve uma ampliação de 4% para a safra 2024/2025, muito em função da demanda bastante positiva.

No consolidado, a SLC apresentou um rendimento muito bom na soja, mas um resultado um pouco mais fraco na parte de algodão e milho, devido, como comentei, ao atraso do plantio em decorrência das secas e, posteriormente, de uma chuva excessiva. É preciso ficar atento à redução do plantio do algodão, pois como ele possui uma margem maior, isso pode gerar um impacto negativo nos resultados mais a frente.

Mesmo com a seca e a perda de produtividade da soja, que também foi um tema bastante discutido no call de resultado, já que isso gerou um efeito dominó, pois o algodão e o milho são plantados depois da soja, a SLC teve um bom resultado em 2024, com uma receita de quase R$ 7 bilhões, um Ebitda de R$ 2 bilhões, uma Margem Ebtida de quase 30% e um lucro líquido de R$ 500 milhões.

Quando sai um resultado da SLC, quais são os primeiros números que você analisa?

Nós vamos direto na produtividade. Depois, nós analisamos o DRE (Demonstração de Resultado do Exercício), vendo, basicamente, receita, margem bruta, margem Ebitda, geração de caixa e, por fim, a posição de hedge da companhia, através da qual nós conseguimos deixar a tese de investimento e os resultados mais à frente mais previsíveis.

Qual a sua avaliação sobre o modelo de negócio da SLC?

Nós gostamos bastante do modelo da SLC. A companhia performou superbem na última década, possui fazendas em sete estados do cerrado brasileiro e fez uma grande revolução na forma como se planta e se colhe. Além disso, a SLC é líder de exportação de soja, milho e algodão.

O clima é o maior desafio para o modelo de negócio da SLC, mas como a companhia possui 23 fazendas, com 730 mil hectares de área plantada para a próxima safra, distribuídas em sete estados, ela consegue ter uma maior estabilidade e previsibilidade, o que ajuda, por exemplo, no hedge e na compra de insumos. Isso porque o clima de um estado, às vezes, não interfere no outro.

Além disso, a SLC tem um guidance para ter 2/3 de terras arrendadas e 1/3 de terras próprias, o que é muito bom para a composição de retorno para os acionistas e para o endividamento da companhia. Por exemplo, como a SLC possui R$ 3 bilhões em dívidas, mas R$ 11 bilhões em terras, ela pode buscar crédito barato, já que possui bastante garantia.

Com relação às commodities, por mais que esteja havendo um pouco mais de oferta de soja e algodão, o que pressiona os preços, a demanda vai seguir crescendo nos próximos anos. Já com o milho, um fator positivo é a demanda das indústrias de etanol, localizadas, principalmente, no Centro-Oeste.

A SLC é uma companhia que possui um bom mix, está no lugar certo, tem um bom modelo de negócios e conta com muita garantia.

Qual a sua avaliação sobre o endividamento da SLC?

A SLC possui uma alavancagem de 1,8x dívida líquida/Ebitda. Essa é uma alavancagem relativamente baixa, apesar de ter subido de 1,06x para 1,8x entre 2023 e 2024. Independente disso, essa não é uma alavancagem que preocupa, muito por conta do custo médio da dívida. Com relação às aquisições recentes, isso pode fazer com que o endividamento suba um pouco mais, já que a geração de caixa vai ficar um pouco mais comprometida.

Um ponto importante é que nós sempre temos que olhar o endividamento junto com o hedge, que, no caso da SLC, está superbem feito, tanto no câmbio quanto nas commodities, o que ajuda a fazer com que o endividamento não seja um problema.

Qual a sua avaliação sobre os dividendos pagos pela SLC?

Entre 2020 e 2024, a SLC teve um dividend yield médio de quase 5%. Olhando apenas para 2024, o dividend yield foi de 3,1%, o que pode ser considerado bom dado os preços atuais das commodities. O mix da SLC lhe permite distribuir dividendos e crescer de forma equilibrada, tanto com terras arrendadas, o que favorece o retorno de curto prazo, quanto com terras próprias, o que favorece o retorno de longo prazo.

Como você avalia o desempenho das ações da SLC nos últimos anos?

De 2007 a 2016/2017, a ação da SLC ficou em um parâmetro mais lateralizado. No final de 2019, quando o mercado brasileiro de renda variável teve maior destaque, a ação subiu bastante, mas depois ela voltou por conta da Covid e seus impactos na cadeia de oferta e demanda de soja, milho e algodão. Até a normalização dessa cadeia, os preços ficaram bastante altos, o que favoreceu muito o resultado da companhia, sendo que a SLC aproveitou esse momento para investir no próprio negócio. Desde o final de 2021, quando os preços das commodities começaram a regredir, a ação está de lado, o que é um fator positivo.

A SLC possui bastante valor para ser destravado. Ela está sendo negociada a 4,8x Ebitda para 2025, basicamente uma vez o preço do valor patrimonial. Caso o câmbio suba, e as commodities fiquem com preços pressionados, isso pode abrir mais descontos sobre o preço do papel, mas se o câmbio se mantiver no patamar atual, e os preços das commodities começarem a subir, abrem-se mais oportunidades.

Qual o perfil de investidor que compra ações da SLC?

A SLC possui dois perfis de investidor. O primeiro gosta do lado micro da companhia e entende a sua produtividade. O segundo é composto pelos fundos institucionais, que enxergam a SLC como uma proxy de dólar, já que toda a sua produção de soja, milho e algodão é lastreada em câmbio, o que faz com que ela tenha uma posição mais estratégica dentro dos fundos.

Quais são as perspectivas da SLC para 2025?

Para 2025, a SLC reportou que deve ter um crescimento de área plantada total de 10,6% e uma queda do custo de produção por hectare de 7,5% para o algodão e de 13% para a soja, muito por conta dos melhores preços dos fertilizantes. Esse custo de produção menor vai fazer com que o grande tema para este ano seja a recuperação das margens e do lucro, tudo mais constante em questão de câmbio e preço de commodities.

Com relação às aquisições, por mais que elas façam bastante sentido, alguns investidores podem se preocupar com os seus impactos no fluxo de caixa de curto prazo. Isso porque a SLC vai ter que pagar R$ 1,2 bilhão em parcelas em 2025 e R$ 480 milhões em 2026, o que pode exigir um aumento temporário de alavancagem e levar a uma redução do fluxo de caixa.

Nós também podemos esperar uma recuperação do preço da soja e do algodão no curto prazo. Isso porque, por exemplo, o preço do algodão está chegando perto do nível de custo marginal da indústria. Muito abaixo desse valor, alguns players começam a pedir falência, já que a receita por hectare não compensa o custo de produção. Se a quantidade de empresas diminuir, nós teremos uma diminuição na oferta, mas se a demanda continuar igual, isso vai levar a um aumento de preços.

Considerando a conversa que tivemos, você gostaria de acrescentar algum ponto à sua entrevista?

Existe um ponto importante relacionado à questão das tarifas do governo Trump. No Trump 1, nós tivemos a trade war. Em termos de mineração, siderurgia e produtos acabados, é muito simples compor a tarifa de importação, ou seja, Trump tarifa os países, que conseguem tarifar os Estados Unidos de volta, justamente o que estamos vivendo agora.

No entanto, se olharmos para o Agro, especificamente para a SLC, o trade war é como se fosse um porto seguro, já que commodities agrícolas como soja, milho e algodão são neutras nesse campo. Como grande parte da produção da companhia é para alimentação animal, além de outros mercados, a SLC consegue crescer a sua exportação caso haja um conflito comercial entre Estados Unidos e China, já que os americanos são grandes produtores de algodão e milho.

Caso tenhamos um pouco mais de incertezas relacionadas às tarifas de Trump, nós podemos esperar um pouco de alívio, vamos colocar assim, para o Agro brasileiro. Vale lembrar que o que aconteceu no primeiro mandato de Trump explica, em parte, o aumento do preço da ação da SLC naquele período.

Petrogal Brasil, S.A.
Joint Venture
Galp Energia | Sinopec

PETROGAL BRASIL S.A.

CNPJ nº 03.571.723/0001-39

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da Companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras resumidas são um extrato das demonstrações financeiras completas e para facilitar a comparação entre elas foram utilizadas as mesmas referências numéricas para cada nota explicativa. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereço eletrônico:
https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br/

Relatório de Gestão & Contas 2024

1. Orgãos sociais: Diretoria Executiva: Diretor Presidente (CEO): Paula Pereira da Silva, eleita para exercer seu mandato de maio/2024 a junho/2027. Diretor Financeiro (CFO): Ding Yanxia, eleita para exercer seu mandato de abril/2023 a maio/2025. Diretor de Operações (COO): Mauro Coutinho Fernandes, eleito para exercer seu mandato de agosto/2024 a julho/2027. **Conselho de Administração:**Presidente: Mario João Borges Carioca Rodrigues, eleita para exercer seu mandato de maio/2023 a janeiro/2026. Vogal: Nuno Luís Mendes Holbech Bastos, eleita para exercer seu mandato de janeiro/2025 a janeiro/2028. Vogal: Rodrigo Carvalho Nogueira Vilanova, eleito para exercer seu mandato de agosto/2024 a agosto/2027. Vogal: Chengliang Wu, eleito para exercer seu mandato de novembro/2023 a novembro/2026. Vogal: Wang Ping, eleito para exercer seu mandato de dezembro/2022 a dezembro/2025. **2. Factos relevantes ocorridos em 2024:** Em 2024 a produção WI (working interest) da Petrogal Brasil foi de 109 kboepd, ficando acima do previsto no Business Plan (107 kboepd). As atividades de manutenção planeadas foram realizadas nas unidades de produção de acordo com o previsto, tendo sido possível postergar escopo não critico para 2025. O impacto dos eventos não planeados no ano foi compensado pelo efeito positivo da não unitização e melhor performance de Berbigão e Sururu, assim como pelo efeito da postergação das manutenções programadas. Os projetos de Tupi e Iracema contribuem com a maior parte para a produção da Petrogal Brasil. No final de 2021, a Petrogal Brasil, juntamente com os seus parceiros no consórcio, submeteu uma revisão do Plano de Desenvolvimento (PoD) dos campos de Tupi e Iracema à entidade reguladora no Brasil (ANP – Agência Nacional do Petróleo, Gas Natural e Biocombustíveis). Este documento inclui um conjunto de ações que visam maximizar a criação de valor do campo Tupi. A análise do PoD revisto por parte da ANP encontra-se suspenso, devido a agência ter manifestado que primeiro precisa-se resolver a controvérsia sobre a separação dos campos. As acumulações de óleo de Berbigão e Sururu estendem-se para além dos limites do bloco BM-S-11A, em direção à área da Cessão Onerosa (ToR – Transfer of Rights), sendo sujeita a unitização. Relativamente à área da Cessão Onerosa, em 2018 os membros do consórcio, juntamente com a Petrobras, submeteram à ANP o Acordo de Individualização da Produção (AIP) o qual se encontra em revisão considerando a decisão da ANP pela unificação dos campos de Berbigão e Sururu. Uma vez aprovada a unitização, a Petrogal Brasil reduzirá marginalmente o seu working interest no projeto, que incluirá uma maior pool de reservas. Tendo por base o príncípio da prudência, as implicações contabilísticas associadas à unitização começaram a ser refletidas nas demonstrações financeiras da Petrogal Brasil no terceiro trimestre de 2022, quando a empresa passou a ter uma posição pagadora líquida. Ao longo do ano de 2023 e 2024 estes impactos foram sendo atualizados. Em 2024, a Petrogal Brasil e os seus parceiros continuaram o desenvolvimento do projeto de Bacalhau, focado na execução da construção do FPSO, com a completação da construção do casco e *sail away* para Singapura para a integração dos topsides, enquanto as atividades de perfuração e instalação marítima continuam no *offshore* do Brasil. **3. Análise econômica e financeira:** O Resultado Líquido do Exercício de 2024 ascendeu a R$ 2.970.598 k, inferior em R$ 603,407 k ao registado no ano anterior, representando uma diminuição de 17%. O Lucro Bruto, no valor de R$ 5.705.041 k positivos, um aumento face ao ano anterior de R$ 383.941 k derivado do aumento das Receitas das vendas em R$ 599.026 k. O Custo dos Produtos Vendidos registou igualmente um aumento no valor de R$ 217.040 k, centrados essencialmente nas rubricas de custos gerais de produção (+R$ 321.441 k) e imparidades (+R$ 378.690), parcialmente compensados pela diminuição em depreciações (R$ 211.945 k) e estoques (R$ 255.740 k). Cabe ressaltar também o impacto positivo originado por via do imposto de exportação pago em 2023 (que não se repetiu em 2024) no montante de R$ 328.291 k, e também pelo aumento dos fornecimentos e serviços externos em R$ 173.181 k e pelo efeito do under/overlifting das cargas levantadas em R$ 273.002 k. As despesas financeiras líquidas reduziram em R$ 9.690 k, devido a aumento de R$ 124.626 k dos gastos financeiros face ao ano anterior, devido principalmente ao incremento dos custos financeiros, em particular referente ao Acordo Fiscal (detalhes abaixo), e a uma deterioração do Resultado com Equivalência Patrimonial relativa à sua controlada Petrogal Brasil Comercializadora Ltda, compensados por um aumento dos rendimentos financeiros em R$ 283.157 k sendo essentialmente consequência do impacto positivo das diferenças de câmbio nos resultados da empresa em R$ 251.657 k. O montante de R$ 56.987 k apresentado na rubrica de resultado com equivalência patrimonial refere-se ao resultado apurado, no exercício de 2024, por sua controlada Petrogal Brasil Comercializadora Ltda decorrente de suas atividades de processamento e venda de derivados de gás e revenda de gás não processado. Em junho de 2024, os Consórcios das quais a Companhia participa, aderiram à transação tributária por adesão decorrente do Edital n. 6/2024 da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o qual previa um desconto de 65% sobre os valores não depositados pagos em decorrência da transação. Com isso, a Companhia pagou à operadora dos Consórcios Petrobras, os valores correspondentes à sua parcela dos montantes depositados anteriormente pela Petrobras e dos montantes não depositados com o desconto previsto no edital. A quitação da transação ocorreu no segundo semestre de 2024, finalizando todos os processos relacionados ao tema. A origem desta transação foram autuações aos Consórcios, pelo suposto não pagamento de CIDE, PIS e COFINS sobre os pagamentos relacionados ao afretamento de embarcações durante os anos de 2008 a 2013. O impacto da transação tributária no resultado do ano de 2024 foi no montante de R$ 247.542 k apresentada nas rubricas de Fornecimentos e serviços externos (R$ 83.830 k), Outras receitas (despesas) operacionais líquidas (R$ 37.852 k) e Despesas financeiras (R$ 125.861 k). A empresa registou ainda um aumento do imposto de renda e contribuição social no ano em R$ 1.036.747 k resultado do aumento do imposto corrente em R$ 449.435 k e do impacto do imposto diferido em R$ 587.312 k. A Petrogal Brasil, S.A. apresenta um Patrimonio Líquido a 31 de dezembro de 2024 no valor de R$ 14.479.402 k positivos, com uma variação face a 31 de dezembro de 2023 de R$ 3.442.743 k (+31%). O Ativo Circulante representa R$ 7.198.797 k positivos com uma variação positiva de R$ 1.837.384 k face ao ano anterior, decorrente essencialmente do efeito estoque (+R$ 669.392 k) e também do Caixa e Equivalentes de Caixa (+R$ 1.954.619 k) compensados pela redução das contas a receber em R$ 703.284 k e de tributos a recuperar em R$ 112.889 k. O Ativo Não Circulante fechou em R$ 28.117.956 k positivos, uma variação positiva de R$ 6.366.468 k em comparação ao ano anterior, sendo consequência do aumento do imobilizado em R$ 5.114.832 k. O Passivo Total é de R$ 20.837.350 k, apresentando um aumento de R$ 4.761.108 k (+30%) face a 31 de dezembro de 2023, devido principalmente ao aumento do passivo corrente em R$ 2.497.432 k, onde se verifica um aumento de R$ 680.454 k das contas entre companhias, de R$ 464.423 k de empréstimos a pagar em menos de 1 ano, das Provisões de serviços em R$ 514.789 k, e de Obrigações Tributárias em R$ 419.574 k. Quanto ao passivo não corrente, registou-se um aumento de R$ 2.263.676 k, onde se destaca o aumento dos empréstimos a pagar não correntes em R$ 206.552 k, no Passivo Fiscal Diferido em R$ 485.159 k, Provisão para abandono de blocos em R$ 770.684 k e Responsabilidades por locações em R$ 525.681 k. **4. Gestão de Risco:** A Petrogal Brasil, S.A. faz parte do Grupo Galp ("Galp") que, como Empresa de energia global e integrada, exposto a um conjunto de incertezas nos ambientes interno e externo que são inerentes à sua atividade, à diversidade e dispersão geográfica dos seus negócios, e que podem desencadear um conjunto de riscos, com potenciais perdas financeiras. O modelo de gestão de risco adotado pela Galp, baseado em normas e orientações internacionalmente reconhecidas (ISO 31000-Gestão do Risco e COSO-Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e no modelo de governance de risco das três linhas de defesa, promove a integração entre a definição da estratégia da Empresa, a gestão dos riscos, a implementação dos controlos e a governance. Neste modelo de governance as atividades diárias de gestão de risco são responsabilidade da 1ª linha de defesa (onde se incluem os risk owners nas Unidades Organizacionais); a 2ª linha de defesa (orientada pelo Departamento de Risk Management and Internal Control corporativo) é responsável pela definição de políticas e normas e pela monitorização dos níveis de risco; e à 3ª linha de defesa (Auditoria Interna) compete e a supervisão, fiscalização e avaliação dos sistemas de controlo interno e gestão de risco. Os órgãos de supervisão (Conselho de Administração e Comités de apoio, Comissão Executiva, e Conselho Fiscal) garantem que o modelo funciona de maneira eficaz, promovendo a integridade e a transparência. O desenvolvimento deste modelo de gestão de risco é enquadrado e suportado por um ambiente normativo robusto, que inclui um conjunto de políticas, normas e procedimentos, e é suportado pela Política de Gestão de Risco. Sustentado no modelo de governance e no ambiente normativo referidos, a Galp implementa um processo sistemático e contínuo de identificação e avaliação, resposta, monitorização e reporte de riscos e oportunidades inerentes à sua estratégia. Merecem destaque, pela probabilidade de ocorrência e/ou impacto sobre os processos, as operações, a execução da estratégia, a capacidade financeira, e a reputação da Galp, os riscos que identificamos e desenvolvemos abaixo. São ainda descritas as medidas de mitigação para reduzir a probabilidade e/ou o impacto dos diversos riscos. De referir que, maioritariamente, estes riscos são geridos centralmente ao nível corporativo, e que as ações de mitigação são também transversais ao Grupo. **5. Fatos relevantes ocorridos após o encerramento do exercício:** Em 23 de janeiro de 2025, ocorreu uma reunião de Diretoria da Agência Nacional de Petróleo (ANP), para análise dos Planos de Desenvolvimento (PD) e dos Acordos de Individualização da Produção (AIP) das Jazidas Compartilhadas de Berbigão e Sururu (Nota 1) apresentados pelos respectivos Consórcios. Como resultado desta reunião, restou decidido que as jazidas deverão ter seus reservatórios considerados como unificados para fins de apuração da Participação Especial. Baseando-se no fato de que os consórcios escoam suas respectivas produções através de uma Plataforma (FPSO) único (P-68). Como consequência desta interpretação, a diferença de Participação Especial em questão monta os R$ 710 milhões até a presente data. Importante ressaltar que as empresas integrantes dos respectivos consórcios discordam de tal interpretação, considerando que a prevalência deverá se dar pelo critério geológico, que, no caso concreto, aponta para duas jazidas separadas. O evento mencionado em cima não impacta as demonstrações financeiras da empresa a 31 de dezembro de 2024. Não ocorreu nenhum outro evento subsequente após 31 de dezembro de 2024 com impacto relevante nas demonstrações financeiras anexas. **6. Perspetivas futuras:** A Petrogal Brasil continua com o foco na otimização do seu portfolio, reforçando os planos de desenvolvimento e implementando as ações para assegurar a extração de valor dos seus projetos. **7. Proposta de aplicação de resultados:** Tomando conhecimento do balanço datado de 31 de dezembro de 2024, propõe-se que o Conselho de Administração aprove e apresente a seguinte aplicação dos resultados de 2024 da Petrogal Brasil S.A., um lucro líquido no valor total de R$ 2.970.598.000,00, à deliberação dos Acionistas da Companhia, na próxima Assembleia Geral de Acionistas: • A distribuição do montante de R$ 2.170.041.000,00 de dividendos provenientes do Lucro Líquido da Companhia em 2024. • O valor de R$ 800.557.000,00, relativos a Juros de Capital Próprio de janeiro a dezembro de 2024, já deliberados em 2024. Rio de Janeiro, 14 de março de 2025.

Diretoria Executiva

Paula Pereira da Silva - Diretor Presidente
Ding Yanxia - Diretor Financeiro
Mauro Coutinho Fernandes - Diretor de Operações

Balanço Patrimonial para os exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 31 de dezembro de 2023 - Valores expressos em milhares de Reais - R$

ATIVO	Notas	2024	2023
CIRCULANTE:			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.728.090	2.773.471
Contas a receber	5	583.776	1.287.060
Estoques	6	1.591.846	922.454
Tributos a recuperar	7	104.449	217.338
Adiantamentos		1.485	2.264
Despesas antecipadas a apropriar		18.746	21.655
Outros créditos	14	170.406	137.171
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		**7.198.797**	**5.361.413**
NÃO CIRCULANTE:			
Depósito judicial	18	1.498.050	1.181.237
Investimentos societários		230.231	185.665
Imobilizado	8	21.185.721	16.070.889
Direitos de uso	10	3.057.194	2.635.231
Intangível	9	2.146.759	1.678.466
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		**28.117.956**	**21.751.488**
TOTAL DO ATIVO		**35.316.753**	**27.112.901**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	2024	2023
CIRCULANTE:			
Fornecedores	11	876.225	652.056
Responsabilidade por locações	10	563.770	442.764
Salários e provisões		14.703	12.501
Obrigações tributárias	12	2.071.849	1.652.275
Contas entre companhias	16.3	1.342.490	662.036
Provisões de serviços	13	1.170.284	655.495
Empréstimos de partes relacionadas	16.2	464.423	-
Empréstimos de partes relacionadas - Juros	16.2	178.703	267.667
Empréstimos de estoques pelos parceiros	6	148.782	-
Outros credores		11.571	572
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**6.842.798**	**4.345.366**
NÃO CIRCULANTE:			
Empréstimos de partes relacionadas	16.2	4.829.994	4.623.442
Provisão para abandono de blocos	17	2.749.309	1.978.625
Passivo fiscal diferido	15	1.543.402	1.058.243
Responsabilidade por locações	10	3.312.673	2.785.992
Provisão para contingências	18	1.559.174	1.284.575
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**13.994.552**	**11.730.876**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:			
Capital social	19	91.480	91.480
Reserva de capital	19	7.378.627	7.378.867
Reserva de lucros	19	2.170.218	1.821.691
Ajustes acumulados de conversão	19	4.839.078	1.744.621
TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**14.479.402**	**11.036.659**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**35.316.753**	**27.112.901**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 31 de dezembro de 2023
Valores expressos em milhares de Reais - R$

	Notas	2024	2023
Receita líquida das vendas	22	14.762.394	14.163.368
Receita líquida de serviços	22	6.089	4.134
Custo dos produtos vendidos	22	(9.063.442)	(8.846.402)
Lucro bruto		**5.705.041**	**5.321.100**
Fornecimentos e serviços externos	21	(628.489)	(455.308)
Despesas com pessoal		(53.635)	(65.321)
Amortizações e depreciações		(5.163)	(4.704)
Despesas tributárias	23	(86.694)	(373.726)
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	24	32.650	118.021
Lucro operacional		**4.963.711**	**(781.039)**
Despesas financeiras	25	(522.175)	(397.549)
Receitas financeiras	25	462.591	179.434
Resultado com equivalência patrimonial	28	56.987	205.829
Despesas financeiras líquidas		**(2.596)**	**(12.286)**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		**4.961.115**	**4.527.775**
Imposto de renda e contribuição social	15	(1.990.517)	(953.770)
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício		**2.970.598**	**3.574.005**
(Prejuízo)/Lucro líquido por ação no final do exercício		**324,73**	**390,69**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Resultados Abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 31 de dezembro de 2023
Valores expressos em milhares de Reais - R$

	2024	2023
(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	**2.970.598**	**3.574.005**
Ajustes acumulados de conversão	3.094.457	(839.755)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	**6.065.055**	**2.734.250**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
Valores expressos em milhares de Reais - R$

	Notas	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2023		**91.480**	**7.373.711**	**3.984.914**	**11.450.105**
Lucro líquido do exercício		-	-	3.574.005	3.574.005
Dividendos e Juros sobre capital próprio		-	-	(3.152.851)	(3.152.851)
Programa de Incentivos a longo prazo	2 e 19	-	5.156	-	5.156
Ajustes de conversão do exercício		-	-	(839.755)	(839.755)
Saldo em 31 de dezembro 2023		**91.480**	**7.378.867**	**3.566.312**	**11.036.659**
Saldo em 1 de janeiro de 2024		**91.480**	**7.378.867**	**3.566.312**	**11.036.659**
Lucro líquido do exercício		-	-	2.970.598	2.970.598
Dividendos e Juros sobre capital próprio		-	-	(2.568.889)	(2.568.889)
Programa de Incentivos a longo prazo	2 e 19	-	(241)	-	(241)
Ajustes de conversão do exercício		-	-	3.041.275	3.041.275
Saldo em 31 de dezembro 2024		**91.480**	**7.378.627**	**7.009.296**	**14.479.402**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023
Valores expressos em milhares de Reais - R$

	Notas	2024	2023
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		18.717.809	13.765.543
Pagamentos a fornecedores		(1.183.188)	(1.242.584)
Pagamentos ao pessoal		(28.013)	(25.346)
Contribuições para o fundo de pensões		(15.989)	-
Pagamentos de imposto sobre produtos petrolíferos		(5.622.147)	(3.458.431)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(2.155.135)	(1.708.744)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à atividade operacional	8	(1.755.535)	(1.945.660)
Dividendos		72.772	138.518
Fluxos das atividades operacionais (1)		**8.030.576**	**5.523.294**
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Juros e proveitos similares		238.971	184.072
Pagamentos provenientes de:			
Ativos tangíveis		(2.994.553)	(3.340.754)
Ativos intangíveis		(363)	-
Fluxos das atividades de investimento (2)		**(2.755.945)**	**(3.156.682)**
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	16.2	-	726.195
Pagamentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		(619.230)	-
Juros de empréstimos	16.2	(544.706)	(316.551)
Juros e custos similares		(165.609)	(2.705)
Amortização e juros de contratos de Locação		(588.488)	(460.383)
Dividendos/distribuição de resultados		(2.048.732)	(2.273.525)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		**(3.966.765)**	**(2.326.969)**
Variação líquida de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		1.307.866	39.642
Efeito da alteração da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes		646.753	(78.824)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	2.773.471	2.655.004
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	**4**	**4.728.090**	**2.773.471**

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa e devem ser lidas em conjunto

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2024
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Petrogal Brasil S.A. ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, detida pela Petrogal Brasil BV e pela Winland International Petroleum Sarl, tendo por objeto social a pesquisa e exploração e produção de petróleo bruto e gás natural, bem como quaisquer outras atividades comerciais, industriais, de investigação e prestação de serviços relacionados a essas atividades. A Companhia foi constituída em 23 de dezembro de 1999, tendo como finalidade principal a participação nos processos de licitação em realização pela Agência Nacional de Petróleo – ANP, para obtenção de concessão do direito de pesquisa, desenvolvimento e produção de bacias de petróleo bruto e gás natural. No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, encontravam-se em produção o Tupi Pilot (Cidade Angra dos Reis), o Tupi Nordeste (Cidade Paraty), Iracema Sul (Cidade de Mangaratiba), Iracema Norte (Cidade Itaguaí), Tupi Alto (Cidade de Maricá), Tupi Central (Cidade de Saquarema), Tupi Sul (P66), Tupi Extremo Sul (P69), Tupi Norte (P67), Berbigão-Sururu (P68) e Atapu (P70) do projeto BMS-11 e BMS-11A, e o campo de Sépia (Carioca). O AIP (Acordo de Individualização da Produção) dos campos de Berbigão e Sururu submetido à ANP em 2018 aguarda a aprovação por parte da entidade reguladora. Os processos de unitização dão origem a equalizações entre os participantes de cada área licenciada, baseadas nos gastos e investimento incorridos no passado pelos parceiros, considerando a sua participação original, e os resultados operacionais decorrentes de produção de hidrocarbonetos recebidos.

Os blocos que a Companhia tem em seu portfólio na data de 31 de dezembro de 2024 são os seguintes:

Blocos	Bacia	Projeto	Tipo de contrato	Participação
BM-S-11	Santos	Tupi	Concessão	Petrogal Brasil, S.A. 9.2% | Petrobras 67.2% (op.) |Shell 23.0% | PPSA 0.6%
BM-S-11	Santos	Iracema	Concessão	Petrogal Brasil, S.A. 10% | Petrobras 65% (op.) | Shell 25%
BM-S-11A	Santos	Berbigão	Concessão	Petrogal Brasil, S.A. 10% | Petrobras 42.5% (op.) | Shell 25% | Total 22.5%
BM-S-11A	Santos	Sururu	Concessão	Petrogal Brasil, S.A. 10% | Petrobras 42.5% (op.) | Shell 25% | Total 22.5%
BM-S-11A	Santos	Atapu	Concessão	Petrogal Brasil, S.A. 1.7% | Petrobras 65.7% (op.) | Shell 16.7% | Total 15.0% | PPSA 1.0%
BM-S-8	Santos	Bacalhau	Concessão	Petrogal Brasil, S.A. 20% | Equinor 40% (op.) | ExxonMobil 40%
Bacalhau Norte	Santos	Bacalhau Norte	PSC	Petrogal Brasil, S.A. 20% | Equinor 40% (op.) | ExxonMobil 40%
Uirapuru	Santos	-	Concessão	Petrogal Brasil, S.A. 14% | Petrobras 30% (op.) | Equinor 28% | ExxonMobil 28%
Sépia	Santos	Sépia	Concessão	Petrogal Brasil, S.A. 2.4% | Petrobras 55.3% (op.) | Total 16.9% | Petronas 12.7% | QP 12.7%
BM-S-24	Santos	Júpiter	Concessão	Petrogal Brasil, S.A. 20% | Petrobras 80% (op.)
C-M-791	Campos	-	Concessão	Petrogal Brasil, S.A. 20% | Shell 40% (op.) | Chevron 40%
Gasoduto Cabiúnas	Santos	Cabiúnas	n.a.	Petrogal Brasil S.A. 10% | Petrobras 55% (op.) | Shell 25% | Repsol 10%

Em junho de 2024, os Consórcios das quais a Companhia participa, aderiram à transação tributária por adesão decorrente do Edital nº 6/2024 da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, o qual previa um desconto de 65% sobre os valores não depositados pagos em decorrência da transação. Com isso, a Companhia pagou à operadora dos Consórcios Petrobras, os valores correspondentes à sua parcela dos montantes depositados anteriormente pela Petrobras e dos montantes não depositados com o desconto previsto no edital. A quitação da transação ocorreu no segundo semestre de 2024, finalizando todos os processos relacionados ao tema. A origem desta transação foram autuações aos Consórcios, pelo suposto não pagamento de CIDE, PIS e COFINS sobre os pagamentos relacionados ao afretamento de embarcações durante os anos de 2008 a 2013. O impacto da transação tributária no resultado do ano de 2024 foi no montante de R$ 247,542 apresentada nas rubricas de Fornecimentos e serviços externos (R$ 83,830 - Nota 21), Outras receitas (despesas) operacionais líquidas (R$ 37,852 – Nota 24) e Despesas financeiras (R$ 125,861 – Nota 25).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, os pronunciamentos técnicos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Administração da Companhia afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em milhares de Reais (Unid: milhares de R$), arredondados ao milhar mais próximo exceto se expresso em contrário. Deste modo, os subtotais e totais das tabelas apresentadas nestas demonstrações financeiras e notas explicativas podem não ser iguais à soma dos valores apresentados, devido a arredondamentos. Com base na avaliação acima, em 31 de dezembro de 2024 e até a data de emissão dessas demonstrações, não foram identificados impactos significativos aos negócios da Companhia que pudessem requerer divulgação ou alteração nas premissas contábeis utilizadas nas estimativas efetuadas pela Companhia. Por fim, a Administração da Galp acredita que possui recursos adequados para continuar as suas operações a longo prazo, e como tal, o princípio da continuidade é aplicada na preparação das demonstrações financeiras. **Programa de incentivos de longo prazo (LTI):** A Galp implementou em 19 de dezembro de 2023, um programa de incentivos de longo prazo (LTI), para promotores estratégicos e especialistas seniores. Este programa compreende um plano de incentivos contínuos de 3 anos, sendo que em cada ano, será concluído e cumprido um plano de incentivos através da entrega de ações próprias da Galp Energia, SGPS, S.A. aos colaboradores acima referidos. Deste modo, este plano de incentivos, é contabilizado em custos com colaboradores, contrapartida de capitais próprios. O valor total acumulado registado em Capitais Próprios, com o plano de pagamento baseado em ações, em 31 de dezembro de 2024 é de R$ 4.915 (Nota 19). O valor contabilizado durante o ano de 2024 em Capitais Próprios, na rubrica despesas com pessoal, com LTI é de R$ 241.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras são as seguintes: a) Moeda funcional e conversão de moedas estrangeiras: A moeda funcional da Companhia é o Dólar Americano ($ ou USD), isto ocorre devido ao Dólar Americano ser predominante no ambiente macro econômico que a Petrogal Brasil opera. Todos os saldos do ano de 2024 foram convertidos para Reais (R$) com base nos seguintes câmbios:

	31 de dezembro 2024	31 de dezembro de 2023
$/R$ spot	6,19230	4,84130
$/R$ médio	5,39202	4,99535

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. Itens não monetários mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de câmbio em vigor nas datas das transações iniciais. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo for determinado. As variações cambiais sobre itens monetários são reconhecidas no resultado no período em que ocorrerem. As variações cambiais decorrentes de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira relacionados a ativos em construção para uso produtivo futuro, são incluídas no custo desses ativos, na medida que sejam consideradas como ajustes, para mais ou menos, do custo dos juros, sendo-lhe imputados na proporção dos gastos totais incorridos naqueles investimentos, até à entrada em funcionamento dos mesmos. As variações cambiais incluídas nos ativos são amortizadas de acordo com o período de vida útil dos bens respetivos. b) Caixa e equivalentes de caixa: O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins, e incluem caixa e contas bancárias. A Companhia considera como caixa e equivalentes de caixa um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como caixa e equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. f) Imobilizado: Móveis e utensílios, equipamento de processamento eletrônico de dados, máquinas e aparelhos e veículos estão demonstrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável. O custo de aquisição inclui o preço da nota fiscal, as despesas de transporte e montagem. O custo de aquisição inclui também os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Imobilizações em andamento refletem ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registrados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por redução ao valor recuperável, sendo depreciados a partir do momento em que os projetos de investimentos estejam concluídos ou prontos para uso e limitados ao período de concessão relativa aos blocos. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente depreciado (exceto para construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhe-

Petrogal Brasil, S.A.
Joint Venture
Galp Energia | Sinopec

PETROGAL BRASIL S.A.
CNPJ nº 03.571.723/0001-39

cidos no resultado. As taxas de depreciação e de amortização anuais são as seguintes, considerando sua utilização normal de um turno de trabalho: • Móveis e utensílios: 10%; • Equipamento de processamento eletrônico de dados: 20%; • Benfeitorias: anos de vigência do contrato de aluguel: 20%; • Máquinas, aparelhos e equipamentos: 10%. Não foram avaliadas novas taxas de depreciação dos itens acima, decorrente da avaliação da vida útil dos bens devido ao impacto, pela opinião da Administração, ter sido considerado imaterial nas demonstrações financeiras. **Atividade de exploração e produção petrolífera:** Na atividade de Exploração e Produção existem diversos métodos e variantes desses métodos que podem ser aplicados. A Companhia adota as políticas que considera que melhor refletem os dispêndios efetuados nesta atividade. Estas políticas baseiam-se nas práticas contábeis adotadas no Brasil, que se assemelham às IFRS aplicáveis ao setor. Desde o ano de 2018 que a Companhia passou a reconhecer como custo de exploração todos os relacionados com pesquisa, ou seja, dispêndios relacionados com estudos de geologia e geofísica (G&G) e gastos gerais e administrativos (G&A), bem como os dispêndios relacionados com G&A na fase de produção. Os restantes dispêndios na fase de exploração, nomeadamente poços exploratórios, são capitalizados em ativos em curso, sendo sujeitos a testes de imparidades periódicos reconhecendo poços secos como custo do exercício. Os ativos tangíveis relacionados com a atividade de exploração e produção petrolífera encontram-se registrados ao custo de aquisição e correspondem, essencialmente, a despesas incorridas com a pesquisa e desenvolvimento da área de exploração ("campo"). Quando o campo inicia a sua produção, estas despesas são transferidas de imobilizado em curso obras em andamento para imobilizado fixo, e são depreciadas com base na taxa de amortização de acordo com o método da unidade de produção ("UOP"), tendo em consideração a natureza das despesas. As despesas de pesquisa e desenvolvimento são depreciadas, a partir do início da produção, de acordo com o coeficiente calculado pela proporção de volume de produção verificado em cada período de amortização sobre o volume de reservas provadas desenvolvidas ("proved developed reserves") determinadas no início desse período, adicionadas da produção daquele período (Método "U.O.P."). As reservas provadas desenvolvidas utilizadas pela Companhia na apuração da taxa de amortização de acordo com o método ("UOP") foram determinadas por uma entidade especializada e independente. As despesas incorridas na fase de pesquisa de campos petrolíferos sem sucesso são reconhecidas como custos na demonstração de resultados do exercício no momento em que a Companhia toma conhecimento de que o poço é seco ou não é economicamente viável, exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou puder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado. A Companhia registra provisões de abandono dos blocos. Estas destinam-se a cobrir a totalidade dos custos que esta suportará no final da vida útil de produção das áreas petrolíferas. O cálculo é efetuado com base numa estimativa de custos atualizada com base nos planos de trabalho para os campos enviados pelos Consórcios à ANP, sendo as estimativas mais atualizadas à data sobre os montantes a incorrer. A Companhia começa a reconhecer proporcionalmente as provisões de abandono assim que constrói cada poço produtor, de modo a fazer face às suas obrigações de desmantelamento dos mesmos. Assim, rateia o dispêndio com o desmantelamento dos poços e recuperação ambiental pelo número de poços que estima construir, reconhecendo ao longo do tempo a obrigação proporcionalmente aos poços já construídos. O valor do dispêndio previsto com o abandono é atualizado a uma taxa de juro sem risco e capitalizado no Ativo tangível. A provisão de abandono é posteriormente incrementada pela taxa de juro sem risco e incrementada ou reduzida pelas alterações de estimativas do custo de abandono. Por sua vez, as alterações de estimativa afetam igualmente o Ativo. Caso as revisões de estimativa excedam o valor contabilístico do Ativo, o excedente é registado em resultados do exercício.Os dispêndios previstos com o abandono capitalizados como ativo tangível são depreciados à taxa UOP. h) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: No fim de cada exercício social, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Nos casos em que o montante pelo qual o ativo se encontra registrado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável do ativo, que é registrada na demonstração de resultados na rubrica de provisão para perda de imobilizado. A quantia recuperável é o maior entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados do ativo durante a sua vida útil estimada. A quantia recuperável é estimada para o ativo ou unidade geradora de caixa a que este possa pertencer. Ainda que não exista qualquer indicação que os montantes pelos quais os ativos em produção se encontram registrados são superiores às suas quantias recuperáveis, no exercício de 2024 a Companhia procedeu à revisão do valor recuperável dos seus ativos com base na utilização das seguintes principais premissas: (i) taxa de desconto 10.1% (31-12-2023 – 11.7%), e (ii) projeção de Brent, a preços reais, para 2025: $69/bbl e para 2026-2030: $72/bbl. Para período após 2031 a projeção de Brent é de um decréscimo de 0.4% anualmente. A reversão de perda por redução ao valor recuperável do ativo reconhecida em períodos anteriores é registrada quando se conclui que as perdas por redução ao valor recuperável do ativo reconhecidas não mais existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por redução ao valor recuperável do ativo anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por redução ao valor recuperável do ativo é reconhecida imediatamente no resultado. A reversão da perda por redução ao valor recuperável do ativo é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por redução ao valor recuperável do ativo não se tivesse registrado em períodos anteriores. **Atividade de exploração e produção petrolífera:** As perdas por imparidade dos ativos na atividade de exploração e produção petrolífera são determinadas quando: • Não sejam encontradas reservas economicamente viáveis; • O período de licenciamento expirar e não for possível a renovação da licença de exploração; • Uma área adquirida for entregue ou abandonada; • Os benefícios econômicos futuros esperados forem inferiores ao investimento efetuado. A Companhia efetua uma avaliação anual quanto à existência de imparidade dos ativos tangíveis e intangíveis que estão relacionados à atividade de exploração e produção petrolífera, sendo selecionada a unidade geradora de caixa Bloco. A avaliação de imparidade por Bloco é efetuada pelo modelo EMV ("Expected Monetary Value") através da comparação do valor líquido contabilístico dos investimentos efetuados com o valor atual esperado do retorno do investimento que resulta da atualização dos fluxos de caixa futuros, através da taxa de desconto aplicável para os projetos em análise, calculados atendendo estimativas de: (i) Reservas prováveis; (ii) Investimento e custos operacionais futuros necessários para recuperar as reservas prováveis; (iii) Recursos contingentes, corrigidos por um fator de probabilidade de sucesso; (iv) Investimento e custos operacionais futuros necessários para recuperar os recursos contingentes; (v) Preço de referência do Barril de Brent; (vi) Mecanismos de tributação do Bloco. O período de projeção de fluxos de caixa é igual ao da recuperação das reservas e recursos, limitado ao período dos contratos de concessão, quando aplicável. A informação constante nas alíneas: • (i) é suportada por especialistas independentes para a quantificação das reservas petrolíferas estimadas. Estes especialistas independentes são externos quer à Companhia quer aos parceiros nos blocos; • (ii), (iii), (iv) e é determinada internamente pela Companhia ou, sempre que disponível, através de informação facultada pelo Operador de cada Bloco, nomeadamente, a que decorre dos planos de desenvolvimento aprovados, ajustados de acordo com a expectativa da Companhia e da informação legal disponibilizada; • (v) é a que consta do orçamento do plano para cinco anos da Companhia e constante após esse período; e • (vi) é determinada pelas legislações vigentes aplicáveis às atividades realizadas pela Companhia. A taxa de desconto utilizada é de 10.1% (31-12-2023 – 11.7%). i) Reconhecimento de receita: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber. A receita e custos de produção associados aos Testes de Longa Duração (TLD) são registrados em resultados quando se entende que os ativos estão prontos para uso e os testes apenas se destinam a testar os métodos/ perfis mais adequados para a produção. **Venda de produtos:** • A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas; • A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos; • A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos; • O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; • É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e • Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. A receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida. Na atividade de E&P o reconhecimento da receita depende da modalidade de venda. Na modalidade FOB (Free On Board) a receita é reconhecida no momento em que o óleo é transferido para o navio do comprador e é emitido o "Bill of lading". Na modalidade DAP (Delivered At Place) a receita é reconhecida quando da entrega no destino indicado. o) Demonstrações dos fluxos de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e apresentadas com base no método direto, sendo apresentada a respetiva reconciliação desde o lucro líquido do exercício – método indireto (Nota 27), de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03. v) Novos pronunciamentos contábeis aplicáveis a partir do exercício de 2024 ou aplicáveis a partir de exercícios futuros: **Normas e interpretações publicadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade:** As normas IFRS aprovadas e publicados nos Pronunciamentos Contábeis no Brasil com aplicação no exercício de 2024 são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Pronunciamento, revisão ou interpretação do CPC	Normas IAS	Data de aplicação contabilística	Exercício econômico em que se aplica	Observações
Pronunciamento Técnico CPC nº 03 / CPC nº 40	Alterações à IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa e IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: 'Acordos de financiamento de fornecedores' (emitida a 07 de dezembro de 2023)	01/01/2024	2024	Sem impactos contabilísticos.
Pronunciamento Técnico CPC nº 02 (R2)	Alterações à IAS 21 Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade' (emitida em 15/08/2024)	01/01/2025	2025	Sem impactos contabilísticos estimados.
Pronunciamento Técnico CPC nº 18 (R4) e ICPC 09	Investimento em coligada e em empreendimento controlado em conjunto e Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial (emitida em 07 de dezembro de 2023)	01/01/2025	2025	Sem impactos contabilísticos.
Pronunciamento Técnico CPC nº 37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, que passam a vigorar com as seguintes redações de câmbio: Falta de permutabilidade' (emitida em 15/08/2024)	01/01/2025	2025	Sem impactos contabilísticos estimados.
Pronunciamento Técnico CPC nº 26	Alterações à IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras: Classificação de passivos como não correntes e correntes; Classificação de passivos como não correntes e correntes - diferimento da data efetiva; Passivos não correntes com covenants (emitida a 17 de agosto de 2023)	01/01/2027	2027	Sem impactos contabilísticos.
IFRS9	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações.	01/01/2027	2027	Sem impactos contabilísticos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O saldo dessa conta em 31 de dezembro de 2024 e 2023, conforme registrado na demonstração dos fluxos de caixa pode ser conciliado com os respetivos itens dos balanços patrimoniais, como demonstrado a seguir:

Unid: milhares de R$

	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	**4.728.090**	**2.773.471**
Bancos	3.787.186	1.565.886
Bancos - contas vinculadas	3	6
Aplicações financeiras (*)	940.902	1.207.579

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresenta aplicações financeiras realizadas em instituições financeiras brasileiras e internacionais. As aplicações financeiras realizadas em instituições brasileiras tiveram retorno a juro composto médio equivalentes a 97.5 % da taxa DI (101.5% da taxa DI, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023) e possuem cláusulas de liquidez imediata sem qualquer penalização no resgaste antecipado. As aplicações financeiras realizadas em instituições financeiras no exterior tiveram um retorno a juro simples médio de 3.58% a.a. e possuem cláusulas de liquidez imediata com a penalização de perda da rentabilidade no resgate antecipado. As mesmas estão sujeitas a risco insignificante de mudança de valor. A Companhia avaliou o risco de crédito da contraparte das suas aplicações financeiras conforme descrito na Nota 26. As aplicações financeiras são compostas pelos seguintes depósitos de curto prazo, a seguir demonstrado:

Unid: milhares de R$

Instituição financeira	2024	2023
	940.902	**1.207.579**
Banco Bradesco, S.A., Brasil	-	45.668
Banco Itaú Unibanco S.A., Brasil	330.075	-
Citibank, S.A., Brasil	29.184	-
Deutsche Bank S.A., Brasil	272.028	-
Citibank N.A., Nova Iorque	309.615	1.161.911

8. IMOBILIZADO

Durante o exercício de 2024, o movimento ocorrido nas rubricas do ativo imobilizado foi o seguinte:

Unid: milhares de USD

	Construções em andamento			
	Bacia Santos	Juros de empréstimos de Suprimentos	PIS/Cofins	Subtotal de Ativos Tangíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**6.416.606**	**987.373**	**172.428**	**7.576.406**
Adições	2.142.145	377.557	26.200	2.545.902
Imparidades	(469.562)	(1.424)	-	(470.986)
Baixas e provisões para perdas de imobilizado	(2.997)	-	-	(2.997)
Regularizações e outros ajustamentos	2.458	-	-	2.458
Transferências	(175.700)	(14.874)	-	(190.574)
Conversão cambial	1.790.600	275.534	48.117	2.114.251
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**9.703.550**	**1.624.166**	**246.745**	**11.574.461**
em 31 de dezembro de 2024	**9.607.124**	**1.624.166**	**246.745**	**11.574.461**

Unid: milhares de R$

	Subtotal de Ativos Tangíveis em Andamento	Bens em operação						
		Bacia Santos	Cabiúnas	Veículos	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Juros de empréstimos de Suprimentos	Total de Ativos Tangíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**7.576.406**	**20.224.318**	**458.991**	**2.318**	**8.784**	**8.789**	**1.578.048**	**29.857.654**
Adições	2.545.902	913.897	-	537	419	-	2.062	3.462.815
Imparidades	(470.986)	(533)	-	-	-	-	-	(471.519)
Baixas e provisões para perdas de imobilizado	(2.997)	-	-	(718)	(6)	-	-	(3.721)
Regularizações e outros ajustamentos	2.458	(125.741)	(4.564)	-	-	-	-	(127.847)
Transferências	(190.574)	175.812	-	-	-	-	14.762	-
Conversão cambial	2.114.251	5.643.743	128.084	647	2.451	2.453	440.366	8.331.996
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**11.574.460**	**26.831.496**	**582.511**	**2.784**	**11,649**	**11.242**	**2.035.238**	**41.049.377**
Amortização acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**-**	**(12.723.600)**	**(166.458)**	**(1.201)**	**(6.531)**	**(6.352)**	**(882.617)**	**(13.786.761)**
Despesa de amortização	-	(2.139.266)	(29.277)	(570)	(1.115)	(378)	(192.475)	(2.363.081)
Imparidades	-	9.685	-	-	-	-	-	9.685
Abates/venda	-	-	-	514	6	-	-	520
Regularizações e outros ajustamentos	-	123.276	-	-	-	-	-	123.276
Conversão cambial	-	(3.550.617)	(46.452)	(334)	(1.822)	(1.772)	(246.301)	(3.847.298)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	**-**	**(18.280.522)**	**(242.187)**	**(1.591)**	**(9.462)**	**(8.502)**	**(1.321.393)**	**(19.863.657)**
em 31 de dezembro de 2024	**11.574.460**	**8.550.974**	**340.324**	**1.192**	**2.187**	**2.739**	**713.845**	**21.185.721**

Durante o exercício de 2023, o movimento ocorrido nas rubricas do ativo imobilizado foi o seguinte:

Unid: milhares de R$

	Construções em andamento						
	Almoxarifado	Bacia Santos	Cabiúnas	Bacia Campos	Juros de empréstimos de Suprimentos	PIS / Cofins	Subtotal de Ativos Tangíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**4.266**	**5.616.136**	**983**	**-**	**757.630**	**229.404**	**6.608.418**
Adições	-	1.598.849	-	-	403.576	-	2.002.425
Imparidades	-	(3.946)	-	3.471	73	-	(402)
Baixas e provisões para perdas de imobilizado	(3.960)	-	-	-	(102)	-	(4.062)
Regularizações e outros ajustamentos	-	-	(208)	(3.471)	-	(40.425)	(44.104)
Transferências	-	(389.289)	(702)	-	(119.149)	-	(509.140)
Conversão cambial	(306)	(405.145)	(73)	-	(54.654)	(16.552)	(476.729)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**-**	**6.416.606**	**-**	**-**	**987.373**	**172.428**	**7.576.406**
em 31 de dezembro de 2023	**-**	**6.416.606**	**-**	**-**	**987.373**	**172.428**	**7.576.406**

Unid: milhares de R$

	Subtotal de Ativos Tangíveis em Andamento	Bens em operação						
		Bacia Santos	Cabiúnas	Veículos	Equipamento administrativo	Outras imobilizações corpóreas	Juros de empréstimos de Suprimentos	Total de Ativos Tangíveis
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**6.608.418**	**20.808.386**	**474.969**	**1.957**	**8.254**	**9.473**	**1.527.723**	**29.439.178**
Adições	2.002.425	552.296	17.586	502	1.077	-	41.451	2.615.337
Imparidades	(402)	(22.328)	-	-	-	-	-	(22.730)
Baixas e provisões para perdas de imobilizado	(4.062)	-	-	-	-	-	-	(4.062)
Regularizações e outros ajustamentos	(44.104)	(2.227)	-	-	48	-	(68)	(46.351)
Transferências	(509.140)	389.289	700	-	-	-	119.151	-
Conversão cambial	(476.728)	(1.501.098)	(34.264)	(141)	(595)	(683)	(110.209)	(2.123.719)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**7.576.407**	**20.224.318**	**458.991**	**2.318**	**8.784**	**8.789**	**1.578.048**	**29.857.654**
Amortização acumulada								
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**-**	**(11.583.982)**	**(154.786)**	**(858)**	**(6.124)**	**(6.523)**	**(717.673)**	**(12.469.947)**
Despesa de amortização	-	(1.977.589)	(22.836)	(402)	(847)	(300)	(216.716)	(2.218.690)
Regularizações e outros ajustamentos	-	2.314	-	-	-	-	-	2.314
Conversão cambial	-	835.657	11.164	59	440	472	51.771	899.563
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**-**	**(12.723.600)**	**(166.458)**	**(1.201)**	**(6.531)**	**(6.352)**	**(882.617)**	**(13.786.761)**
em 31 de dezembro de 2023	**7.576.407**	**7.500.718**	**292.532**	**1.117**	**2.253**	**2.437**	**695.430**	**16.070.889**
em 31 de dezembro de 2022	**6.608.418**	**9.224.404**	**320.182**	**1.099**	**2.130**	**2.950**	**810.050**	**16.969.231**

As adições totais do exercício de 2024 são relativas à: Continuidade nas atividades de desenvolvimento dos campos, conforme a seguir: • Campo de Bacalhau no montante de R$ 2.357.478, como construção em andamento; • Campos do BM-S-11 no montante de R$ 1.085.129, dos quais R$ 270.013 como construção em andamento e R$ 815.116 como bens em operação; • Campo de Sépia no montante de R$ 100.842, como bens em operação; • O montante de -R$ 81.590, relativos redução de ativo nos campos de Berbigão e Sururu, resultado do processo de unitização, como construção em andamento. Outras aquisições relativas à veiculo (R$ 537) e equipamentos administrativos ($ 419). Do montante de transferências constante na rubrica Bacia Santos (R$ 175.812), refere-se à passagem para fixo de 4 poços do BM-S-11 conectados durante o exercício de 2024, 3 poços no campo de Tupi e 1 poço no campo de Berbigão-Sururu. As imparidades do exercício de 2024, no montante de R$ 461.834 é composta conforme a seguir: • Imparidade constituída para bacia de Santos, no montante de R$ 450.521, relativos a poços referentes ao projeto Bacalhau cuja decisão de abandono foi tomada em 2024. Os poços são 4-SPS-86B, no montante de R$ 161.062, e 9-BACN-1-SPS, no montante de R$ 289.459. • Aumento de imparidade também para bacia de Santos, no montante de R$ 11.313, relativo ao poço 3-RJS-683A referente ao projeto Júpiter que concluiu o processo de abandono durante o ano de 2024. Os juros de empréstimos são rateados pelos ativos em andamento, sendo posteriormente amortizados juntamente com os ativos correspondentes. A Companhia continuou a desenvolver os grandes campos de Tupi, Iracema, Iara e Sépia, no pré-sal da bacia de Santos, onde mantém doze unidades a produzir, após a entrada em produção da FPSO Carioca. Os ativos tangíveis e intangíveis afetos à exploração e produção, foram sujeitos no final do ano de 2024 a uma análise de sensibilidade aos valores dos principais ativos, em função da flutuação do preço do Brent. Os preços do Brent, estimados, considerados nos testes de imparidade, encontram-se detalhados na nota 3, alínea h). Baseado no resultado dos testes de imparidade os benefícios futuros esperados dos ativos são mais elevados do que os estimados pela UGC para o Brasil. A taxa de desconto usada nos testes de imparidade reflete o risco específico dos ativos afetos à unidade de negócio do E&P, calculada na base do USD. Para a análise de sensibilidade efetuada para testar o impacto da volatilidade do preço do Brent no valor dos principais ativos do segmento E&P, foi considerado um decréscimo de 10% nos fluxos de caixa projetados e um incremento de 1% na taxa de desconto, sem que se tenha verificado potenciais perdas de imparidade.

10. DIREITOS DE USO

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, os direitos de uso e responsabilidade por locações são detalhados como se segue:

Unid: milhares de R$

	2024			2023
	FPSO	Edifícios	Total	Total
Em 31 de dezembro 2024			-	
Custo	4.888.990	43.983	4.932.973	3.856.726
Amortização acumulada	(1.855.371)	(20.408)	(1.875.779)	(1.221.494)
Valor líquido	**3.033.619**	**23.575**	**3.057.194**	**2.635.231**
Saldo a 1 de janeiro	**2.614.132**	**21.099**	**2.635.231**	**3.104.236**
Amortizações	(269.941)	(2.971)	(272.912)	(252.866)
Efeitos da variação cambial e outros ajustamentos	689.428	5.447	694.875	(216.139)
Saldo a 31 de dezembro	**3.033.619**	**23.575**	**3.057.194**	**2.635.231**

As responsabilidades com locações são como segue:

Unid: milhares de R$

	2024	2023
Análise de maturidade - cash flows contratuais não descontados	**5.107.077**	**5.214.135**
Inferior a um ano	511.747	474.954
Um a cinco anos	1.968.224	1.875.446
Mais de cinco anos	2.627.105	2.863.735
Responsabilidades por locações no balanço	**3.876.443**	**3.228.756**
Circulante	563.770	442.764
Não circulante	3.312.673	2.785.992

Os custos ocorridos durante o exercício social são como segue:

Unid: milhares de R$

	2024	2023
	298.887	**290.990**
Juros de locações	296.379	290.321
Despesas relacionadas com locações operacionais de curta duração, baixo valor e pagamentos variáveis	2.509	668

Os pagamentos ocorridos durante o exercício social são como segue:

Unid: milhares de R$

	2024	2023
Atividades de financiamento	**(588.488)**	**(460.383)**
Pagamentos relativos a locações	(248.121)	(179.014)
Pagamentos relativos a juros locações	(340.367)	(281.368)

19. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS DE CAPITAL

O capital social da Companhia está demonstrado a seguir:

Unid: milhares de R$

	Número de ações detidas	Valor nominal da ação	Valor capital social
Capital social	**9.147.970**		**91.480**
Petrogal Brasil BV	6.403.579	0,01	64.036
Windland Energy Petroleum Sarl	2.744.391	0,01	27.444

No início de 2019, o Capital Social estava integralizado em sua totalidade. Já a Reserva de Capital no montante de R$ 7.373.711, são relativos ao total de Reserva de Capital no montante de R$ 7.973.055 com um saldo residual a integralizar no montante de R$ 599.344 referente a deliberação aprovada pelos acionistas na data de 28 de novembro de 2017. Em 30 de julho de 2021, os acionistas aprovaram o cancelamento do montante de R$ 599.344 relativo a Reserva de Capital, não integralizado até a data, devido sua situação financeira ser suficiente para cumprir seus compromissos futuros. No exercício de 2024, a Companhia tinha, na rubrica de Reserva de Capital, o montante de R$ 4.915 (31-12-2023 - R$ 5.156) respeitante a ações próprias afetas ao programa de incentivos de longo prazo (LTI) registado por contrapartida de Despesas com pessoal, conforme Nota 2. Desta forma, no fim do exercício de 2024, a reserva de capital passou a ser R$ 7.378.627 totalmente integralizado.

22. RECEITA LÍQUIDA DAS VENDAS E CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a composição do lucro bruto é como se demonstra a seguir:

Unid: milhares de R$

	2024	2023
Receita bruta de vendas - produto	14.917.862	14.315.994
Impostos incidentes sobre as vendas - produto	(155.468)	(152.625)
Receitas líquidas das vendas	**14.762.394**	**14.163.368**
Receita bruta de serviços	7.101	4.821
Impostos incidentes sobre os serviços	(1.012)	(687)
Receitas líquidas de serviços	**6.089**	**4.134**
Custos gerais de produção	(1.894.507)	(1.573.066)
Depreciações	(2.325.828)	(2.537.773)
Imparidades	(402.146)	(23.456)
Royalties	(1.522.043)	(1.509.421)
Participação especial	(3.018.677)	(3.046.706)
Estoques	99.759	(155.981)
Custos de vendas e prestação de serviços	**(9.063.442)**	**(8.846.402)**
Lucros brutos	**5.705.041**	**5.321.100**

Durante o exercício de 2024, a Companhia reforçou, no montante de R$ 584.541, a provisão relativa a unitização dos campos de Berbigão/Sururu localizada na bacia de Santos totalizando R$ 1.186.321 (31-12-2023 - R$ 601.780). Durante o exercício de 2024, a Companhia constituiu imparidades/provisões para perda de imobilizado em alguns ativos do seu portfólio durante 2024, no montante de R$ 402.146 (31-12-2023 - R$ 23.456) (Nota 1)

Petrogal Brasil, S.A.
Joint Venture
Galp Energia | Sinopec

PETROGAL BRASIL S.A.
CNPJ nº 03.571.723/0001-39

27. RECONCILIAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA PELO MÉTODO DIRETO VERSUS INDIRETO

A demonstração dos fluxos de caixa pelo método indireto para o exercício de 2024 e 2023 apresenta a seguinte composição:

	Unid: milhares de R$	
	2024	**2023**
Fluxos das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	**2.970.598**	**3.574.005**
Ajustes para conciliar prejuízos operacionais com o caixa usado nas atividades operacionais:		
Redução da provisão para contingências		
Depreciação e amortização	2.234.906	2.173.704
Depreciação sob provisão para custos de abandono dos blocos	87.653	38.335
Baixas ou imparidades de ativos tangíveis	413.368	-
Equivalência patrimonial	(56.987)	(205.829)
Provisões para contingências	(73.030)	-
Variações monetárias e juros do exigível a longo prazo	296.378	276.184
Outros fluxos de atividade diretos operacionais	287.470	812.054
Ajustamento conversão cambial	914.313	(175.751)
Variações do ativo e passivo circulante e não circulante:		
Clientes	1.062.447	51.956
Adiantamentos	1.410	557
Estoques	(263.192)	(311.787)
Despesas antecipadas	8.953	(6.781)
Outros créditos	5.044	-
Depósitos judiciais	12.820	342.528
Fornecedores	271.359	86.847
Contas a pagar a operador dos consórcios - blocos não operados	(25.772)	585.958
Contas a receber da consorciada	-	4.472
Contas a pagar a partes relacionadas	-	275.058
Tributos a recuperar	173.539	224.254
Obrigações tributárias	(41.507)	1.704.851
Outras obrigações	(249.194)	(3.927.320)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	**8.030.576**	**5.523.294**

A rubrica 'Outras obrigações' está relacionada com pagamento de impostos sobre produtos petrolíferos.

31. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 23 de janeiro de 2025, ocorreu uma reunião de Diretoria da Agência Nacional de Petróleo (ANP), para análise dos Planos de Desenvolvimento (PD) e dos Acordos de Individualização da Produção (AIP) das Jazidas Compartilhadas de Berbigão e Sururu (Nota 1) apresentados pelos respectivos Consórcios. Como resultado desta reunião, restou decidido que as jazidas deverão ter seus reservatórios considerados como unificados para fins de apuração da Participação Especial. Baseando-se no fato de que os consórcios escoam suas respectivas produções através de uma Plataforma (FPSO) único (P-68). Como consequência desta interpretação, a diferença de Participação Especial em questão monta os R$ 710 milhões até a presente data. Importante ressaltar que as empresas integrantes dos respectivos consórcios discordam de tal interpretação, considerando que a prevalência deverá se dar pelo critério geológico, que, no caso concreto, aponta para duas jazidas separadas. O evento mencionado acima não impacta as demonstrações financeiras da empresa a 31 de dezembro de 2024. Não ocorreu nenhum outro evento subsequente após 31 de dezembro de 2024 com impacto relevante nas demonstrações financeiras anexas.

Diretoria

Paula Pereira da Silva - Diretor Presidente
CPF: 065.615.657-03

Ding Yanxia - Diretor Financeiro
CPF: 062.081.237-04

Mauro Coutinho Fernandes
Diretor de Operações
CPF: 470.467.407-04

Marcelo Vinicius de Souza - Contador CRC/RJ 1RJ-094628/O-7
CPF: 011.891.847-88

Relatório Resumido das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis nos endereços eletrônicos que estão informados nesta publicação resumida. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 14 de março de 2025, sem modificações

PRINER LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS S.A.
CNPJ/MF n° 24.566.534/0001-48 - NIRE nº 33.3.0031995-6

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 21 DE FEVEIRO DE 2025 às 14:00h. Os acionistas deliberaram e aprovaram, por unanimidade, sem ressalvas: (i.) A reeleição dos membros da diretoria da Companhia para o mandato único de 01 (um) ano, ocorrendo nova eleição, após este período, em Assembleia Geral Extraordinária, que deliberar sobre a matéria, ou até a próxima Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social de 2025, sendo que os Diretores poderão permanecer no exercício de seus cargos até a eleição e posse de seus sucessores. Deste modo, foram reeleitos os Srs.: (i) **TÚLIO CINTRA**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº 5060048884D, expedida pelo CREA/SP, inscrito no CPF/ME sob o nº 120.423.248-25, com domicilio comercial na sede da companhia para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (ii) **MARCELO GONÇALVES COSTA**, brasileiro, casado, administrador, portador da cédula de identidade nº 2026555-7, expedida pelo CRA/RJ, inscrito no CPF/ME sob o nº 961.422.437-15, com domicilio comercial na sede da companhia, sendo certo que o **MARCELO GONÇALVES COSTA** também será representante legal perante a Receira Federal do Brasil; e (iii) **YOSHIRO MARCELO SAKAKI LEAL**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº 05395453-09, expedida pela SSP/BA, inscrito no CPF/ME sob o nº 909.654.005-06, com domicilio comercial na sede da companhia. **Assim, a Diretoria da Companhia fica composta da seguinte forma: Diretor Presidente: Túlio Cintra; Diretor (sem denominação): Marcelo Gonçalves Costa; Diretor (sem denominação): Yoshiro Marcelo Sakaki Leal.** Em ato contínuo, os Diretores tomam posse mediante termo lavrado e arquivado na sede da Companhia, que constitui o Anexo I à presente Ata. **Em observância ao artigo 289 da Lei 6.404/76, informamos que a íntegra se encontra no site da companhia e neste jornal na versão digital, a qual poderá ser acessada por meio do link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br/**

Rio de Janeiro, 20 de março de 2025.

GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO

SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA

COMPANHIA DE TRANSPORTES SOBRE TRILHOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - RIOTRILHOS

CNPJ 04.611.818/0001-00 - NIRE 33 3 0026971-5

ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Conselho de Administração da Companhia de Transportes Sobre Trilhos do Estado do Rio de Janeiro - RIOTRILHOS convida os senhores acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada na sede social, localizada na Av. Nossa Senhora de Copacabana nº 493 - 6º andar, às 15 horas do dia 31 de março de 2025, com a opção de participar por videoconferência, via plataforma Google Meet. A ordem do dia será a seguinte: 1 - Eleição de membro do Conselho de Administração. Toda a documentação pertinente à matéria que será deliberada na Assembleia Geral Extraordinária está à disposição dos acionistas na sede social da Companhia, conforme disposto no artigo 133, § 1º da Lei 6.404/76. Rio de Janeiro, 19 de março de 2025. Fabio Tadeu Nicolosi Serrão - Presidente do Conselho de Administração.

Autopista Fluminense S.A.
CNPJ/ME nº 09.324.949/0001-11 – NIRE 33.300.285.288

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 26/02/2025

1. Data, Hora e Local: Aos 26/02/2025, às 17:00 horas, em Niterói-RJ, na Rua Quinze de Novembro, nº 4, salas 902 e 903, Bloco 2, Centro. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira; Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado. **4. Ordem do Dia:** 4.1. Manifestar-se sobre o relatório de Administração, sobre as contas da Diretoria, bem como sobre as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024; 4.2. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/2024; 4.3. Convocar a Assembleia Geral Ordinária dos acionistas da Companhia, para fins de atendimento ao Artigo 132 e conforme dispõe o Artigo 142, inciso IV, ambos da Lei nº 6.404/76; e 4.4. Deliberar sobre a nomeação dos auditores independentes da Companhia. **5. Deliberações:** Por unanimidade, deliberaram: 5.1. Foram aprovadas, sem quaisquer emendas ou ressalvas, as contas da Diretoria, o relatório da Administração e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2024, acompanhadas do parecer emitido pelos auditores independentes da Companhia. Tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia como Doc. nº 01, e deverão ser submetidos à Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia para aprovação; 5.2. Tendo em vista a não apuração de resultado positivo no exercício social encerrado em 31/12/2024, conforme consta das Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas anteriormente aprovadas, a Companhia não constituirá reserva legal, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, e tampouco distribuirá dividendos aos seus acionistas; 5.3. Foi aprovada a convocação de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia para o dia 30/04/2025, às 13:30 horas, no Município de Niterói, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Quinze de Novembro, nº 4, salas 902 e 903, Bloco 2, Centro; 5.4. Aprovar a nomeação da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. como novos auditores independentes da Companhia, na forma do inciso XI, do Artigo 13 do Estatuto Social da Companhia; e 5.5. Aprovar a lavratura da presente Ata sob a forma de sumário, nos termos do disposto no artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **6. Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada esta Ata, que lida e achada conforme, foi assinada por: Presidente: Sr. Nilton Leonardo Fernandes de Oliveira e Secretária: Sra. Sabrina Indelicato Penteado; Conselheiros: Sr. Sérgio Moniz Barretto Garcia, Roberto Paolini, e Flávia Lúcia Mattioli Tâmega. Niterói, 26/02/2025. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Certifico o arquivamento em 10/03/2025 sob o nº 00006856939 e demais constantes do termo de autenticação. Protocolo 2025/00323733-3 de 07/03/2025. Gabriel Oliveira de Souza Voi – Secretário Geral.

CONCREMAT ENGENHARIA E TECNOLOGIA S.A.
CNPJ/MF n° 33.146.648/0001-20 - NIRE: 3.33.0006631-4

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 16/01/2025: 1. Data, Hora e Local: Aos 16/01/2025, às 14:00 horas, na sede social da Concremat Engenharia e Tecnologia S.A. ("Companhia"), localizada na Rua Joaquim Palhares, nº 40, Torre Sul, 5º andar, Estácio, CEP: 20.260-080, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. **2. Convocação e Presença**: Convocação realizada nos termos do Parágrafo 8°, Art. 10° do Estatuto Social, estando presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, conforme assinaturas lançadas em livro próprio. **3. Mesa**: Presidente: Lin Li; e Secretária: Cláudia Cid Varela Madeira. **4. Deliberações**: As seguintes matérias foram deliberadas e aprovadas por unanimidade: 4.1. Aprovar a renúncia do Sr. **Rafael Luís Rabuske**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da cédula de identidade nº 00270718701 DETRAN/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 739.848.920-04, domiciliado na Rua Joaquim Palhares, nº 40, Torre Sul, 5º andar, Estácio, Rio de Janeiro/RJ, do cargo de Diretor Executivo, a partir de 20/01/2025. **5. Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, deram por encerrada a presente Reunião, tendo-se lavrado a presente Ata que, lida, aprovada e achada conforme, foi devidamente assinada por todos os presentes. **6. Assinaturas**: Mesa: Lin Li, Presidente; Cláudia Cid Varela Madeira, Secretária. Conselheiros: Zhimin Hu; Lin Li; Cai Wei. Confere com o original lavrado em livro próprio. Rio de Janeiro, 16/01/2025. Lin Li - Presidente da Mesa e Membro do Conselho de Administração; Cláudia Cid Varela Madeira - Secretária. Jucerja nº 6870870 em 18/03/202

Incerteza econômica pode gerar oportunidades

Mercado de fusões e aquisições foi o nicho do levantamento

O mercado global de Fusões e Aquisições (M&A) movimenta trilhões de dólares, mas sua dinâmica financeira não é uniforme, sendo profundamente influenciada por fatores como a incerteza sobre a condução da política econômica (EPU), que tem propensão em influenciar decisões de investidores e das empresas. Foi com base nestas características que Ronaldo Rodrigues, senior associate da Zaxo, boutique de M&A (Mergers and Acquisitions) empresa especializada em assessorar investidores e companhias em processos de Fusões e Aquisições, decidiu investigar esse cenário de maneira global.

Rodrigues explica que após analisar mais de 20 mil transações realizadas entre 1990 e 2023, nos 18 países com maior capitalização de mercado no mundo, o estudo revelou algo fascinante: a incerteza econômica, ao mesmo tempo em que causa fricções no mercado, pode gerar oportunidades em processos de M&A. "No Brasil, não é diferente. O país se destaca como um dos mercados mais promissores e desafiadores da América Latina nesse aspecto", comenta.

A pesquisa faz parte da tese de doutoramento de Ronaldo realizada no Programa de Pós-Graduação em Contabilidade da Universidade Federal do Paraná. Para o doutor Cláudio Marcelo Edwars, professor do departamento de Contabilidade da instituição e orientador do estudo, "a pesquisa aponta como a análise aprofundada de dados financeiros mostra como agentes econômicos decidem em cenário de incerteza no mercado de M&A".

Para Jefferson Nesello, sócio-fundador e diretor da Zaxo, o Brasil não é apenas mais um país emergente; é uma arena onde incertezas políticas frequentemente testam a coragem dos investidores. Mas é exatamente nesse cenário que brilham as melhores oportunidades. "Em momentos de instabilidade, o mercado brasileiro se torna ainda mais estratégico. É quando investidores mais arrojados conseguem negociar prêmios atrativos e, ao mesmo tempo, capturar valor futuro em setores promissores", observa.

Leonardo Grisotto, também sócio-fundador e diretor da Zaxo, complementa: "Em mercados como o brasileiro, a incerteza frequentemente cria uma janela estratégica para negociações vantajosas. Empresas bem preparadas conseguem transformar esses momentos em oportunidades, especialmente em setores altamente competitivos".

Incertezas

O estudo apontou que a incerteza econômica exerce um efeito direto no Enterprise Value das aquisições, reduzindo-o em cerca de 6,7% ao ano na média geral. Entretanto, esse resultado pode ser amenizado pelas oportunidades de crescimento dos ativos adquiridos. Para as empresas que possuem maiores opções de crescimento (growth options) o impacto da incerteza da Política Econômica não chega a 1%. Isso demonstra que as oportunidades de crescimento presentes nos ativos são vistas como catalisadoras de valor e reduzem o impacto da incerteza na precificação.

Ao considerar o efeito das oportunidades de crescimento direto no Enterprise Value, para cada 1% de nas growth options em cenário de incerteza, ocorre um aumento de aproximadamente 16% no valor do negócio, significando aumento no prêmio pago nas aquisições em cenários de elevada incerteza econômica.

Essa análise combinada dos fatores, indica que ao mesmo tempo que a incerteza reduz o valor dos negócios, há um aumento no prêmio pago nas aquisições. Rodrigues ainda explica que "em mercados mais competitivos, o efeito das oportunidades de crescimento é mais pronunciado, pois as empresas agem rapidamente devido ao nível de competitividade. Nestes mercados o prêmio pode chegar a 19%. Isso faz com que a incerteza econômica, ao invés de ser apenas um risco, seja percebida como uma oportunidade de criar valor por meio de aquisições estratégicas. Essa dinâmica tem impulsionado negócios importantes no Brasil e no exterior."

Segundo Rodrigues, "é nos momentos de maior complexidade que surgem as melhores oportunidades". "Nosso trabalho é ajudar empresas a enxergarem além do óbvio, transformando incertezas em decisões estratégicas que geram valor duradouro", afirma.

Entradas líquidas dos fundos somam R$ 52,9 bi na semana

Os fundos de investimento tiveram entradas líquidas de R$ 52,9 bilhões na semana de 10 a 14 de março, conforme dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima). No mês, a captação líquida está positiva em R$ 56,1 bilhões. Segundo a associação, mais uma vez a renda fixa foi o carro-chefe desse movimento, com aportes líquidos de R$ 52,4 bilhões na semana.

Também tiveram resultados positivos em captação as categorias de FIDCs (Fundos de Investimento em Direitos Creditórios), com R$ 4 bilhões, e FIPs (Fundos de Investimento em Participações), com R$ 169,5 milhões. Mas, nesses dois casos, as entradas líquidas foram influenciadas por aportes em fundos únicos - de R$ 3,7 bilhões no caso de FIDCs e de R$ 105 milhões no de FIPs.

Na semana, as saídas líquidas mais expressivas foram registradas nos fundos de ações (R$ 1,7 bilhão) e nos multimercados (R$ 1 bilhão). Também fecharam o período com resgates líquidos fundos de previdência, com R$ 548,1 milhões, e ETFs, com R$ 273,7 milhões

Considerando apenas os fundos de renda fixa, os maiores aportes líquidos ficaram com Renda Fixa Duração Baixa Soberano (investimentos de mais curto prazo em títulos públicos), com R$ 21,3 bilhões, e Renda Fixa Duração Livre Grau de Investimento (investimentos sem compromisso de prazo em títulos públicos e ativos privados com baixo risco de crédito).

Entre os fundos de ações, as saídas mais volumosas foram do tipo Ações Livre (R$ 1,2 bilhão) e, no caso dos multimercados, Multimercados Macro (R$ 1,1 bilhão).

MONTEIRO ARANHA S.A.

CNPJ/MF 33.102.476/0001-92 – Companhia Aberta

[B]³ MOAR3

Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, acompanhadas do parecer dos auditores independentes, referente ao exercício social encerrado em 31/12/2024. **Atividades da Companhia**: A Monteiro Aranha S.A. ("MASA" ou " Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob o código (*ticker*) “MOAR3”, com sede na Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, Sala 101 - A, parte, Leblon, no município e estado do Rio de Janeiro, Brasil, que tem como atividade principal a participação societária em outras sociedades. **Contexto de negócios em 2024**: A Companhia apresentou no exercício social de 2024 um lucro líquido consolidado de R$ 72.642 comparado a um lucro líquido de R$ 878.981 registrado no exercício social de 2023. Em 2024 a Companhia reportou resultado positivo de R$ 83.395 com outras receitas, líquidas, contra R$ 90.853 em 2023. A queda se deve principalmente pelo menor recebimento de proventos de suas investidas avaliadas a valor justo e à redução do ganho nas vendas de propriedades para investimento, parcialmente compensados pelo ganho com a bonificação de ações emitidas pela Klabin S.A. aos seus acionistas. A Companhia apresentou resultado financeiro positivo de R$ 79.401 em 2024, contra um resultado negativo de R$ 9.159 em 2023, devido preponderantemente ao melhor resultado dos seus fundos exclusivos, aos menores encargos sobre debêntures e cédulas de crédito bancário (“CCB”) em razão do menor volume de dívida, parcialmente compensados pelo menor resultado das aplicações financeiras em renda fixa dado o menor volume de caixa em tesouraria. O ajuste a valor justo de investimentos engloba a variação dos investimentos não avaliados por equivalência patrimonial, cujo resultado negativo de R$ 122.909 em 2024 frente ao resultado positivo de R$ 1.022.888 em 2023 reflete, majoritariamente, (a) o menor ganho com o ajuste a valor justo do investimento em Klabin S.A.[1], dado que em 2023, além da valorização das suas ações, o valor também engloba o reconhecimento inicial dessa investida a valor justo pela perda da coligação em abril daquele ano, (b) a perda com ajuste a valor justo do investimento em Ultrapar Participações S.A.[2] devido à desvalorização das ações dessa investida e (c) a perda com ajuste a valor justo no investimento em BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas[3]. O resultado de equivalência patrimonial da Companhia foi uma perda de R$ 21 em 2024 comparado ao resultado positivo de R$ 47.622 em 2023, o qual apresentava resultado de equivalência patrimonial da investida Klabin S.A. O resultado positivo de R$ 58.085 com imposto de renda e contribuição social em 2024, comparado com a despesa de R$ 247.163 em 2023 ocorreu, majoritariamente, em virtude da baixa dos tributos diferidos devido a amortização parcial de seu fundo de investimento exclusivo e a venda parcial de investimento direto em participações societárias parcialmente compensados pelo aumento dos tributos diferidos pelo ganho com o ajuste a valor justo nestes investimentos. Em 21/11/2024 o Conselho de Administração da Companhia se reuniu e aprovou a realização de Oferta Pública Secundária de Distribuição das Cotas da Classe Única do Voss Fundo de Investimento Financeiro Multimercado – Crédito Privado Responsabilidade Limitada (“Voss FIF”) (“Oferta”)[4], no valor de R$ 370.887, tendo como público-alvo os acionistas da Companhia. O Voss FIF foi constituído em novembro de 2024 como um fundo exclusivo com cotas detidas integralmente pela Companhia, para reunir os investimentos que a Companhia buscava alienar nessa Oferta. A alienação do Voss FIF não gerou lucro contábil dado que a Companhia mensura os seus fundos de investimentos ao valor justo por meio do resultado e, por conseguinte, as variações no valor justo de seus fundos de investimentos já estão apresentadas na demonstração do resultado. **Estrutura de capital**: O endividamento bruto da Companhia em 31/12/2024 era de R$ 673.220, sendo composto por CCBs e Debêntures. Do total de dívidas, 46% possuíam garantias através de alienação fiduciária de cotas de fundos de investimentos, 38% através de alienação fiduciária de ações e 16% sem prestação de garantias reais. Os contratos de empréstimos e debêntures não possuem cláusulas com *covenants* financeiros. O caixa e as aplicações financeiras de curto prazo em 31/12/2024 eram de R$ 1.511.457. Em 2024, a Companhia declarou R$ 235.000 de proventos sendo R$ 72.000 em dividendos e R$ 163.000 em juros sobre o capital próprio. **Orçamento de Capital**: Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30/04/2024, os acionistas da Companhia aprovaram proposta de orçamento de capital, no montante de R$ 281.480, com duração de 5 (cinco) exercícios sociais, na forma das disposições do art. 196 da Lei nº 6.404/1976. Considerando os investimentos e aportes em fundos de investimentos já executados pela Companhia ao longo do exercício social encerrado em 31/12/2024, foram baixados R$ 162.156 das retenções, restando o montante de R$ 119.324 para financiar o orçamento de capital previamente aprovado, considerando a previsão de investimentos no período de duração remanescente do orçamento de capital. Assim, o orçamento de capital passa a prever a distribuição de R$ 45.324 para investimentos e aportes em fundos de investimentos e R$ 74.000 para serviço das dívidas da Companhia. Ressalta-se que a totalidade dos investimentos aqui previstos tiveram como fonte lucros retidos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, conforme retenção previamente aprovada nos termos do art. 196 da Lei nº 6.404/1976, não havendo previsão de retenção adicional de parcela do lucro líquido do exercício social findo em 31/12/2024 para essa finalidade. **Relacionamento com Auditores Independentes**: Em atendimento à determinação da Resolução CVM nº 162, datada de 13/07/2022, a Administração da Companhia informa que, no exercício social encerrado em 31/12/2024, a Companhia não contratou seus auditores independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. Em seu relacionamento com o auditor independente, buscou avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia. PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. iniciou seus serviços de auditoria externa para a Companhia em 2022.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2025.

A Administração

[1] Em abril de 2023, a participação da Companhia em Klabin S.A. passou a ser mensurada a valor justo por meio do resultado, dada a perda de influência significativa e da relação de coligação com esta investida. Detalhes e atualizações com respeito aos resultados de Klabin S.A. são apresentados nas suas próprias demonstrações financeiras e estão disponíveis para consulta no seu site, bem como no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br). [2] Detalhes e atualizações com respeito aos resultados de Ultrapar Participações S.A. são apresentados nas suas próprias demonstrações financeiras e estão disponíveis para consulta no seu site, bem como no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br). [3] Detalhes e atualizações com respeito aos resultados de BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas são apresentados nas suas próprias demonstrações financeiras e estão disponíveis para consulta no seu site, bem como no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br). [4] Em atendimento à regulamentação da CVM aplicável, especialmente as Resoluções CVM nº 44/2021 e 80/2022, a operação foi devidamente comunicada pela Companhia por meio de Fato Relevante divulgado em 22/11/2024 e no Comunicado sobre transações entre Partes Relacionadas divulgado em 18/12/2024, ambos disponíveis para consulta no site da Companhia, bem como no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br).

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	3	803.163	419.344	805.135	432.981
Aplicações financeiras	4	706.322	846.278	706.322	846.278
Dividendos e JCP a receber	5	4.343	3.201	4.343	3.201
Créditos com operações financeiras	6	–	693	–	693
Contas a receber	7	–	–	25.692	20.716
Tributos a recuperar	10	35.863	15.097	35.974	15.427
Outros		5.288	26.450	5.289	26.695
Total do ativo circulante		1.554.979	1.311.063	1.582.755	1.345.991
Ativo não circulante					
Realizável a longo prazo					
Aplicações financeiras	4	5.729	215.719	5.729	215.719
Contas a receber	7	–	–	20.505	20.389
Partes relacionadas	8	–	368	–	–
Estoque de imóveis a comercializar	9	–	–	4.955	4.955
Outros		31	30	113	30
Investimentos em controladas e coligadas	11	51.450	91.170	71	97
Outras participações	11	883.816	1.289.518	883.816	1.289.518
Outros investimentos		207	224	207	224
Propriedades para investimento	12	–	–	5.896	40.664
Imobilizado	13	5.539	5.829	5.549	5.842
Intangível		645	674	645	674
Total do ativo não circulante		947.417	1.603.532	927.486	1.578.112
Total do ativo		**2.502.396**	**2.914.595**	**2.510.241**	**2.924.103**

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Passivo circulante					
Salários e encargos sociais		2.151	2.296	2.161	2.307
Impostos e taxas a recolher	14	459	26.946	775	27.188
Empréstimos	15	109.935	58.083	109.935	58.083
Debêntures	15	14.864	11.705	14.864	11.705
Dividendos e JCP a pagar	18.c	8.714	169.365	8.714	169.365
Fornecedores e outras contas a pagar		120	51	3.583	3.534
Obrigações fundos exclusivos		610	3.708	610	3.708
Obrigações com operações financeiras	6	253	–	253	–
Arrendamentos a pagar		984	949	984	949
Total do passivo circulante		138.090	273.103	141.879	276.839
Passivo não circulante					
Empréstimos	15	–	50.063	–	50.063
Debêntures	15	548.421	547.658	548.421	547.658
Arrendamentos a pagar		5.831	5.926	5.831	5.926
Tributos diferidos	16	457.054	522.679	461.110	528.456
Provisão para perda em investimentos	11	–	10	–	5
Total do passivo não circulante		1.011.306	1.126.336	1.015.362	1.132.108
Patrimônio líquido					
Capital social	18.a	616.838	616.838	616.838	616.838
Reservas de lucros		736.162	898.318	736.162	898.318
Total do patrimônio líquido		1.353.000	1.515.156	1.353.000	1.515.156
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.502.396**	**2.914.595**	**2.510.241**	**2.924.103**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receitas operacionais					
Resultado de equivalência patrimonial	11	(814)	47.756	(21)	47.622
Resultado bruto		(814)	47.756	(21)	47.622
Despesas gerais e administrativas	19	(22.989)	(23.642)	(25.309)	(26.060)
Ajuste a valor justo de outras participações	11	(122.909)	1.022.888	(122.909)	1.022.888
Outras receitas, líquidas	20	82.308	88.929	83.395	90.853
Resultado operacional		(64.404)	1.135.931	(64.844)	1.135.303
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	21	162.625	152.936	163.400	153.814
Despesas financeiras	21	(83.988)	(162.915)	(83.999)	(162.973)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		14.233	1.125.952	14.557	1.126.144
Imposto de renda e contribuição social	22	58.409	(246.971)	58.085	(247.163)
		72.642	878.981	72.642	878.981
Lucro líquido do exercício		72.642	878.981	72.642	878.981
Lucro líquido por ação básico e diluído em reais	18.b	5,93	71,75	5,93	71,75

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do resultado abrangente em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Lucro líquido do exercício	72.642	878.981	72.642	878.981
Outros resultados abrangentes:				
Ajuste de avaliação patrimonial de investidas	–	(4.526)	–	(4.526)
Resultado abrangente total do exercício	72.642	874.455	72.642	874.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Capital social	Reservas de lucros: Legal	Reservas de lucros: Estatutária	Reservas de lucros: Retenção [1]	Ajuste de avaliação patrimonial	Resultado do exercício	Total	Participação de não controladores	Total
Saldos em 31/12/2023	616.838	123.368	493.470	281.480	–	–	1.515.156	–	1.515.156
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	72.642	72.642	–	72.642
Constituição de reserva estatutária	–	–	47.642	–	–	(47.642)	–	–	–
Reversão de proventos prescritos	–	–	202	–	–	–	202	–	202
Dividendos	–	–	(47.844)	(24.156)	–	–	(72.000)	–	(72.000)
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	(138.000)	–	(25.000)	(163.000)	–	(163.000)
Saldos em 31/12/2024	616.838	123.368	493.470	119.324	–	–	1.353.000	–	1.353.000
Saldos em 31/12/2022	616.838	123.368	274.470	–	4.526	–	1.019.202	–	1.019.202
Ajuste de avaliação patrimonial de investida	–	–	–	–	(4.233)	–	(4.233)	–	(4.233)
Custo atribuído do ativo imobilizado	–	–	–	–	(293)	–	(293)	–	(293)
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	878.981	878.981	–	878.981
Constituição de reserva estatutária	–	–	219.000	–	–	(219.000)	–	–	–
Retenção de lucro	–	–	–	281.480	–	(281.480)	–	–	–
Dividendos	–	–	–	–	–	(1.101)	(1.101)	–	(1.101)
Juros sobre o capital próprio	–	–	–	–	–	(377.400)	(377.400)	–	(377.400)
Saldos em 31/12/2023	616.838	123.368	493.470	281.480	–	–	1.515.156	–	1.515.156

[1] O saldo desta retenção de lucros não está sujeito aos limites impostos pelo Art. 199 da Lei das Sociedades por Ações.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		14.233	1.125.952	14.557	1.126.144
Ajustes para reconciliar o lucro antes dos tributos sobre o lucro:					
Depreciação e amortização		662	634	665	637
Resultado de equivalência patrimonial	11	814	(47.756)	21	(47.622)
Outros tributos		6.042	26.742	6.203	32.462
Resultado de renda fixa		(1.328)	(54.696)	(1.328)	(55.524)
Resultado de renda variável		(90.049)	(93.258)	(90.049)	(93.258)
Bonificação de ações	11 e 20	(28.396)	–	(28.396)	–
Avaliação de propriedades para Investimento		–	–	(389)	(587)
Resultado da alienação de investimentos		–	–	–	162
Reclassificação de outros resultados abrangentes de investida	20	–	(16.542)	–	(16.542)
Ajuste a valor justo de outras participações	11	73.214	(1.095.180)	73.214	(1.095.180)
Encargos sobre empréstimos e debêntures	15 e 21	80.001	128.512	80.001	128.512
Outros		(307)	(752)	(307)	(752)
Variações nos ativos e passivos:					
Tributos a recuperar		(33.993)	(15.402)	(33.983)	(15.364)
Contas a receber e outros créditos		(2.845)	24.234	27.462	48.388
Impostos e taxas a recolher		(50.001)	(2.909)	(51.082)	(4.229)
Outras obrigações		189	4.212	167	(1.741)
Caixa gerado pelas / (aplicado nas) operações		(31.764)	(16.209)	(3.244)	5.506
Juros e outros encargos pagos		(74.290)	(122.362)	(74.290)	(122.362)
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	–	(922)	(996)
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(106.054)	(138.571)	(78.456)	(117.852)
Fluxos de caixa das atividades de investimento					
Títulos e valores mobiliários		463.177	(198.029)	463.177	(197.201)
Alienação de investimento	11	307.452	980.413	307.119	980.413
Dividendos e juros sobre capital próprio	11	90.728	97.547	51.798	87.367
Outros		(343)	(671)	(343)	(673)
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento		861.014	879.260	821.751	869.906
Fluxos de caixa das atividades de financiamento					
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	18 (d)	(371.141)	(167.922)	(371.141)	(167.922)
Ingresso de empréstimos e debêntures	15	–	300.000	–	300.000
Liquidação de empréstimos e debêntures	15	–	(600.000)	–	(600.000)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(371.141)	(467.922)	(371.141)	(467.922)
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		383.819	272.767	372.154	284.132
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		419.344	146.577	432.981	148.849
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		803.163	419.344	805.135	432.981

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do valor adicionado em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Controladora 2024	Controladora 2023	Consolidado 2024	Consolidado 2023
Receita operacional líquida	–	–	–	–
Insumos adquiridos de terceiros				
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(6.296)	(6.623)	(7.475)	(8.103)
	(6.296)	(6.623)	(7.475)	(8.103)
Valor adicionado bruto	(6.296)	(6.623)	(7.475)	(8.103)
Depreciação e amortização	(662)	(601)	(665)	(603)
Valor adicionado líquido produzido	(6.958)	(7.224)	(8.140)	(8.706)
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	(814)	47.756	(21)	47.622
Receitas financeiras	162.625	152.936	163.400	153.814
Outras líquidas	82.308	88.929	83.395	90.853
Ajuste a valor justo de outras participações	(122.909)	1.022.888	(122.909)	1.022.888
	121.210	1.312.509	123.865	1.315.177
Valor adicionado total a distribuir	114.252	1.305.285	115.725	1.306.471
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal:				
Remuneração direta	10.241	10.242	10.285	10.294
Benefícios	3.020	2.779	3.022	2.780
FGTS	372	487	376	491
	13.633	13.508	13.683	13.565
Impostos, taxas e contribuições:				
Federais	(56.229)	249.744	(54.814)	250.813
Estaduais	3	6	3	8
Municipais	73	3	70	3
	(56.153)	249.753	(54.741)	250.824
Remuneração de capitais de terceiros:				
Despesas com aluguéis e condomínios	142	128	142	128
Despesas financeiras	83.988	162.915	83.999	162.973
	84.130	163.043	84.141	163.101
Remuneração de capitais próprios:				
Juros sobre o capital próprio	25.000	377.400	25.000	377.400
Lucros (prejuízos) retidos no exercício	47.642	501.581	47.642	501.581
	72.642	878.981	72.642	878.981
Valor adicionado distribuído	114.252	1.305.285	115.725	1.306.471

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31/12/2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A Monteiro Aranha S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade anônima de capital aberto com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) sob o código (*ticker*) “MOAR3”, com sede na Avenida Afrânio de Melo Franco, 290, Sala 101 - A, parte, Leblon, no município e estado do Rio de Janeiro, Brasil, que tem como atividade principal a participação societária em outras sociedades. Não houve alteração nas atividades operacionais das empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas da Companhia no exercício. Tais informações estão apresentadas na **nota explicativa 11**. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em reunião realizada em **21/02/2025**. **2 Políticas contábeis materiais: 2.1 Base de preparação**: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31/12/2024 foram preparadas conforme práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro *(International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS” *(IFRS® Accounting Standards)*, incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee (IFRIC® Interpretations)* ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee (SIC® Interpretations)*, assim como pela apresentação destas demonstrações financeiras em consonância com as normas emitidas pela CVM e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão, aplicáveis também às entidades de incorporação imobiliária no Brasil. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA, cuja finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante o exercício, foi preparada de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - “Demonstração do Valor Adicionado (DVA)”. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, portanto ela está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto destas demonstrações financeiras. As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto pelas propriedades para investimento, por outros investimentos não avaliados por equivalência patrimonial e pelos ativos e passivos financeiros, que são mensurados a valor justo. A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração no processo de aplicação das políticas contábeis adotadas, conforme descritas na **nota explicativa 2.3**. **(i) Demonstrações financeiras individuais**: As demonstrações financeiras individuais da Controladora incluem a carteira do seu fundo de investimento exclusivo Bergen Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I - Investimento no Exterior (“Bergen FIA”), assim como do Nordland Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I - Investimento no Exterior (“Nordland FIA”) e Stavanger Fundo de Investimento em Ações Investimento no Exterior (“Stavanger FIA”), todos fundos exclusivos cujas cotas são detidas integralmente pelo Bergen FIA, e Bryggen Fundo de Investimento Imobiliário (“Bryggen FII”) e Narvik Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I - Investimento no Exterior (“Narvik FIA”), fundos exclusivos cujas cotas são detidas integralmente pelo Stavanger FIA. O Bergen FIA e o Nordland FIA são fundos de investimentos geridos de forma discricionária pela Charles River Administradora de Recursos Financeiros Ltda., o Narvik FIA é um fundo de investimento gerido de forma discricionária pela Safra Asset Management Ltda., o Stavanger FIA é um fundo de investimento gerido de forma discricionária pela VGR Gestão de Recursos Ltda. e o Bryggen FII é um fundo de investimento gerido de forma discricionária pela Leblon Equities Gestão de Recursos Ltda. Em dezembro de 2024, o Alta Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“Alta FIP”), fundo exclusivo cujas cotas eram detidas integralmente pelo Bergen FIA e passaram a ser detidas integralmente pelo Voss Fundo de Investimento Financeiro Multimercado - Crédito Privado Responsabilidade Limitada (“Voss FIF”), foi alienado no âmbito da oferta pública das cotas do Voss FIF, realizada pela Companhia **(nota explicativa 8 (b))**. **(ii) Demonstrações financeiras consolidadas**: A Companhia consolida todas as sociedades sobre as quais detém o controle, ou seja, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida. As datas das demonstrações financeiras das empresas consolidadas são coincidentes com as datas da Controladora. As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: **(a) Controladas**: Controladas são todas as sociedades das quais a Companhia detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas operacionais e financeiras de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. As empresas controladas e suas respectivas participações estão detalhadas na **nota explicativa 11**.

MONTEIRO ARANHA S.A.

CNPJ/MF 33.102.476/0001-92 – Companhia Aberta

As controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle sobre a sociedade correspondente. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre a Controladora e suas controladas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. **(b) Transações com participações de não controladores**: A Companhia trata as operações de aquisição ou venda de participação em uma controlada com não controladores como transações entre a Companhia e seus próprios sócios. A diferença entre o valor negociado e o valor da participação dos não controladores é reconhecida diretamente no Patrimônio Líquido atribuível aos sócios da Controladora, e não ao resultado do exercício. **(c) Perda de controle em controladas**: Quando a Companhia deixa de ter o controle, o valor remanescente de sua participação na sociedade é remensurado a valor justo no reconhecimento inicial do ativo, com a transferência de valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes para o resultado do exercício, ou reconhecido como custo no reconhecimento inicial do investimento em coligadas ou controladas em conjunto, dependendo da manutenção de sua influência na investida. **(d) Coligadas e controladas em conjunto**: Coligadas são todas as sociedades sobre as quais a Companhia detém influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% com direito de voto ou, ainda, se ficar caracterizado que há influência significativa, independentemente do percentual de participação. Em decorrência das alterações na composição dos membros do conselho de administração da Klabin S.A. ("Klabin"), ocorrida na eleição aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 05/04/2023, a Companhia deixou de ter representação proveniente de seu quadro de administradores ou prestadores de serviço na administração da investida, e consequentemente, nos processos decisórios da Klabin, passando a não ter mais influência significativa, e portanto, deixando sua relação de coligação até então mensurada pelo método da equivalência patrimonial, para avaliação do investimento a valor justo por meio do resultado **(nota explicativa 11)**. Controladas em conjunto são todas as sociedades sobre as quais a Companhia possui o controle compartilhado do negócio, contratualmente convencionado, onde as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento das partes que compartilham o controle. Os investimentos em coligadas e controladas em conjunto são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo **(nota explicativa 11)**. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos e nas reservas de suas coligadas e controladas em conjunto é reconhecida na demonstração do resultado e nas reservas da Companhia respectivamente. Quando a participação da Companhia nas perdas de uma coligada ou controlada em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da coligada ou controlada em conjunto. Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e suas coligadas e controladas em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia nessas sociedades. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das coligadas e controladas em conjunto são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia. Se a participação societária na coligada ou controlada em conjunto for reduzida, mas for mantida influência significativa ou o controle compartilhado, parte do saldo de outros resultados abrangentes será reclassificada para o resultado, na proporção desta redução. Os ganhos e perdas de diluição ocorridos em participações em coligadas ou controladas em conjunto são reconhecidos na variação do percentual de participação na demonstração do resultado **(nota explicativa 20)**. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**: As demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, coligadas e controladas em conjunto. **2.3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**: Na elaboração das demonstrações financeiras, para a contabilização de certos ativos, passivos e outras transações, e registro de receitas e despesas dos exercícios, foram utilizados julgamentos, estimativas e premissas contábeis envolvendo experiência de eventos passados e previsão de eventos futuros, além do auxílio de especialistas, quando aplicável. As demonstrações financeiras incluem estimativas, tais como: provisões fiscais, previdenciárias e trabalhistas, avaliação do valor justo de certos instrumentos financeiros, avaliação de perda para valor realizável líquido de estoque de imóveis a comercializar, valor justo de investimentos não avaliados por equivalência patrimonial e de propriedades para investimento, e julgamentos para conclusão acerca da existência de influência significativa de investimentos. Os resultados reais dos saldos constituídos com a utilização de julgamentos, estimativas e premissas contábeis, quando de sua efetiva realização, podem ser divergentes, podendo a Companhia estar exposta a perdas materiais. As estimativas e premissas são revistas anualmente, ou sempre que houver uma indicação para a necessidade de sua revisão, e as revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que elas são revisadas ou em quaisquer exercícios afetados. **2.4 Apresentação das demonstrações por segmento**: Para fins de divulgações dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia esclarece que a atividade de holding de participações é o seu único segmento operacional relevante atualmente. Desta forma, considerando que atualmente as receitas da Companhia são, majoritariamente, relacionadas ao investimento em participações diretas ou indiretas em outras sociedades, a Administração entende que não há informação por segmento a ser apresentada. **2.5 Novos pronunciamentos contábeis**: O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) revisou as normas abaixo, cujas alterações passaram a vigorar no exercício iniciado em 01/01/2024, porém sem apresentar impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia: **CPC 26 (R1) |/ *IAS* 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis**: para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Passivos que contém cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob *covenants* somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente *covenants* com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. Requisitos adicionais de divulgação permitem aos usuários das demonstrações contábeis compreender o risco do passivo ser liquidado até doze meses da data do balanço. **CPC 06 (R2) / *IFRS* 16 - Arrendamentos**: a alteração traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e relocação (*"sale and leaseback"*). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e relocação, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos da locação" e os "pagamentos da locação revistos" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer quantia do ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e relocação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. **CPC 03 (R2) / IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 (R1) / IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação:** a alteração traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores (*"supplier finance arrangements - SFAs"*) com o objetivo de permitir aos investidores avaliar os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. A alteração também esclarece quais são as principais informações exigidas para divulgação. **2.6 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2024: Reforma Tributária sobre o consumo**: Em 20/12/2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá os tributos PIS, COFINS, ICMS e ISS. Foi também criado um Imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de Lei Complementar ("LC"). Em 17/12/2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de LC (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma, a ser sancionado pelo presidente da República. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31/12/2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por LC. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31/12/2024. **Oferta pública secundária de cotas de fundo de investimento financeiro multimercado**: Em 21/11/2024, o Conselho de Administração da Companhia se reuniu e aprovou a realização de Oferta Pública Secundária de Distribuição das Cotas da Classe Única do Voss FIF ("Oferta"), tendo como público-alvo os acionistas da Companhia. O Voss FIF foi constituído em novembro de 2024 como um fundo exclusivo com cotas detidas integralmente pela Companhia, para reunir os investimentos que a Companhia buscava alienar nessa Oferta[1]. **2.7 Ativos financeiros: 2.7.1 Classificação**: A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob três categorias de mensuração subsequente: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado. A classificação é baseada no modelo de negócios da Companhia para a gestão dos ativos financeiros e nas características de fluxo de caixa contratual destes mesmos ativos. **(a) Ativos financeiros ao custo amortizado**: Os ativos financeiros ao custo amortizado são ativos financeiros mantidos para o recebimento de seus fluxos de caixa contratuais que constituam, exclusivamente no pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas. **(b) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes**: Os ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são ativos financeiros mantidos tanto para o recebimento de seus fluxos de caixa contratuais que constituam, exclusivamente, o pagamento de principal e juros sobre o principal, quanto para a venda. Neste sentido, no reconhecimento inicial a Companhia pode efetuar a escolha irrevogável de apresentar as alterações no valor de alguns ativos financeiros com cotação em bolsa de valores ou mercados organizados não mantidos para negociação nem contraprestação contingente através do valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **(c) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado**: Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são todos os demais ativos financeiros principalmente aqueles mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para venda no curto prazo. Instrumentos derivativos também são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. **2.7.2 Reconhecimento e mensuração**: As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação. Os ativos financeiros classificados como ao valor justo por meio de resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e os custos da transação são lançados como despesa na demonstração do resultado. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo são contabilizados pelo valor determinado a partir dos preços de mercado, quando disponíveis, ou na sua falta, pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados com base em curvas de rentabilidade que refletem os fatores apropriados de risco. Os ativos financeiros ao custo amortizado são contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos, consoante a taxa efetiva de juros do contrato, e deduzido da amortização do principal e rendimentos recebidos. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado. Os ganhos ou perdas dos ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são reconhecidos em rubrica específica do patrimônio líquido. Quando os ativos financeiros classificados como mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são vendidos, transferidos à terceiros ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são reclassificados para a correspondente rubrica do resultado financeiro na demonstração do resultado. Os juros sobre ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado. Os proventos de ativos financeiros, tanto aqueles mensurados ao valor justo por meio do resultado quanto aqueles mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda são reconhecidos na demonstração do resultado quando é estabelecido o direito da Companhia de receber tais proventos. Para mensurar o valor justo dos seus ativos financeiros a Companhia aplica o preço divulgado no mercado principal do ativo. Na ausência de cotação do ativo em mercado principal, a Companhia verifica informações que são observáveis para o ativo, seja direta ou indiretamente, como preços cotados para ativos idênticos ou similares em mercados ativos ou que não sejam ativos, múltiplos de mercado, a ocorrência de transação de mercado observável e aplica o preço com base no valor da transação correspondente, podendo inclusive fazer uma combinação a partir desses valores. Inexistindo dados observáveis como transação de mercado observável recente, a Companhia providencia modelos de precificação que determinam um preço de saída na data de mensuração do ponto de vista de um participante do mercado que detém o ativo, com premissas que os participantes do mercado utilizariam ao precificar o ativo, incluindo premissas sobre risco. Para isso, utiliza-se o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e conta-se com o mínimo possível de informações geradas pela Administração da Companhia. A mensuração subsequente dos ativos financeiros da Companhia segue a mesma hierarquia utilizada para o reconhecimento do valor justo dos seus instrumentos financeiros. Entretanto para os investimentos realizados por meio de fundos de investimento, a Companhia realiza, periodicamente, a mensuração subsequente dos fundos de investimento com base no valor da cota do fundo investido conforme informado pelo administrador do referido fundo de investimento. Para os fundos exclusivos, a Administração obtém os valores de cada investimento diretamente das carteiras desses fundos de investimento, conforme informado pelo administrador dos respectivos fundos exclusivos. Para obter conforto razoável quanto à performance dos investimentos realizados por meio de fundos exclusivos, a Administração se reúne periodicamente com os gestores contratados, para que possam ser entendidos e/ou monitorados: a) a performance dos investimentos, considerações a respeito dos investimentos, fatos relevantes e fatores que possam alterar a performance destes investimentos; e b) a aderência dos Fundos Investidos aos seus respectivos regulamentos. Tais interações são formalmente documentadas em relatórios ou atas de reunião. A Administração também tem acesso aos laudos de avaliação das sociedades investidas diretamente pelos fundos exclusivos, que não são listadas em bolsa de valores ou mercados organizados, sendo os mesmos objetos de leitura e análise. A Administração também analisa o valor patrimonial da cota do fundo de investimento e, quando disponível, as demonstrações financeiras auditadas dos Fundos Investidos, o relatório de auditoria emitido, as notas explicativas com as informações sobre os investimentos e seu critério de avaliação. Em caso de opinião modificada no relatório de auditoria dos Fundos Investidos a Administração verifica se há risco de impactar a avaliação do investimento da Companhia e, quando aplicável, o valor da cota do fundo de investimento correspondente é ajustado de acordo com a referida avaliação. Em eventuais casos excepcionais em que as demonstrações financeiras dos Fundos Investidos contemplem ativos que, por alguma razão, não estejam avaliados ao seu valor justo, a Administração busca junto aos administradores dos referidos fundos o entendimento para tal situação e o motivo da mensuração não observar tal requisito, bem como avalia a materialidade do investimento frente ao portfólio da Companhia, a relação entre custo e benefício para obter o conforto da mensuração e a efetiva viabilidade de realização de laudo de avaliação para o referido ativo. **2.7.3 Compensação de instrumentos financeiros**: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de realizá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.7.4 *Impairment* de ativos financeiros**: A Companhia avalia sempre que necessário, ou pelo menos na data de encerramento de cada exercício social, se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está com seu valor deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros esperados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. As perdas esperadas são baseadas na variação do risco de crédito do ativo e são reconhecidas em duas etapas: (i) quando não houver aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas esperadas são provisionadas para eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses; e (ii) quando houver um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária a constituição de uma provisão para perdas esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) quebra de contrato, como por exemplo, a inadimplência ou mora no pagamento de juros ou principal; (iii) estender à contraparte de um ativo financeiro, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira deste, uma concessão que um credor normalmente não consideraria; (iv) considerar provável que a contraparte de um ativo financeiro declare falência ou reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras da contraparte. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros efetiva original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se um ativo financeiro tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, a Companhia pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir ou for revertida totalmente e a sua reversão puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito da contraparte de um ativo), a reversão dessa perda, reconhecida anteriormente, será reconhecida na demonstração do resultado. Esta provisão para perda por *impairment* pode ser reconhecida para qualquer instrumento financeiro que não seja mensurado pelo valor justo por meio do resultado. **2.7.5 Desreconhecimento**: Um ativo financeiro é desreconhecido quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou (ii) a Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a terceiros nos termos de um contrato de repasse, transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo. Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer um ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, também reconhece um passivo associado pela contraprestação recebida. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidas pela Companhia. O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre o valor do ativo e o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir. **2.8 Passivos financeiros: 2.8.1 Reconhecimento inicial e mensuração**: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, ao custo amortizado, ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, e no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, são considerados os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos, financiamentos e debêntures. **2.8.2 Mensuração subsequente**: A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo: **(a) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado**: Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48 - "Instrumentos Financeiros". Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado, exceto pelos derivativos. **(b) Passivos financeiros ao custo amortizado**: Após o reconhecimento inicial, as obrigações contraídas estão sujeitas a juros que são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. **2.8.3 Desreconhecimento**: Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **2.9 Estoque de imóveis a comercializar**: Estoque de imóveis a comercializar é demonstrado ao custo de aquisição dos terrenos acrescidos dos custos incorridos de construção e outros custos relacionados aos projetos em construção e concluídos, cujas unidades ainda não foram vendidas **(nota explicativa 12)**. O custo de terrenos mantidos para desenvolvimento inclui o preço de compra, bem como os custos incorridos para aquisição e o desenvolvimento do terreno que não supera o valor realizável líquido. O custo de construção compreende: o terreno, materiais, mão de obra contratada e outros custos de construção relacionados, incluindo o custo financeiro do capital aplicado (encargos financeiros de contas a pagar por aquisição de terrenos, operações de crédito imobiliário incorridos durante o período de construção, os quais são capitalizados na rubrica de "Estoque de imóveis a comercializar" e levados ao resultado na proporção dos custos incorridos na rubrica "Custo de bens e/ou serviços vendidos". O custo de construção também não pode superar o valor realizável líquido. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios deduzido dos custos estimados para sua conclusão e dos gastos estimados necessários para concretizar a venda. **2.10 Propriedades para investimento**: São propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital. As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de mudanças no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do exercício no qual as mudanças ocorreram e são classificadas em "outras receitas (despesas) líquidas". As propriedades para investimento são baixadas após a alienação ou quando estas são permanentemente retiradas de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa da propriedade para investimento (calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do exercício em que a propriedade para investimento é baixada. A metodologia de avaliação das propriedades para investimento encontra-se na **nota explicativa 12**. **2.11 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos**: As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os tributos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os tributos também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e da contribuição social corrente e diferido são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas pela Companhia nas apurações de tributos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. **2.12 Reconhecimento de receita: (a) Receita de equivalência patrimonial**: As receitas apuradas pelas empresas controladas e coligadas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial. **(b) Receita financeira**: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **(c) Receita de dividendos e juros sobre o capital próprio**: Os dividendos e os juros sobre o capital próprio são recebidos pela participação em investimentos não avaliados por equivalência patrimonial. Eles são reconhecidos como outras receitas no resultado quando o direito de receber o pagamento é estabelecido. **(d) Receita da atividade imobiliária**: Nos contratos de parceria celebrados com entidades de incorporação imobiliária nos quais a Companhia figura como proprietária do terreno, as receitas decorrentes da venda dos lotes são reconhecidas quando o incorporador imobiliário apresenta para a Companhia o contrato de compra e venda assinado. Este é o momento que a Companhia reconhece que foi atendido o critério de transferência de controle do ativo para o comprador. **2.13 Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio**: A distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio ("JCP") para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração ou pela Diretoria, conforme determina o estatuto. O JCP declarado é reconhecido no resultado do exercício e, para fins de apresentação das demonstrações financeiras, é reclassificado para o patrimônio líquido como dividendos. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.14 Lucro líquido por ação (básico e diluído)**: A Companhia apura o saldo de lucro líquido por ação do exercício com base na atribuição do resultado do exercício a cada classe de ações emitidas pela Companhia, ponderando as quantidades de cada classe de ações emitidas em circulação durante o exercício, conforme pronunciamento técnico CPC 41 - "Resultado por ação". **2.15 Arredondamento de valores**: Todos os valores divulgados nas demonstrações financeiras e notas explicativas foram arredondados com a aproximação de milhares de reais, salvo indicação contrária. **3 Caixa e equivalentes de caixa**: O quadro abaixo apresenta os saldos desses ativos:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Caixa e bancos	80	13	88	111
CDBs	200.953	200.241	202.917	213.780
Compromissadas	602.130	219.090	602.130	219.090
Caixa e equivalentes de caixa	**803.163**	**419.344**	**805.135**	**432.981**

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com alta liquidez, vencimentos de até três meses e com baixo risco de mudança de valor. As aplicações financeiras em renda fixa possuem opção de resgate antecipado, por meio do compromisso de recompra assumido formalmente pela instituição financeira. As aplicações financeiras em renda fixa são indexadas ao certificado de depósito interbancário ("CDI") com remuneração entre 97,0% e 103,50% do CDI em 2024 (99,9% e 103,5% do CDI em 2023). **4 Aplicações financeiras**: O quadro abaixo apresenta o saldo das aplicações financeiras, avaliadas a valor justo e que não se enquadram nas condições para serem consideradas como equivalentes de caixa:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Fundos de renda fixa (a)	20.075	48.651	20.075	48.651
FIA e FIC de FIA (b)	291.174	216.544	291.174	216.544
Ações (c) [(1) (2)]	251.946	422.921	251.946	422.921
FIM e FIC de FIM (d) [(2)]	45.933	42.209	45.933	42.209
FIPs (e) [(2)]	5.729	215.719	5.729	215.719
FIIs (f)	54.536	60.149	54.536	60.149
FIDCs (g)	12.879	–	12.879	–
Letras financeiras (h)	29.779	55.804	29.779	55.804
Total de aplicações financeiras	**712.051**	**1.061.997**	**712.051**	**1.061.997**
Ativo circulante	**706.322**	**846.278**	**706.322**	**846.278**
Ativo não circulante	**5.729**	**215.719**	**5.729**	**215.719**

[(1)] Em abril de 2024, o Alta FIP, cujas cotas eram detidas de forma indireta pela Companhia, concluiu a operação de venda sobre 2.375.479 ações ordinárias de emissão da Nortec, representativas de 20% do capital social votante e total da Nortec. Desse modo, com a conclusão da operação, o Alta FIP passou a deter 356.322 ações ordinárias, representativas de 3% do capital social votante e total da Nortec, passando a ser reconhecida como aplicação financeira em ações e não mais como outras participações **(nota explicativa 11)**. Em dezembro de 2024, o Alta FIP, cujas cotas passaram a ser detidas integralmente pelo Voss FIF, foi alienado no âmbito da oferta pública realizada pela Companhia **(nota explicativa 8 (b))**. [(2)] Em dezembro de 2024, foi alienada a totalidade das cotas do Voss FIF, cujos investimentos incluem, direta e/ou indiretamente, ações, cotas de FIM e FICs de FIM e cotas de FIPs **(nota explicativa 8 (b))**. **(a) Fundos de renda fixa**: A Companhia detém cotas de fundos de renda fixa as quais são avaliadas a valor justo. **(b) Fundos de investimento em ações ("FIA") e Fundos de Investimento em cotas de FIA ("FIC de FIA")**: A Companhia detém cotas de FIA e FIC de FIA, avaliadas a valor justo. Em 31/12/2024 o Nordland FIA detinha compromisso de investimento em FIC de FIA no valor de R$ 16.622. **(c) Ações**: As aplicações em ações são compostas majoritariamente por ações (incluindo BDRs e *Exchange Traded Funds* ("ETF")) negociadas em bolsas nacional e estrangeiras e são avaliadas a valor justo. **(d) Fundo de investimento multimercado ("FIM") e Fundo de investimento em cotas de FIM ("FIC de FIM")**: A Companhia detém cotas de FIM e FIC de FIM, avaliadas a valor justo. Em dezembro de 2024, a Companhia alienou a totalidade das cotas do Voss FIF **(nota explicativa 8 (b)**), cujos investimentos incluíam, direta e/ou indiretamente, cotas de FIM e FIC de FIM, extinguindo a totalidade do compromisso de investimento, que anteriormente era detido pelo Nordland FIA, no valor de R$ 19.992. **(e) Fundo de investimento em participações ("FIP")**: A Companhia detém cotas de FIP, as quais são avaliadas a valor justo. Em 31/12/2024 o Nordland FIA detinha compromisso de investimento em FIP no valor de R$ 7.239 e o Bergen FIA detinha compromisso de investimento

[1] Em atendimento à regulamentação da CVM aplicável, especialmente as Resoluções CVM nº 44/2021 e 80/2022, a operação foi devidamente comunicada pela Companhia por meio de Fato Relevante divulgado em 22/11/2024 e no Comunicado sobre transações entre Partes Relacionadas divulgado em 18/12/2024, ambos disponíveis para consulta no site da Companhia, bem como no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br).

MONTEIRO ARANHA S.A.

CNPJ/MF 33.102.476/0001-92 – Companhia Aberta

em FIP em valor equivalente a R$ 11.982. Em dezembro de 2024, a Companhia alienou a totalidade das cotas do Voss FIF **(nota explicativa 8 (b))**, cujos investimentos incluíam, direta e/ou indiretamente, cotas de FIP, reduzindo o compromisso de investimento, que anteriormente era detido pelo Alta FIP, em R$ 37.730. **(f) Fundo de investimento imobiliário ("FII")**: A Companhia detém cotas de FII, as quais são avaliadas a valor justo. Em 31/12/2024 o Stavanger FIA detinha compromisso de investimento em FII no valor de até R$ 2.200, compromisso esse que anteriormente era detido pelo Bergen FIA. **(g) Fundo de investimento em direitos creditórios ("FIDC")**: A Companhia detém cotas de FIDC, as quais são avaliadas a valor justo. Em 31/12/2024 o Nordland FIA detinha compromissos de investimentos em FIDCs no valor de R$ 7.881. **(h) Letras financeiras ("LF")**: A Companhia detém LFs indexadas ao CDI, com remuneração entre 102,0% e 103,0% do CDI em 2024 (101,0% e 103,5% do CDI em 2023), com prazo pré-determinado. **5 Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber**: O quadro abaixo apresenta o saldo de dividendos e juros sobre o capital próprio a receber:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Klabin S.A.	4.343	3.201	4.343	3.201
Total dos dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	**4.343**	**3.201**	**4.343**	**3.201**

6 Créditos e obrigações com operações financeiras: A Companhia se utiliza de derivativos como parte de sua estratégia de investimento e/ou para fins de proteção. O quadro abaixo apresenta os saldos com operações financeiras **(nota explicativa 23.1(a))**:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Dólar Futuro [1]	(253)	355	(253)	355
Ibovespa Futuro [1]	–	338	–	338
Créditos (obrigações) com operações	**(253)**	**693**	**(253)**	**693**

[1] Valor corresponde ao ajuste diário da operação, com liquidação em D+1.

7 Contas a receber: Em 31/12/2024 o saldo é composto pelo contas a receber da controlada Timbutuva Empreendimentos Ltda. ("Timbutuva"), no valor de R$ 46.197 (R$ 41.105 em 31/12/2023), decorrente das vendas dos lotes que compõem o empreendimento imobiliário denominado Alphaville Paraná, no município de Campo Largo - PR, celebrado em parceria com a Alphaville Urbanismo S.A. ("Alphaville"), em parte da Fazenda Timbutuva. Em 31/12/;2024 o prazo médio de parcelamento das vendas realizadas a prazo correspondia a aproximadamente 34 meses (33 meses em 31/12/2023), havendo cobrança de juros após o vencimento do prazo definido na negociação. **8 Partes relacionadas**: O quadro abaixo apresenta os saldos das transações com partes relacionadas:

	Controladora	
	Ativo não circulante	
	2024	2023
Timbutuva Empreendimentos Ltda. [1]	–	360
MASA Mineração Ltda. [1]	–	8
Total	**–**	**368**

[1] Adiantamento para futuro aumento de capital.

Não existem garantias dadas ou recebidas entre as partes. No Consolidado não há saldos de transações com partes relacionadas. **(a) Remuneração do pessoal chave da Administração**: O quadro abaixo apresenta a remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria:

	Controladora e Consolidado	
	2024	2023
Conselho de Administração e Diretoria	9.012	9.453

Conselho de Administração: A remuneração dos membros do Conselho de Administração contempla honorários fixos mensais, pagos em moeda corrente, em 12 vezes ao ano. A eles pode ser estendido o pacote de benefícios da Companhia, que inclui seguro saúde, vale refeição, plano de previdência privada e seguro de vida. **Diretoria Estatutária**: A remuneração dos membros da Diretoria Estatutária contempla honorários fixos mensais, pagos em moeda corrente, em 12 vezes ao ano. A eles pode ser estendido o pacote de benefícios da Companhia, que inclui seguro saúde, vale refeição, plano de previdência privada e seguro de vida. Os membros da Diretoria Estatutária fazem jus, também, a uma remuneração variável que consiste no pagamento de bônus atrelado a) ao atingimento de metas individuais e da Companhia; e b) à avaliação de competências. A Companhia não possui plano de remuneração baseado em ações para o Conselho de Administração e Diretoria Estatutária. **(b) Transações com acionistas controladores da Companhia**: Em 21/11/2024 o Conselho de Administração da Companhia se reuniu e aprovou a realização de Oferta Pública Secundária de Distribuição das Cotas da Classe Única do Voss Fundo de Investimento Financeiro Multimercado - Crédito Privado Responsabilidade Limitada ("Voss FIF") ("Oferta"), no valor de R$ 370.887, tendo como público-alvo os acionistas da Companhia. O Voss FIF foi constituído em novembro de 2024 como um fundo exclusivo com cotas detidas integralmente pela Companhia, para reunir os investimentos que a Companhia buscava alienar nessa Oferta, visando uma simplificação do portfólio. No âmbito da Oferta, o preço das cotas foi fixado em conformidade com condições de mercado, considerando o preço de R$ 100,00 por cota, determinado com base no último valor da cota do Voss FIF disponibilizado pelo seu administrador na data de divulgação do Anúncio de Início da Oferta. Os trâmites de liquidação da Oferta seguiram o disposto na respectiva documentação da Oferta e com a respectiva divulgação das informações da conclusão da liquidação da oferta no Anúncio de Encerramento da Oferta Pública Secundária de Distribuição das Cotas da Classe Única do Voss FIF. No âmbito da Companhia, foram adotadas medidas aplicáveis a situações de potencial conflito de interesses, tendo em vista que a Oferta foi direcionada à totalidade dos acionistas da Companhia - incluindo os seus controladores. A Oferta contemplou a alienação de cotas integralizadas e não integralizadas de titularidade da Companhia, das quais membros do grupo de controle da Companhia adquiriram 3.090.723,7906 cotas integralmente integralizadas do Voss FIF, em montante correspondente a R$ 309.072 das cotas integralizadas, assim como o compromisso de investimento de R$ 61.815 das cotas não integralizadas. A alienação do Voss FIF não gerou lucro contábil dado que a Companhia mensura os seus fundos de investimentos ao valor justo por meio do resultado e, por conseguinte, as variações no valor justo já estão apresentadas na demonstração do resultado **(nota explicativa 2.7.2)**. Para a realização da Oferta a Companhia incorreu em custos com prestação de serviços, publicações, taxas e emolumentos em montante correspondente a, aproximadamente, 0,2% do valor total da Oferta. O quadro abaixo apresenta as informações sobre os investimentos que compõem a Oferta:

Carteira	Valor	Critério de mensuração
Caixa e equivalentes de caixa	6.466	Cotação com base em informações observáveis
Ações	4.015	Laudo de avaliação
FIM e FICs de FIM	21.607	Transação de mercado observável
FIPs	172.031	Laudo de avaliação
FIPs	78.491	Transação de mercado observável
FIPs	26.466	Cotação com base em informações observáveis
Obrigações fundos exclusivos	(4)	Custo amortizado
Cotas integralizadas	**309.072**	
Cotas não integralizadas	**61.815**	
Total da oferta	**370.887**	

9 Estoque de imóveis a comercializar: O saldo em 31/12/2024, no valor de R$ 4.955 (R$ 4.955 em 31/12/2023), é composto pelo custo histórico de parte do terreno da controlada Timbutuva, para desenvolvimento futuro, líquido de eventuais provisões para perdas por desvalorização. A Companhia revisa, no mínimo anualmente, a existência de indicação de que seus estoques de imóveis a comercializar possam ter sofrido desvalorização. Havendo tal indicação, a Companhia providencia a avaliação para definir o valor recuperável de seus estoques. **10 Tributos a recuperar**: Na Controladora e no Consolidado, esta rubrica é composta preponderantemente por imposto de renda retido sobre aplicações financeiras. O quadro abaixo apresenta o saldo dos impostos a recuperar:

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IRPJ [1]	35.353	12.593	35.429	12.871
CSLL	510	2.504	530	2.536
Outros	–	–	15	20
Total	**35.863**	**15.097**	**35.974**	**15.427**

[1] Em 31/12/2024 o montante refere-se majoritariamente ao IRRF incidente sobre o ganho realizado com a amortização parcial das cotas de fundo de investimento exclusivo, de titularidade da Companhia, avaliado a valor justo. A Administração da Companhia, com base em análises e projeção orçamentária, não prevê riscos relevantes de não realização desses créditos tributários uma vez que eles são derivados de antecipações de tributos passíveis de recuperação.

11 Investimentos: (a) Movimentação - Controladora: Os quadros abaixo apresentam a movimentação dos investimentos da Controladora:

Descrição	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Dividendos e JCP	Ajuste de Avaliação patrimonial	Equivalência patrimonial	Variação % participação	Outros[4]	Transferências	Saldo em 2024
Controladas										
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	2.671	–	(333)	(1.422)	–	6	–	–	–	922
Timbutuva Empreendimentos Ltda.	88.311	360	–	(37.508)	–	(838)	–	–	–	50.325
MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	188	–	–	–	–	14	–	–	–	202
Masa Mineração Ltda.	–	–	–	–	–	(1)	–	–	2	1
Total de controladas	**91.170**	**360**	**(333)**	**(38.930)**	**–**	**(819)**	**–**	**–**	**2**	**51.450**
Outras participações										
Klabin S.A. [1]	505.275	28.396	(77.296)	(29.629)	–	–	–	76.813	–	503.559
Ultrapar Participações S.A.	558.847	–	(193.023)	(9.301)	–	–	–	(129.296)	–	227.227
BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	184.785	–	–	(10.765)	–	–	–	(20.990)	–	153.030
Nortec Química S.A. [2]	40.611	–	(36.800)	(4.070)	–	–	–	259	–	–
Total de outras participações	**1.289.518**	**28.396**	**(307.119)**	**(53.765)**	**–**	**–**	**–**	**(73.214)**	**–**	**883.816**
Total de participações societárias	**1.380.688**	**28.756**	**(307.452)**	**(92.695)**	**–**	**(819)**	**–**	**(73.214)**	**2**	**935.266**
Provisão para perda em investimento										
Masa Mineração Ltda.	(5)	7	–	–	–	–	–	–	(2)	–
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A. [3]	(5)	–	–	–	–	5	–	–	–	–
Total de provisão para perda em investimento	**(10)**	**7**	**–**	**–**	**–**	**5**	**–**	**–**	**(2)**	**–**

[1] Considera ações em tesouraria e ações detidas pelos fundos exclusivos. Em maio de 2024, a Companhia reconheceu ganho com a emissão de ações de Klabin S.A. bonificadas aos seus acionistas para aumento de capital mediante a capitalização de parte do saldo da "Reserva para Investimentos e Capital de Giro" conforme fato relevante divulgado ao mercado pela investida em 16/04/2024. [2] Em abril de 2024, o Alta FIP, cujas cotas eram detidas de forma indireta pela Companhia, concluiu a operação de venda sobre 2.375.479 ações ordinárias de emissão da Nortec, representativas de 20% do capital social votante e total da Nortec. Desse modo, com a conclusão da operação, o Alta FIP passou a deter 356.322 ações ordinárias, representativas de 3% do capital social votante e total da Nortec, passando a ser reconhecida como aplicação financeira em ações e não mais como outras participações. Em dezembro de 2024, o Alta FIP, cujas cotas passaram a ser detidas integralmente pelo Voss FIF, foi alienado no âmbito da oferta pública realizada pela Companhia **(nota explicativa 8 (b))**. [3] Em junho de 2024, a Companhia passou a avaliar a participação na investida Vista Golf pelo método de custo, e não mais por equivalência patrimonial, em razão de não haver mais relação de coligação com a investida. [4] Ajuste a valor justo da participação em investimentos não avaliados por equivalência patrimonial.

Descrição	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Dividendos e JCP	Resultado abrangente	Ajuste de Avaliação patrimonial	Equivalência patrimonial	Variação % participação	Outros [2]	Saldo em 2023
Controladas										
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	2.638	–	–	–	–	–	33	–	–	2.671
Timbutuva Empreendimentos Ltda.	98.809	–	–	(10.500)	–	–	2	–	–	88.311
MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	172	–	–	–	–	–	16	–	–	188
Masa Mineração Ltda.	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Total de controladas	**101.619**	**–**	**–**	**(10.500)**	**–**	**–**	**51**	**–**	**–**	**91.170**
Controladas em conjunto e coligadas										
Klabin S.A. [1]	409.126	–	(454.397)	(14.755)	11.112	1.197	47.705	12	–	–
Total de controladas em conjunto e coligadas	**409.126**	**–**	**(454.397)**	**(14.755)**	**11.112**	**1.197**	**47.705**	**12**	**–**	**–**
Outras participações										
Klabin S.A. [1]	–	454.397	(536.125)	(33.720)	–	–	–	–	620.723	505.275
Ultrapar Participações S.A.	531.319	–	(444.288)	(12.026)	–	–	–	–	483.842	558.847
BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	207.270	–	–	(22.224)	–	–	–	–	(261)	184.785
Nortec Química S.A.	56.418	–	–	(4.322)	–	–	–	–	(11.485)	40.611
Total de outras participações	**795.007**	**454.397**	**(980.413)**	**(72.292)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.092.819**	**1.289.518**
Total de participações societárias	**1.305.752**	**454.397**	**(1.434.810)**	**(97.547)**	**11.112**	**1.197**	**47.756**	**12**	**1.092.819**	**1.380.688**
Provisão para perda em investimento										
MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Masa Mineração Ltda.	(4)	–	–	–	–	–	(1)	–	–	(5)
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.	(5)	–	–	–	–	–	–	–	–	(5)
Total de provisão para perda em investimento	**(9)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(1)**	**–**	**–**	**(10)**

[1] Considera ações em tesouraria e ações detidas pelos fundos exclusivos. Em abril de 2023, a Companhia deixou de ter relação de coligação com a investida Klabin S.A., passando a ser reconhecida como outras participações e com avaliação a valor justo, e não mais por equivalência patrimonial. [2] Ajuste a valor justo da participação em investimentos não avaliados por equivalência patrimonial.

(b) Movimentação - Consolidado: Os quadros abaixo apresentam a movimentação dos investimentos no Consolidado:

Descrição	Saldo em 2023	Adições	Baixas	Dividendos e JCP	Resultado abrangente	Ajuste de avaliação patrimonial	Equivalência patrimonial	Variação % participação	Outros[4]	Saldo em 2024
Controladas em conjunto e coligadas										
Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.	97	–	–	–	–	–	(26)	–	–	71
Total de controladas em conjunto e coligadas	**97**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(26)**	**–**	**–**	**71**
Outras participações										
Klabin S.A. [1]	505.275	28.396	(77.296)	(29.629)	–	–	–	–	76.813	503.559
Ultrapar Participações S.A.	558.847	–	(193.023)	(9.301)	–	–	–	–	(129.296)	227.227
BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	184.785	–	–	(10.765)	–	–	–	–	(20.990)	153.030
Nortec Química S.A. [2]	40.611	–	(36.800)	(4.070)	–	–	–	–	259	–
Total de outras participações	**1.289.518**	**28.396**	**(307.119)**	**(53.765)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(73.214)**	**883.816**
Total de participações societárias	**1.289.615**	**28.396**	**(307.119)**	**(53.765)**	**–**	**–**	**(26)**	**–**	**(73.214)**	**883.887**
Provisão para perda em investimento										
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A. [3]	(5)	–	–	–	–	–	5	–	–	–
Total de provisão para perda em investimento	**(5)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**5**	**–**	**–**	**–**

[1] Considera ações em tesouraria e ações detidas pelos fundos exclusivos. Em maio de 2024, a Companhia reconheceu ganho com a emissão de ações de Klabin S.A. bonificadas aos seus acionistas para aumento de capital mediante a capitalização de parte do saldo da "Reserva para Investimentos e Capital de Giro" conforme fato relevante divulgado ao mercado pela investida em 16/04/2024. [2] Em abril de 2024, o Alta FIP, cujas cotas eram detidas de forma indireta pela Companhia, concluiu a operação de venda sobre 2.375.479 ações ordinárias de emissão da Nortec, representativas de 20% do capital social votante e total da Nortec. Desse modo, com a conclusão da operação, o Alta FIP passou a deter 356.322 ações ordinárias, representativas de 3% do capital social votante e total da Nortec, passando a ser reconhecida como aplicação financeira em ações e não mais como outras participações. Em dezembro de 2024, o Alta FIP, cujas cotas passaram a ser detidas integralmente pelo Voss FIF, foi alienado no âmbito da oferta pública realizada pela Companhia **(nota explicativa 8 (b))**. [3] Em junho de 2024, a Companhia passou a avaliar a participação na investida Vista Golf pelo método de custo, e não mais por equivalência patrimonial, em razão de não haver mais relação de coligação com a investida. [4] Ajuste a valor justo da participação em investimentos não avaliados por equivalência patrimonial.

Descrição	Saldo em 2022	Adições	Baixas	Dividendos e JCP	Resultado abrangente	Ajuste de avaliação patrimonial	Equivalência patrimonial	Variação % participação	Outros[2]	Saldo em 2023
Controladas em conjunto e coligadas										
Klabin S.A. [1]	409.126	–	(454.397)	(14.755)	11.112	1.197	47.705	12	–	–
JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A.	531	–	(162)	(320)	–	–	(49)	–	–	–
Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.	131	–	–	–	–	–	(34)	–	–	97
Total de controladas em conjunto e coligadas	**409.788**	**–**	**(454.559)**	**(15.075)**	**11.112**	**1.197**	**47.622**	**12**	**–**	**97**
Outras participações										
Klabin S.A. [1]	–	454.397	(536.125)	(33.720)	–	–	–	–	620.723	505.275
Ultrapar Participações S.A.	531.319	–	(444.288)	(12.026)	–	–	–	–	483.842	558.847
BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas	207.270	–	–	(22.224)	–	–	–	–	(261)	184.785
Nortec Química S.A.	56.418	–	–	(4.322)	–	–	–	–	(11.485)	40.611
Total de outras participações	**795.007**	**454.397**	**(980.413)**	**(72.292)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**1.092.819**	**1.289.518**
Total de participações societárias	**1.204.795**	**454.397**	**(1.434.972)**	**(87.367)**	**11.112**	**1.197**	**47.622**	**12**	**1.092.819**	**1.289.615**
Provisão para perda em investimento										
Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.	(5)	–	–	–	–	–	–	–	–	(5)
Total de provisão para perda em investimento	**(5)**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**–**	**(5)**

[1] Percentual considera ações em tesouraria e ações detidas pelos fundos exclusivos. Em abril de 2023, a Companhia deixou de ter relação de coligação com a investida Klabin S.A., passando a ser reconhecida como outras participações e com avaliação a valor justo, e não mais por equivalência patrimonial. [2] Ajuste a valor justo da participação em investimentos não avaliados por equivalência patrimonial.

(c) Destaque das transações ocorridas no exercício: (i) Alienação de ações: Transações ocorridas em 2024: Em 2024, a Companhia alienou 3.202.680 units de Klabin S.A. Em 2024, os fundos exclusivos da Companhia alienaram 6.771.598 ações ordinárias de Ultrapar Participações S.A. Tais recursos foram direcionados para investimentos, aplicações financeiras e/ou demais usos gerais da Companhia. **Transações ocorridas em 2023**: Em 2023, a Companhia alienou 24.311.360 units da Klabin S.A., das quais 1.350.000 units por meio dos seus fundos exclusivos, e a totalidade de sua participação na investida JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A. Em 2023, os fundos exclusivos da Companhia alienaram 20.866.900 ações ordinárias de Ultrapar Participações S.A. Tais recursos foram direcionados para investimentos, aplicações financeiras e/ou demais usos gerais da Companhia. **(ii) Outras ocorrências: Transações ocorridas em 2024**: Em abril de 2024, o Alta FIP, cujas cotas eram detidas de forma indireta pela Companhia, concluiu a operação de venda sobre 2.375.479 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal de emissão da Nortec Química S.A. ("Nortec"), representativas de 20% do capital social votante e total da Nortec pelo valor de R$ 32.000. Desse modo, com a conclusão da operação, o Alta FIP passou a deter 356.322 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, representativas de 3% do capital social votante e total da Nortec. Em dezembro de 2024, o Alta FIP, cujas cotas passaram a ser detidas integralmente pelo Voss FIF, foi alienado no âmbito da oferta pública realizada pela Companhia **(nota explicativa 8 (b))**. **Transações ocorridas em 2023**:: Em decorrência das alterações na composição dos membros do conselho de administração da Klabin S.A., ocorrida na eleição aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 05/04/2023, a Companhia deixou de ter representação proveniente de seu quadro de administradores ou prestadores de serviço na administração da investida, e consequentemente, nos processos decisórios da Klabin S.A., passando a não ter mais influência significativa, e portanto, deixando de ser classificado como investimento em coligada, até então mensurada pelo método da equivalência patrimonial, para avaliação do investimento a valor justo por meio do resultado. **Controladas**: O quadro abaixo apresenta os percentuais de participação nas controladas:

	Participação societária		
	Forma	2024	2023
Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.	Direta	100,00	100,00
Timbutuva Empreendimentos Ltda.	Direta	100,00	100,00
MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	Direta	99,99	99,99
Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.	Indireta	100,00	100,00
Masa Mineração Ltda.	Direta	100,00	100,00
MAPISA I S.A.	Indireta	100,00	100,00
Fundos exclusivos consolidados na controladora			
Bergen Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I - Investimento no exterior	Direta	100,00	100,00
Narvik Fundo de Investimento em Ações - BDR Nível I - Investimento no exterior	Indireta	100,00	100,00
Alta Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no exterior	Indireta	–	100,00
Nordland Fundo de Investimento de Ações BDR Nível I Investimento no exterior	Indireta	100,00	100,00
Stavanger Fundo de Investimento em Ações Investimento no exterior	Indireta	100,00	100,00
Bryggen Fundo de Investimento Imobiliário	Indireta	100,00	100,00

MONTEIRO ARANHA S.A.

CNPJ/MF 33.102.476/0001-92 – Companhia Aberta

Os quadros abaixo apresentam o balanço patrimonial das controladas:

	Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.		Timbutuva Empreendimentos Ltda.		MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.	
Patrimonial	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Ativo circulante	1.061	1.960	26.236	51.974	202	188
Ativo não circulante	393	1.239	31.366	45.631	–	–
Total do ativo	**1.454**	**3.199**	**57.602**	**97.605**	**202**	**188**
Passivo circulante	16	11	3.736	3.673	–	–
Passivo não circulante	516	517	3.541	5.621	–	–
Total do passivo	**532**	**528**	**7.277**	**9.294**	**–**	**–**
Patrimônio líquido	**922**	**2.671**	**50.325**	**88.311**	**202**	**188**
Resultado	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Resultado do exercício	**6**	**(777)**	**(838)**	**2**	**14**	**17**

	Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.		Masa Mineração Ltda.		MAPISA I S.A.	
Patrimonial	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Ativo circulante	197	262	1	3	94	929
Ativo não circulante	–	–	–	–	71	97
Total do ativo	**197**	**262**	**1**	**3**	**165**	**1.026**
Passivo circulante	52	51	–	–	–	1
Passivo não circulante	–	–	–	8	–	–
Total do passivo	**52**	**51**	**–**	**8**	**–**	**1**
Patrimônio líquido	**145**	**211**	**1**	**(5)**	**165**	**1.025**
Resultado	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Resultado do exercício	**14**	**(15)**	**(1)**	**(1)**	**(21)**	**(128)**

As informações sobre as controladas são: **Monteiro Aranha Participações Imobiliárias S.A.**: A sociedade foi constituída em março de 2008 e tem por objeto social o desenvolvimento e incorporação de empreendimentos imobiliários em todos os segmentos econômicos, podendo participar do capital social de outras sociedades para realizar investimentos no mercado imobiliário. **Timbutuva Empreendimentos Ltda.**: A sociedade foi constituída em dezembro de 2001 e tem como objeto social a participação em empreendimentos imobiliários e a participação em sociedades como sócia, acionista ou quotista **(notas explicativas 9 e 12)**. **MAGISA - Gestão de Investimentos Imobiliários Ltda.**: A sociedade foi constituída em janeiro de 2014 e tem como objeto social a prestação de serviços de assessoria, consultoria e administração de empreendimentos imobiliários. **Novo Rio Empreendimento Imobiliário S.A.**: A sociedade foi constituída em junho de 2010 e tem como objeto social o planejamento, a promoção e o desenvolvimento sob o regime de incorporação imobiliária, compreendendo ainda, a aquisição de imóveis para fins de incorporação a ser desenvolvida e a participação em outras sociedades, seja como quotista, seja como acionista, bem como realizar investimentos em empreendimentos imobiliários. **Masa Mineração Ltda.**: A sociedade foi constituída em abril de 2015 e tem como objeto social empreender pesquisa e lavra de substâncias minerais, bem como o beneficiamento e a comercialização de minério em geral e seus derivados. **Mapisa I S.A.**: A sociedade foi constituída em junho de 2009 e tem como objeto social a participação em outras sociedades do setor imobiliário e incorporação de empreendimentos imobiliários. **Controladas em conjunto**: Os quadros abaixo apresentam os balanços patrimoniais das controladas em conjunto:

	* JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A.		Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.	
Patrimonial	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Ativo circulante	–	–	117	171
Ativo não circulante	–	–	30	30
Total do ativo	**–**	**–**	**147**	**201**
Passivo circulante	–	–	5	7
Passivo não circulante	–	–	–	–
Total do passivo	**–**	**–**	**5**	**7**
Patrimônio líquido	**–**	**–**	**142**	**194**
Resultado	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Resultado do exercício	**–**	**(104)**	**(52)**	**(67)**

***** Considera o resultado até o mês de alienação da investida.

O quadro abaixo apresenta os percentuais de participação nas controladas em conjunto:

	Participação societária		
	Forma	**2024**	**2023**
Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.	Indireta	50,00	50,00
JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A.	Indireta	–	–

(1) Em junho de 2023 a investida foi alienada pela Companhia.

As informações sobre as controladas em conjunto são: **Expresso 2222 Empreendimento Imobiliário S.A.**: A sociedade foi constituída em novembro de 2011 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial e comercial, na cidade de Salvador no estado da Bahia. **JSC Mapisa SPE I Empreendimentos Imobiliários S.A.**: A sociedade foi constituída em novembro de 2011 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial e comercial, na cidade de Fortaleza no estado do Ceará. Em junho de 2023, a Companhia alienou a totalidade de sua participação na sociedade. **Coligadas**: O quadro abaixo apresenta os balanços patrimoniais das coligadas:

	Klabin S.A. (1)		Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.	
Patrimonial	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Ativo circulante	–	–	–	9
Ativo não circulante	–	–	–	–
Total do ativo	**–**	**–**	**–**	**9**
Passivo circulante	–	–	–	17
Passivo não circulante	–	–	–	–
Total do passivo	**–**	**–**	**–**	**17**
Patrimônio líquido	**–**	**–**	**–**	**(8)**
Resultado	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Resultado do exercício	**–**	**1.164.640**	**–**	**–**

(1) Considera o resultado até março de 2023. Em abril de 2023, a Companhia deixou de ter relação de coligação com a investida Klabin S.A., passando a ser reconhecida como outras participações e com avaliação a valor justo, e não mais por equivalência patrimonial.

As informações sobre as coligadas são: **Klabin S.A.**: Em abril de 2023, a Companhia deixou de ter relação de coligação com a investida, passando a ser reconhecida como outras participações e com avaliação a valor justo por meio do resultado, e não mais por equivalência patrimonial. **Vista Golf Empreendimentos Imobiliários S.A.**: A sociedade foi constituída em abril de 2006 e tem como objeto social promover, mediante incorporação imobiliária, empreendimento residencial no bairro de Jurubatuba, subdistrito Capela do Socorro, na capital do estado de São Paulo. Em junho de 2024, a Companhia passou a avaliar a participação na investida Vista Golf pelo método de custo, e não mais por equivalência patrimonial, em razão de não haver mais relação de coligação com a investida. **Outras participações**: As informações sobre os investimentos nos quais a Companhia detém participação societária não avaliada por equivalência patrimonial, e cuja intenção é de auferir rendimentos de longo prazo são: **Klabin S.A.**: A sociedade foi constituída em dezembro de 1934, e em conjunto com suas controladas e controladas em conjunto, atua nos segmentos da indústria de papel e celulose, atendendo aos mercados interno e externo com fornecimento de madeira, celulose, papéis para embalagem, sacos de papel e caixas de papelão ondulado. Suas atividades são integradas desde o reflorestamento (silvicultura) até a fabricação dos produtos finais. A Klabin é uma sociedade anônima de capital aberto com ações e certificados de depósitos de ações (*units*) negociados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3") sob os códigos (*tickers*) KLBN3, KLBN4 e KLBN11. **Ultrapar Participações S.A.**: A sociedade foi constituída em dezembro de 1953 e tem como objeto social a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações e cotas de outras sociedades. Por meio de suas controladas, atua no segmento de distribuição de gás liquefeito de petróleo - GLP ("Ultragaz"), na distribuição de combustíveis e atividades relacionadas ("Ipiranga") e na prestação de serviços de armazenagem de granéis líquidos ("Ultracargo"). A Ultrapar é uma sociedade anônima de capital com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código (*ticker*) UGPA3. **BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas**: A sociedade foi constituída em setembro de 2005 e tem como objeto social (i) a exploração, importação e exportação de atividades e insumos agrícolas, pecuárias e florestal; (ii) compra, venda e locação de imóveis rurais/urbanos; e (iii) intermediação de natureza imobiliária de quaisquer tipos e administração de bens próprios e de terceiros. A BrasilAgro é uma sociedade anônima de capital com ações negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código (*ticker*) AGRO3. **Nortec Química S.A.**: A sociedade foi constituída em dezembro de 1985 e tem como objeto social a industrialização, comercialização, importação e exportação de produtos químicos, a realização de pesquisas e desenvolvimento de tecnologias e de produtos, a prestação de assistência técnica e de serviços na área comercial, tecnológica e de produção para terceiros e a participação em outras sociedades, como sócia-cotista ou acionista. A Nortec é uma sociedade anônima de capital com ações listadas no segmento Bovespa Mais da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), sob o código (*ticker*) NRTQ3. A Companhia detinha indiretamente, por meio do Alta FIP, 23% de participação na Nortec. Em abril de 2024, o Alta FIP concluiu a operação de venda de ações representativas de 20% do capital social votante e total da Nortec, permanecendo detentor de ações representativas de 3% do capital social votante e total da Nortec. Em dezembro de 2024, o Alta FIP foi alienado no âmbito da oferta pública das cotas do Voss FIF, realizada pela Companhia **(nota explicativa 8 (b))**, deixando a Companhia de ter participação indireta na Nortec. **12 Propriedades para investimento**: São representadas por imóveis disponíveis para venda, de propriedade da controlada Timbutuva, avaliados à valor justo, por meio da utilização de preço de mercado observável.

	Consolidado	
Movimentação	**2024**	**2023**
Saldo no início do exercício	40.664	78.801
Ajuste a valor justo	(1.138)	(2.503)
Baixas	(33.630)	(35.634)
Saldo no final do exercício	**5.896**	**40.664**

As baixas são decorrentes das vendas de lotes do empreendimento imobiliário em parceria com a Alphaville em parte da Fazenda Timbutuva. Em dezembro de 2024 a Administração reavaliou os referidos imóveis tendo reconhecido perda com o ajuste a valor justo dos mesmos, no valor de R$ 1.138 **(nota explicativa 20)**. **13 Imobilizado**: O saldo é composto majoritariamente pelo arrendamento do direito de uso da sede da Companhia, mensurado pelo seu custo histórico, que inclui o reconhecimento inicial do passivo de arrendamento e os custos e/ou pagamentos diretamente atribuíveis na data de início do contrato, menos a depreciação acumulada. A Companhia utiliza o método de depreciação linear com base no prazo de arrendamento. **14 Impostos e taxas a recolher:**

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
IRRF (1)	140	26.461	141	26.461
Outros Tributos	319	485	634	727
Total	**459**	**26.946**	**775**	**27.188**

(1) Em 31/12/2023 o montante refere-se majoritariamente ao IRRF incidente sobre os juros sobre o capital próprio declarados em 29/12/2023.

15 Empréstimos e debêntures - Controladora e Consolidado: O quadro abaixo apresenta as informações sobre os empréstimos e debêntures da Companhia:

			2024			2023		
Operação	**Taxa de juros (a.a.)**	**Vencimento**	**Principal**	**Juros e outros encargos**	**Total**	**Principal**	**Juros e outros encargos**	**Total**
Empréstimos								
CCB (1)	CDI + 1,25%	28/05/2025	50.000	3.565	53.565	50.000	8.083	58.083
CCB (1)	CDI + 1,55%	13/01/2025	50.000	6.370	56.370	50.000	63	50.063
Total			**100.000**	**9.935**	**109.935**	**100.000**	**8.146**	**108.146**
Passivo circulante			**100.000**	**9.935**	**109.935**	**50.000**	**8.083**	**58.083**
Passivo não circulante			**–**	**–**	**–**	**50.000**	**63**	**50.063**
Debêntures								
2ª Emissão (2) (4)	CDI + 1,35%	10/11/2026	250.000	3.644	253.644	250.000	566	250.566
3ª Emissão (3) (4)	CDI + 1,35%	04/09/2028	200.000	6.212	206.212	200.000	5.849	205.849
3ª Emissão (3) (4)	CDI + 1,45%	04/09/2030	100.000	3.429	103.429	100.000	2.948	102.948
Total			**550.000**	**13.285**	**563.285**	**550.000**	**9.363**	**559.363**
Passivo circulante			**–**	**14.864**	**14.864**	**–**	**11.705**	**11.705**
Passivo não circulante			**550.000**	**(1.579)**	**548.421**	**550.000**	**(2.342)**	**547.658**

(1) Operações sem prestação de garantias reais. (2) Operações com prestação de garantias através de alienação fiduciária de ações. (3) Operações com prestação de garantias através de alienação fiduciária de cotas de fundos de investimento. (4) Outros encargos incluem a apropriação e/ou amortização dos custos com a emissão de debêntures. Abaixo, é demonstrada a movimentação dos empréstimos e debêntures da Companhia:

	2024	**2023**
Empréstimos		
Saldo no início do exercício	108.146	252.890
Juros e outros encargos	12.726	31.285
Amortização de principal	–	(150.000)
Pagamento de juros e outros encargos	(10.937)	(26.029)
Saldo no final do exercício	**109.935**	**108.146**
Debêntures		
Saldo no início do exercício	559.363	708.469
Novas captações	–	300.000
Juros e outros encargos	67.276	97.227
Amortização de principal	–	(450.000)
Pagamento de juros e outros encargos	(63.354)	(96.333)
Saldo no final do exercício	**563.285**	**559.363**

Em maio de 2024, a CCB celebrada em dezembro de 2022, com valor total de R$ 50.000, juros remuneratórios de CDI + 1,55% a.a., vencimento em maio de 2024 e prestação de garantias por meio de alienação fiduciária de cotas de fundos de investimento foi objeto de portabilidade, teve seus juros remuneratórios, vencimento e garantias alteradas para CDI + 1,25% a.a., maio de 2025 e sem prestação de garantias reais, respectivamente. Os empréstimos e debêntures não possuem cláusulas com *covenants* financeiros. **16 Tributos diferidos: 16.1 Tributos diferidos ativos**: Os créditos tributários não constituídos e, consequentemente, não reconhecidos contabilmente, decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas acumulados totalizaram R$ 26.779 em 31/12/2024 (R$ 26.395 em 31/12/2023). Ao longo do segundo trimestre de 2024, foi constituído ativo fiscal diferido sobre perda esperada com crédito de liquidação duvidosa dos recebíveis com a venda de imóvel, no valor total de R$ 82. **16.2 Tributos diferidos passivos**: Os tributos diferidos passivos serão realizados, substancialmente, quando ocorrer a correspondente venda de seus ativos e/ou a amortização ou resgate das cotas dos fundos exclusivos, respectivamente. O valor a pagar dos tributos diferidos dependerá do valor realizado desses ativos no momento de sua liquidação, amortização ou resgate. O quadro abaixo apresenta a composição dos tributos diferidos passivos:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Ganho sobre resultado com fundos exclusivos	1.067.783	1.219.251	1.067.783	1.219.251
Base total de PIS/COFINS diferido	1.067.783	1.219.251	1.067.783	1.219.251
Ganho na variação de outras participações (1)	130.458	151.289	130.458	151.289
Ganho por compra vantajosa de investimentos	–	–	1.517	1.517
Base total de IRPJ/CSLL diferidos	1.198.241	1.370.540	1.199.758	1.372.057
Receita na alienação de propriedades para investimento	–	–	46.197	41.105
Ganho na variação de propriedades para investimento	–	–	6.411	37.063
Total do IRPJ/CSLL diferidos - Alíquota 34%	**407.402**	**465.984**	**409.537**	**468.907**
Total do PIS/COFINS diferidos - Alíquota 4,65%	**49.652**	**56.695**	**51.573**	**59.549**
Total dos tributos diferidos passivos	**457.054**	**522.679**	**461.110**	**528.456**

(1) Ganho no ajuste a valor justo de outras participações detidos de forma direta pela Companhia.

17 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas: Não existem contingências tributárias, cíveis e trabalhistas, relevantes, que tenham sido avaliadas como de perda provável ou possível e que devessem ser provisionadas ou divulgadas nas demonstrações financeiras da Companhia. **18 Patrimônio líquido: (a) Capital social**: O capital social, subscrito e integralizado, reportados pela Companhia no encerramento dos exercícios reportados, é representado por 12.251.221 ações ordinárias, sem valor nominal, no valor de R$ 616.838. **(b) Lucro por ação**: Nos exercícios apresentados, a Companhia e suas controladas não possuíam instrumentos com potencial dilutivo, sendo, portanto, equivalentes o seu lucro por ação básico e diluído. O quadro abaixo apresenta a conciliação dos numeradores e denominadores utilizados no cálculo do lucro por ação:

	2024	**2023**
Lucro líquido do exercício	72.642	878.981
Média ponderada de número de ações	12.251.221	12.251.221
Lucro básico e diluído por ação - em reais	5,93	71,75

(c) Reserva de lucros: (i) Reserva legal: De acordo com a legislação societária brasileira, a Companhia deve destinar 5% do lucro líquido auferido do exercício, que não exceda a 20% do capital social, para constituição da reserva legal. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social da Companhia e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, caso seja deliberado pela Assembleia Geral de acionistas. Nos exercícios apresentados, a Companhia não destinou o percentual de 5% do lucro líquido auferido no exercício para a constituição de reserva legal em virtude de já ter atingido os 20% do capital social previstos na legislação. **(ii) Reserva estatutária**: Composta pela Reserva para Investimentos e Capital de Giro, constituída por parcela variável de até 75% do lucro líquido ajustado na forma da lei, não podendo ultrapassar o capital social, para o financiamento da manutenção, expansão e do desenvolvimento das atividades que compõem o objeto social da Companhia. **(iii) Retenção de lucros**: Tem por finalidade financiar os recursos previstos em orçamento de capital da Companhia, mediante aprovação em Assembleia Geral. **(d) Dividendos e juros sobre o capital próprio**: O Estatuto Social da Companhia assegura um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 25% do lucro líquido ajustado, podendo a Diretoria levantar balanços intermediários e declarar dividendos com base nos lucros apurados nesses balanços. Em 2024, a Companhia declarou R$ 72.000 em dividendos e R$ 163.000 em juros sobre o capital próprio, atribuídos a Reserva para Investimentos e Capital de Giro.

Proventos	**Data de aprovação**	**Valor total**	**Valor por ação em R$**	**Data do pagamento**
Juros sobre o capital próprio	28/03/2024	15.000	1,224367759	11/12/2024
Juros sobre o capital próprio	22/11/2024	138.000	11,264183382	11/12/2024
Dividendos	22/11/2024	72.000	5,876965243	11/12/2024
Juros sobre o capital próprio	20/12/2024	10.000	0,816245173	Até 31/01/2025

A movimentação dos dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar no exercício ocorreram de acordo com o quadro abaixo:

	Dividendos		JCP	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Saldo no início do exercício	1.310	210	168.055	50
Declarações no exercício	72.000	1.100	163.000	377.400
IRPJ sobre juros sobre o capital próprio declarados	–	–	(24.308)	(56.282)
Baixa de proventos prescritos	(163)	–	(39)	–
Pagamentos realizados	(73.080)	–	(298.061)	(153.113)
Saldo no final do exercício	**67**	**1.310**	**8.647**	**168.055**

19 Despesas gerais e administrativas: O quadro abaixo apresenta as informações das despesas gerais e administrativas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Despesas com pessoal	(15.266)	(15.350)	(15.326)	(15.418)
Contratação de serviços	(3.192)	(3.453)	(3.494)	(3.724)
Doações	(1.360)	(1.208)	(1.362)	(1.210)
Despesas tributárias	(622)	(939)	(1.697)	(1.801)
Depreciação e amortização	(662)	(601)	(665)	(604)
Publicidade e propaganda	–	–	(659)	(1.061)
Outras despesas	(1.887)	(2.091)	(2.106)	(2.242)
Despesas gerais e administrativas	**(22.989)**	**(23.642)**	**(25.309)**	**(26.060)**

20 Outras receitas, líquidas: O quadro abaixo apresenta o saldo de outras receitas (despesas) líquidas:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Receitas de dividendos e juros sobre o capital próprio (1)	53.765	72.292	53.765	72.292
Reclassificação de outros resultados abrangentes de investida (2)	–	16.542	–	16.542
Resultado da alienação de propriedades para investimento	–	–	2.459	3.843
Bonificação de ações (3)	28.396	–	28.396	–
Outras receitas operacionais	149	95	158	1.361
Total das outras receitas operacionais	**82.310**	**88.929**	**84.778**	**94.038**
Ajuste a valor justo de propriedades para investimento	–	–	(1.138)	(2.503)
Outras despesas operacionais	(2)	–	(245)	(682)
Total das outras despesas operacionais	**(2)**	**–**	**(1.383)**	**(3.185)**
Outras receitas, líquidas	**82.308**	**88.929**	**83.395**	**90.853**

(1) Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos pela participação em investimentos não avaliados por equivalência patrimonial (**nota explicativa 11**). (2) Em abril de 2023, a Companhia deixou de ter relação de coligação com a investida Klabin S.A, passando a ser reconhecida como outros investimentos e com avaliação a valor justo, e não mais por equivalência patrimonial (**nota explicativa 11**). (3) Ganho com a emissão de ações de Klabin S.A. bonificadas aos seus acionistas para aumento de capital mediante a capitalização de parte do saldo da "Reserva para Investimentos e Capital de Giro" conforme fato relevante divulgado ao mercado pela investida em 16/04/2024.

21 Resultado financeiro: O quadro abaixo apresenta o resultado financeiro:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Rendimentos de aplicação em renda fixa	33.143	57.057	33.900	57.885
Variação de aplicação em renda variável	127.845	93.258	127.845	93.258
Aluguel de ações	–	453	–	453
Outras receitas financeiras	1.637	2.168	1.655	2.218
Total das receitas financeiras	**162.625**	**152.936**	**163.400**	**153.814**
Encargos sobre empréstimos	(12.726)	(33.170)	(12.726)	(33.170)
Encargos sobre debêntures	(67.276)	(99.744)	(67.276)	(99.744)
Juros sobre arrendamento mercantil	(741)	(682)	(741)	(682)
Tributos sobre receita financeira	(3.143)	(29.265)	(3.154)	(29.278)
Outras despesas financeiras	(102)	(54)	(102)	(99)
Total das despesas financeiras	**(83.988)**	**(162.915)**	**(83.999)**	**(162.973)**
Resultado financeiro líquido	**78.637**	**(9.979)**	**79.401**	**(9.159)**

22 Imposto de renda e contribuição social: O quadro abaixo apresenta a reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro às alíquotas nominais:

	Controladora		Consolidado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	14.233	1.125.952	14.557	1.126.144
Alíquota nominal combinada do imposto de renda e da contribuição social	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	**(4.815)**	**(382.823)**	**(4.648)**	**(382.868)**
Adições	**(5.781)**	**(31.229)**	**(6.366)**	**(31.270)**
Crédito tributário não constituído - prejuízo fiscal base negativa	–	(381)	–	(382)
Outras adições	(5.781)	(30.848)	(6.366)	(30.888)
Exclusões	**69.005**	**167.081**	**69.099**	**166.975**
Efeitos de equivalência patrimonial em investidas	(277)	16.467	(285)	16.467
Variação de percentual de investidas	–	4	–	4
Juros sobre capital próprio deliberados no exercício	55.420	128.316	55.420	128.316
Valor justo - renda variável	417	8.847	498	8.847
Compensação de prejuízo fiscal/base negativa	84	–	100	17
Outras exclusões	13.361	13.447	13.366	13.324
Imposto de renda e contribuição social	**58.409**	**(246.971)**	**58.085**	**(247.163)**
Imposto de renda e contribuição social correntes	(172)	–	(1.365)	(828)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	58.581	(246.971)	59.450	(246.335)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	**(410%)**	**22%**	**(399%)**	**22%**

23 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos: 23.1 Por categoria: Os instrumentos financeiros da Companhia são compostos, majoritariamente, por operações compromissadas, títulos públicos, LF e CDB de instituições financeiras, fundos de investimento, ações de companhias listadas na B3 e em bolsas internacionais, futuro de dólar, futuro de ibovespa, termo de ações, empréstimos e debêntures. Os quadros abaixo apresentam os instrumentos financeiros classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia:

	Controladora					
	2024			2023		
	Valor justo por meio do resultado	**Custo amortizado**	**Total**	**Valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
Caixa e equivalentes de caixa	803.083	80	803.163	419.331	13	419.344
Aplicações financeiras (1) (2)	712.051	–	712.051	1.061.997	–	1.061.997
Dividendos e JCP a receber	–	4.343	4.343	–	3.201	3.201
Operações financeiras *(a)*	–	–	–	693	–	693
Investimentos (1) (3)	883.816	–	883.816	1.289.518	–	1.289.518
Total dos ativos	**2.398.950**	**4.423**	**2.403.373**	**2.771.539**	**3.214**	**2.774.753**

(1) Em abril de 2024, o Alta FIP, cujas cotas eram detidas de forma indireta pela Companhia, concluiu a operação de venda sobre 2.375.479 ações ordinárias de emissão da Nortec, representativas de 20% do capital social votante e total da Nortec. Desse modo, com a conclusão da operação, o Alta FIP passou a deter 356.322 ações ordinárias, representativas de 3% do capital social votante e total da Nortec, passando a ser reconhecida como aplicação financeira em ações e não mais como outras participações **(nota explicativa 11)**. Em dezembro de 2024, o Alta FIP foi alienado no âmbito da oferta pública de cotas do Voss FIF, realizada pela Companhia **(nota explicativa 8 (b))**. (2) Em dezembro de 2024 a Companhia alienou a totalidade das cotas de sua titularidade no Voss FIF, cujos investimentos incluíam, direta e/ou indiretamente, ações, cotas de FIM e FICs de FIM e cotas de FIPs **(nota explicativa 8 (b))**. (3) Investimentos em participações societárias avaliadas a valor justo **(nota explicativa 11)**.

	Controladora					
	2024			2023		
	Valor justo por meio do resultado	**Custo amortizado**	**Total**	**Valor justo por meio do resultado**	**Custo amortizado**	**Total**
Fornecedores e outras contas a pagar	–	(120)	(120)	–	(51)	(51)
Dividendos e JCP a pagar	–	(8.714)	(8.714)	–	(169.365)	(169.365)
Operações financeiras *(a)*	(253)	–	(253)	–	–	–
Empréstimos	–	(109.935)	(109.935)	–	(108.146)	(108.146)
Debêntures	–	(563.285)	(563.285)	–	(559.363)	(559.363)
Total dos passivos	**(253)**	**(682.054)**	**(682.307)**	**–**	**(836.925)**	**(836.925)**

MONTEIRO ARANHA S.A.

CNPJ/MF 33.102.476/0001-92 – Companhia Aberta

	Consolidado					
	2024			2023		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Caixa e equivalentes de caixa	805.047	88	805.135	432.870	111	432.981
Aplicações financeiras [1] [2]	712.051	–	712.051	1.061.997	–	1.061.997
Contas a receber	–	46.197	46.197	–	41.105	41.105
Dividendos a receber	–	4.343	4.343	–	3.201	3.201
Operações financeiras *(a)*	–	–	–	693	–	693
Investimentos [1] [3]	883.816	–	883.816	1.289.518	–	1.289.518
Propriedades para investimento	5.896	–	5.896	40.664	–	40.664
Total dos ativos	**2.406.810**	**50.628**	**2.457.438**	**2.825.742**	**44.417**	**2.870.159**

[1] Em abril de 2024, o Alta FIP, cujas cotas são detidas de forma indireta pela Companhia, concluiu a operação de venda sobre 2.375.479 ações ordinárias de emissão da Nortec, representativas de 20% do capital social votante e total da Nortec. Desse modo, com a conclusão da operação, o Alta FIP passou a deter 356.322 ações ordinárias, representativas de 3% do capital social votante e total da Nortec, passando a ser reconhecida como aplicação financeira em ações e não mais como outras participações **(nota explicativa 11)**. Em dezembro de 2024, o Alta FIP, cujas cotas passaram a ser detidas integralmente pelo Voss FIF, foi alienado no âmbito da oferta pública realizada pela Companhia **(nota explicativa 8 (b))**. [2] Em dezembro de 2024 a Companhia alienou a totalidade das cotas do Voss FIF, cujos investimentos incluíam, direta e/ou indiretamente, ações, cotas de FIM e FICs de FIM e cotas de FIPs **(nota explicativa 8 (b))**. [3] Investimentos em participações societárias avaliadas a valor justo **(nota explicativa 11)**.

	Consolidado					
	2024			2023		
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	–	(3.583)	(3.583)	–	(3.534)	(3.534)
Dividendos e JCP a pagar	–	(8.714)	(8.714)	–	(169.365)	(169.365)
Operações financeiras *(a)*	(253)	–	(253)	–	–	–
Empréstimos	–	(109.935)	(109.935)	–	(108.146)	(108.146)
Debêntures	–	(563.285)	(563.285)	–	(559.363)	(559.363)
Total dos passivos	**(253)**	**(685.517)**	**(685.770)**	**–**	**(840.408)**	**(840.408)**

(a) Créditos e obrigações com operações financeiras: (i) Futuro de dólar e de Ibovespa: A Companhia se utiliza de derivativos como parte de sua estratégia de investimento e/ou para fins de proteção, incluindo compras e vendas no mercado futuro. Essas operações são realizadas no âmbito da B3, com ajustes de posição liquidados diariamente **(nota explicativa 6)**. **23.2 Hierarquia do valor justo**: A Companhia adota a mensuração a valor justo de parte de seus ativos e passivos. O valor justo é mensurado a valor de mercado com base na premissa de que os participantes do mercado possam mensurar o valor de mercado de um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza as premissas utilizadas na medição em três grandes níveis: **Nível 1. Mercado Ativo**: Preços de mercado cotados e não ajustados, em mercados ativos, para ativos ou passivos idênticos; **Nível 2. Sem Mercado Ativo**: Técnicas de avaliação para as quais as informações para mensuração do valor justo do ativo ou passivo são observáveis direta ou indiretamente por participantes do mercado apesar de não possuírem mercado ativo; **Nível 3. Sem Mercado Ativo**: Técnicas de avaliação para as quais as informações para mensuração do valor justo do ativo ou passivo não são baseadas em dados observáveis de mercado. Os quadros abaixo apresentam os saldos de ativos financeiros da Companhia mensurados a valor justo:

	Controladora					
	2024			2023		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
CDBs	–	200.953	–	–	200.241	–
Letras Financeiras	–	29.779	–	–	55.804	–
Ações [1]	251.946	–	–	422.921	–	–
Fundos de renda fixa	20.075	–	–	48.651	–	–
Compromissadas	–	602.130	–	–	219.090	–
FIA e FIC de FIA	231.536	–	59.638	149.052	–	67.492
FIM e FIC de FIM	–	45.933	–	–	42.209	–
FIPs	–	5.722	7	–	23.789	191.930
FIIs	14.592	–	39.944	19.200	–	40.949
FIDCs	–	12.879	–	–	–	–
Ibovespa futuro	–	–	–	338	–	–
Dólar futuro	–	–	–	355	–	–
Investimentos [1] [2]	883.816	–	–	1.248.907	–	40.611
Total dos ativos	**1.401.965**	**897.396**	**99.589**	**1.889.424**	**541.133**	**340.982**

[1] Em abril de 2024, o Alta FIP, cujas cotas eram detidas de forma indireta pela Companhia, concluiu a operação de venda sobre 2.375.479 ações ordinárias de emissão da Nortec, representativas de 20% do capital social votante e total da Nortec. Desse modo, com a conclusão da operação, o Alta FIP passou a deter 356.322 ações ordinárias, representativas de 3% do capital social votante e total da Nortec, passando a ser reconhecida como aplicação financeira em ações e não mais como outras participações **(nota explicativa 11)**. Em dezembro de 2024, o Alta FIP, cujas cotas passaram a ser detidas integralmente pelo Voss FIF, foi alienado no âmbito da oferta pública realizada pela Companhia **(nota explicativa 8 (b))**. [2] Investimentos em participações societárias avaliadas a valor justo **(nota explicativa 11)**.

	Consolidado					
	2024			2023		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
CDBs	–	202.917	–	–	213.780	–
Letras Financeiras	–	29.779	–	–	55.804	–
Ações [1]	251.946	–	–	422.921	–	–
Fundos de renda fixa	20.075	–	–	48.651	–	–
Compromissadas	–	602.130	–	–	219.090	–
FIA e FIC de FIA	231.536	–	59.638	149.052	–	67.492
FIM e FIC de FIM	–	45.933	–	–	42.209	–
FIPs	–	5.722	7	–	23.789	191.930
FIIs	14.592	–	39.944	19.200	–	40.949
FIDCs	–	12.879	–	–	–	–
Ibovespa futuro	–	–	–	338	–	–
Dólar futuro	–	–	–	355	–	–
Investimentos [1] [2]	883.816	–	–	1.248.907	–	40.611
Propriedades para investimento [3]	–	5.896	–	–	40.664	–
Total dos ativos	**1.401.965**	**905.256**	**99.589**	**1.889.424**	**595.336**	**340.982**

[1] Em abril de 2024, o Alta FIP, cujas cotas eram detidas de forma indireta pela Companhia, concluiu a operação de venda sobre 2.375.479 ações ordinárias de emissão da Nortec, representativas de 20% do capital social votante e total da Nortec. Desse modo, com a conclusão da operação, o Alta FIP passou a deter 356.322 ações ordinárias, representativas de 3% do capital social votante e total da Nortec, passando a ser reconhecida como aplicação financeira em ações e não mais como outras participações **(nota explicativa 11)**. Em dezembro de 2024, o Alta FIP, cujas cotas passaram a ser detidas integralmente pelo Voss FIF, foi alienado no âmbito da oferta pública realizada pela Companhia **(nota explicativa 8 (b))**. [2] Investimentos em participações societárias avaliadas a valor justo **(nota explicativa 11)**. [3] Ativo mensurado pelo método comparativo por meio de preço observável a mercado.

A Companhia não detém passivos financeiros com saldos mensurados a valor justo. **23.3 Gerenciamento de riscos: 23.3.1 Risco em investimentos mantidos em controladas, coligadas e controladas em conjunto**: A Companhia detém investimentos no setor imobiliário, sendo o principal deles através de sua controlada Timbutuva, sociedade onde a Companhia detém 100% do capital social. Em 2015 foi celebrada uma parceria com a Alphaville Urbanismo S.A. para o desenvolvimento de empreendimento de loteamento imobiliário na Fazenda Timbutuva, localizada no Município de Campo Largo - PR, de propriedade da Timbutuva. Esse empreendimento foi lançado em novembro de 2022. Desta forma, a Companhia está exposta à riscos associados à atividade imobiliária, e que podem ser fortemente influenciados pelo aumento da carga tributária, desaceleração da economia, aumento da taxa de juros, inflação, flutuação da moeda, desemprego, redução do poder de compra da população e instabilidade política. **23.3.2 Risco de liquidez**: O risco de liquidez é o risco de a Companhia não contar com recursos financeiros suficientes para cumprir com as suas obrigações financeiras nas respectivas datas de vencimento. A Administração monitora continuamente sua liquidez para, sempre que possível, assegurar que a Companhia tenha caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros créditos em montantes suficientes para cumprir com suas obrigações de curto prazo. Os quadros abaixo demonstram a análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto:

	Controladora							
	2024				2023			
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	(120)	–	–	(120)	(51)	–	–	(51)
Dividendos e JCP a pagar	(8.714)	–	–	(8.714)	(169.365)	–	–	(169.365)
Operações financeiras	(253)	–	–	(253)	–	–	–	–
Empréstimos	(113.108)	–	–	(113.108)	(61.057)	(56.595)	–	(117.652)
Debêntures	(127.068)	(615.743)	(28.035)	(770.846)	(64.300)	(649.983)	(57.079)	(771.362)
Total	**(249.263)**	**(615.743)**	**(28.035)**	**(893.041)**	**(294.773)**	**(706.578)**	**(57.079)**	**(1.058.430)**

	Consolidado							
	2024				2023			
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores e outras contas a pagar	(3.583)	–	–	(3.583)	(3.534)	–	–	(3.534)
Dividendos e JCP a pagar	(8.714)	–	–	(8.714)	(169.365)	–	–	(169.365)
Operações financeiras	(253)	–	–	(253)	–	–	–	–
Empréstimos	(113.108)	–	–	(113.108)	(61.057)	(56.595)	–	(117.652)
Debêntures	(127.068)	(615.743)	(28.035)	(770.846)	(64.300)	(649.983)	(57.079)	(771.362)
Total	**(252.726)**	**(615.743)**	**(28.035)**	**(896.504)**	**(298.256)**	**(706.578)**	**(57.079)**	**(1.061.913)**

23.3.3 Risco de crédito: O risco de crédito é o risco de a Companhia sofrer perdas em função da inadimplência de suas contrapartes, especialmente de instituições financeiras depositárias de recursos ou aplicações financeiras. Para mitigar esse risco, a Companhia possui uma política de aplicações financeiras, que estabelece limites de exposição por instituição financeira e considera ratings das mesmas pelas agências de risco como referência para definição de tais limites. O enquadramento aos limites estabelecidos é constantemente monitorado pela Administração da Companhia. **23.3.4 Risco cambial**: O risco cambial decorre da possibilidade de haver oscilações nas taxas de câmbio negociadas no mercado. Considerando que a Companhia tem exposição positiva ao dólar americano, o risco ao qual a Companhia está exposta é o de desvalorização do Dólar frente ao Real. A Administração acompanha permanentemente as variáveis de mercado relacionadas ao risco cambial a que está exposta e demonstra potenciais impactos no seu resultado financeiro através de análise de sensibilidade **(nota explicativa 23.4(i))**. **23.3.5 Risco de taxa de juros**: O risco de taxa de juros decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas em função de oscilações nas taxas de juros negociadas no mercado. A Companhia e suas controladas possuem aplicações financeiras em renda fixa indexadas às taxas SELIC e CDI, e em caso de redução dessas taxas, é provável que a Companhia apresente uma redução nos ganhos dessas aplicações financeiras. Por outro lado, a Companhia possui passivos (empréstimos e debêntures) indexados ao CDI, fazendo com que os aumentos dessa taxa resultem em aumentos das despesas financeiras relacionadas a esses passivos. Considerando que os impactos financeiros da variação das taxas de juros sobre ativos e passivos financeiros tem efeitos opostos, os resultados dessas variações poderão ser parcialmente compensados. A Administração acompanha permanentemente as variáveis de mercado relacionadas ao risco de taxa de juros a que está exposta e demonstra potenciais impactos no seu resultado financeiro através de análise de sensibilidade **(nota explicativa 23.4(ii))**. **23.3.6 Risco de volatilidade no preço das ações e cotas de fundos de investimentos**: Os principais investimentos avaliados a valor justo detidos pela Companhia são compostos pelas participações em Klabin S.A.[1], Ultrapar Participações S.A.[2] e BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas[3] (sendo os dois últimos detidos exclusivamente por fundos exclusivos da Companhia). Dado a relevância desses ativos no portfólio da Companhia, o resultado da Companhia está fortemente exposto à variação dos preços desses ativos. Adicionalmente, a Companhia investe, através de seus fundos exclusivos, que são geridos de forma discricionária por gestores independentes, em ações negociadas na B3 e em bolsas estrangeiras e em cotas de fundos de investimentos, estando, portanto, exposta à variação dos preços desses ativos. Com o intuito de proteger parcialmente o risco de volatilidade no preço das ações e cotas de fundos de investimentos, a Companhia e os gestores de seus fundos exclusivos podem vir a utilizar derivativos para fins de proteção, como compra ou venda de opções de ações e índices futuros e contratos de *swap*. A Administração da Companhia monitora constantemente as variáveis de mercado relacionadas ao risco de volatilidade no preço das ações e das cotas de fundos de investimentos a que está exposta e demonstra potenciais impactos no seu resultado financeiro através de análise de sensibilidade **(nota explicativa 23.4(ii))**. **23.4 Análise de sensibilidade: (i) Análise de sensibilidade do câmbio**: O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade em 31/12/2024, considerando desvalorizações da taxa de câmbio R$/US$ de 25% e 50%:

	Cenário base	Cenário I -25%	Cenário II -50%
Taxa de câmbio R$/US$ em 31/12/2024	6,19	4,64	3,10
Ações	251.946	188.959	125.973
Dólar futuro (valor nocional)	93.917	70.438	46.959
Total	345.863	259.397	172.932
Efeito no resultado financeiro	**–**	**(86.466)**	**(172.931)**

(ii) Análise de sensibilidade à variação da taxa de juros: Os quadros abaixo apresentam a análise de sensibilidade em 31/12/2024, considerando a redução das taxas do cenário base em 25% e 50% e seus impactos para as aplicações financeiras, e um aumento das taxas do cenário base em 25% e 50% e seus impactos para os empréstimos e debêntures emitidas pela Companhia.

	Cenário base	Cenário I -25%	Cenário II -50%
Taxa CDI/SELIC em 31/12/2024	12,15%	9,11%	6,08%
CDBs	234.175	226.308	218.445
Fundos de renda fixa	23.189	22.410	21.631
Letras financeiras	34.398	33.243	32.088
Compromissadas	695.533	672.168	648.813
Total	987.295	954.129	920.977
Efeito no resultado financeiro [1]	**–**	**(33.166)**	**(66.318)**

[1] Considera o impacto, sobre as aplicações financeiras em renda fixa, de quedas de 25% e 50%, respectivamente, sobre a taxa de juros de mercado, pelo horizonte de 12 meses à frente.

	Cenário base	Cenário I +25%	Cenário II +50%
Taxa CDI/SELIC em 31/12/2024	12,15%	15,19%	18,23%
Empréstimos	(113.108)	(113.781)	(114.441)
Debêntures	(770.846)	(861.022)	(905.077)
Total	(883.954)	(974.803)	(1.019.518)
Efeito no resultado financeiro [1]	**–**	**(90.849)**	**(135.564)**

[1] Considera o impacto, sobre o fluxo de caixa dos empréstimos e debêntures até seus respectivos vencimentos, de aumentos de 25% e 50%, respectivamente, sobre a curva de juros de mercado.

Considerando que os impactos financeiros da variação da taxa de juros sobre ativos e passivos financeiros tem efeitos opostos, os resultados dessas variações poderão ser parcialmente compensados. **(iii) Análise de sensibilidade dos preços de ações e cotas de fundos de investimentos**: O quadro abaixo apresenta a análise de sensibilidade no valor das ações e nas cotas de fundos de investimentos, com base nas cotações de mercado em 31/12/2024, considerando a desvalorização da carteira em 25% e 50%:

	Cenário base	Cenário I -25%	Cenário II -50%
FIA e FIC de FIA	291.174	218.381	145.587
Ações [1]	251.946	188.960	125.973
FIM e FIC de FIM	45.933	34.450	22.967
FIPs	5.729	4.297	2.865
FIIs	54.536	40.902	27.268
FIDCs	12.879	9.659	6.440
Investimentos (1) (2)	883.816	662.862	441.908
Total	**1.546.013**	**1.159.511**	**773.008**
Efeito no resultado financeiro	**–**	**(386.502)**	**(773.005)**

[1] Em abril de 2024, o Alta FIP, cujas cotas eram detidas de forma indireta pela Companhia, concluiu a operação de venda sobre 2.375.479 ações ordinárias de emissão da Nortec, representativas de 20% do capital social votante e total da Nortec. Desse modo, com a conclusão da operação, o Alta FIP passou a deter 356.322 ações ordinárias, representativas de 3% do capital social votante e total da Nortec, passando a ser reconhecida como aplicação financeira em ações e não mais como outras participações **(nota explicativa 11)**. Em dezembro de 2024, o Alta FIP, cujas cotas passaram a ser detidas integralmente pelo Voss FIF, foi alienado no âmbito da oferta pública realizada pela Companhia **(nota explicativa 8 (b))**. [2] Investimentos em participações societárias avaliadas a valor justo **(nota explicativa 11)**.

24 Cobertura de seguros: O conteúdo da sede da Companhia, situada no Rio de Janeiro/RJ, está coberto por apólice de seguros contra incêndio e danos. A Companhia também possui apólice de seguro com cobertura para danos, furto e roubo para veículos de sua propriedade e seguro de responsabilidade civil de Administradores, Diretores e/ou Conselheiros (*D&O - Directors and Officers*). No âmbito do empreendimento imobiliário Alphaville Paraná **(nota explicativa 7)**, a parceira Alphaville mantém contratada apólice de seguro prestamista para garantia do recebimento do saldo devedor referente a venda dos lotes da controlada Timbutuva. Todas as apólices de seguro estavam vigentes no exercício reportado e são renovadas sempre que necessário.

[1] Detalhamento dos riscos bem como das políticas de gerenciamento de riscos de Klabin S.A. estão apresentados nas suas próprias informações trimestrais e estão disponíveis para consulta no seu respectivo site, bem como no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br).

[2] Detalhamento dos riscos bem como das políticas de gerenciamento de riscos de Ultrapar Participações S.A. estão apresentados nas suas próprias informações trimestrais e estão disponíveis para consulta no seu respectivo site, bem como no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br).

[3] Detalhamento dos riscos bem como das políticas de gerenciamento de riscos de BrasilAgro - Companhia Brasileira de Propriedades Agrícolas estão apresentados nas suas próprias informações trimestrais e estão disponíveis para consulta no seu respectivo site, bem como no site da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br).

Conselho de Administração

Roberto Duque Estrada de Sousa - Presidente; **Sergio Alberto Monteiro de Carvalho** - 1º Vice-Presidente;
Sergio Francisco Monteiro de Carvalho Guimarães - 2º Vice-Presidente;
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho - Membro efetivo;
Octavio Francisco Monteiro de Carvalho Domit - Membro efetivo; **Tulio Capeline Landin** - Membro efetivo;
Pedro Lins de Albuquerque Barbosa - Membro efetivo;
Joaquim Francisco Monteiro de Carvalho Neto - Membro suplente;
Arnon Affonso de Farias Mello Neto - Membro suplente;
Ana Maria Monteiro de Carvalho - Membro suplente;
Antonio Luis Monteiro de Carvalho Guimarães - Membro suplente.

Diretoria

Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho - Diretora Presidente;
Flavia Coutinho Martins - Diretora de Relações c/Investidores; **Tania Maria Camilo** - Diretora.

Gilson Cleber da Silva Braz - Contador - CRC-RJ 089134/O-6 - CPF 020.825.907-47

Proposta de orçamento de capital

Atualização de Orçamento de Capital: Nos termos do art. 196 da Lei n.º 6.404/1976, a Assembleia pode deliberar reter parcela do lucro líquido do exercício social para executar orçamento de capital por ela previamente aprovado, observado que, em caso de orçamento plurianual, o orçamento de capital deve ser objeto de revisão anual. Nesse contexto, em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30/04/2024 os acionistas da Companhia aprovaram proposta de orçamento de capital, no montante de R$ 281.480.010,44, com duração de 5 exercícios sociais, na forma das disposições do art. 196 da Lei n.º 6.404/1976. Considerando os investimentos e aportes em fundos de investimentos já executados pela Companhia ao longo do exercício social encerrado em 31/12/2024, foram baixados R$ 162.155.656,10 das retenções, restando o montante de R$ 119.324.354,34 para financiar o orçamento de capital previamente aprovado, considerando a previsão de investimentos no período de duração remanescente do orçamento de capital. Assim, o orçamento de capital passa a prever a seguinte distribuição: a) R$ 45.324.354,34 para investimentos e aportes em fundos de investimentos; e b) R$ 74.000.000,00 para serviço das dívidas da Companhia. Ressalta-se que a totalidade dos investimentos aqui previstos tiveram como fonte os lucros retidos referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, conforme retenção previamente aprovada nos termos do art. 196 da Lei 6.404/1976, não havendo previsão de retenção adicional de parcela do lucro líquido do exercício social findo em 31/12/2024 para essa finalidade.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2025.
A Administração

Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras

Em observância as normas em vigor, constantes no inciso VI do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/2022, as diretoras da Monteiro Aranha S.A. declaram que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2024, e autorizaram sua emissão e divulgação na presente data.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2025.
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho - Diretora Presidente
Flavia Coutinho Martins - Diretora de Relação com Investidores
Tania Maria Camilo - Diretora

Declaração dos diretores sobre o relatório do auditor

Em observância as normas em vigor, constantes no inciso V do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM nº 80/2022, as diretoras da Monteiro Aranha S.A. declaram que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes, referentes às demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, emitido em 21 de fevereiro de 2025.

Rio de Janeiro, 21 de fevereiro de 2025.
Celi Elisabete Julia Monteiro de Carvalho - Diretora Presidente
Flavia Coutinho Martins - Diretora de Relação com Investidores
Tania Maria Camilo - Diretora

www.monteiroaranha.com.br

Assine o jornal
Monitor Mercantil
(21) 3849-6444

MONTEIRO ARANHA S.A.

CNPJ/MF 33.102.476/0001-92 – Companhia Aberta

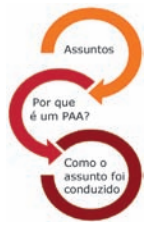
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas **Monteiro Aranha S.A.**

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Monteiro Aranha S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS")

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Principais Assuntos de Auditoria: Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Mensuração do valor justo dos ativos alienados em transação com acionistas da Companhia (Nota explicativa 8 (b))	
O Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 21 de novembro de 2024, a realização de Oferta Pública Secundária de Distribuição das Cotas da Classe Única do Voss Fundo de Investimento Financeiro Multimercado - Crédito Privado Responsabilidade Limitada (“Voss FIF”) (“Oferta”), no valor de R$ 370.887 mil, tendo como público-alvo os acionistas da Companhia. O Voss FIF foi constituído em novembro de 2024 como um fundo exclusivo com cotas detidas integralmente pela Companhia, para reunir os investimentos que a Companhia buscou alienar nessa Oferta, avaliados pelo seu valor justo. A metodologia de mensuração ao valor justo desses investimentos considerou a cotação divulgada nas bolsas de valores, transações recentes de aquisição pelo Fundo no período, entre partes não relacionadas e, para os investimentos sem transações observáveis recentes, técnicas de avaliação realizadas por meio de modelo de fluxo de caixa descontado, desenvolvido por especialistas externos, com utilização de premissas subjetivas. A mensuração do valor justo desse investimento foi considerada área foco de auditoria devido à sua subjetividade e relevância no contexto das demonstrações financeiras, com o envolvimento de julgamento, por parte da Administração.	Nossos principais procedimentos de auditoria consideraram, entre outros: O entendimento dos principais processos estabelecidos pela administração para assegurar a adequada mensuração do valor justo dos investimentos alienados na Oferta. Para o investimento com cotação divulgada nas bolsas de valores, comparamos o valor utilizado para a mensuração desses investimentos com os preço divulgado nas bolsas de valores. Para os investimentos com transações observáveis recentes, inspecionamos, em base de teste, a documentação decorrente da aquisição do investimento pelo Fundo, cujo valor foi considerado como melhor estimativa de valor justo em função da proximidade entre a data da transação e a data da Oferta. Para os investimentos sem cotação divulgada em bolsas de valores e sem transações observáveis recentes, inspecionamos os laudos de avaliação do valor justo desses ativos elaborado por especialistas externos e, com o auxilio dos nossos especialistas em mensuração de ativos dessa natureza, obtivemos entendimento sobre a metodologia de cálculo e as principais premissas adotadas, bem como analisamos a sua razoabilidade mediante comparação com metodologias e premissas observáveis de mercado. Consideramos que os critérios adotados pela administração para a mensuração do valor justo dos ativos alienados na Oferta estão consistentes com as informações analisadas em nossa auditoria.

Outros assuntos

Demonstrações do Valor Adicionado: As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de normas contábeis IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS"), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 21 de Fevereiro de 2025

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda
CRC 2SP000160/F-5

Caren Henriete Macohin
Contadora CRC 1PR038429/O-3 “T” SC

www.monteiroaranha.com.br

BEMOBI

Bemobi Mobile Tech S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 09.042.817/0001-05 - NIRE 33.3.003352-85

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (“Lei das Sociedades por Ações”), ficam convidados os Senhores acionistas da Bemobi Mobile Tech S.A. (“Companhia”) a reunirem-se na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Companhia (“AGOE”), a serem realizadas conjuntamente, em primeira convocação, no dia **24 de abril de 2025, às 10h**, através da plataforma eletrônica Zoom (“Plataforma Digital”), com *link* de acesso a ser encaminhado aos acionistas habilitados, sem prejuízo da possibilidade de votação a distância por meio do envio de boletim de voto a distância (“BVD”) previamente à realização da AGOE, para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: **Assembleia Geral Ordinária:** 1. tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 2. deliberar sobre a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024; 3. fixar o limite de valor da remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2025. **Assembleia Geral Extraordinária:** 1. deliberar sobre a alteração do artigo 16º do Estatuto Social, para aumentar o número total de membros titulares, que passará a ser composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 6 (seis) membros titulares e até igual número de suplentes; 2. deliberar sobre a eleição de membro suplente para o Conselho de Administração, em substituição ao Sr. Roger Sole Rafols que renunciou ao cargo, para um mandato unificado com os demais membros; 3. caso tenha sido aprovada a matéria constante do item (1) da ordem do dia da Assembleia Geral Extraordinária, deliberar sobre a eleição de membro titular para o Conselho de Administração, para um mandato unificado com os demais membros. **Informações Gerais:** I. A Companhia informa que utilizará o processo de voto a distância, de acordo com a Resolução CVM nº 81/2022 (“Resolução CVM 81”). O acionista poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio do sistema de votação a distância, nos termos da Resolução CVM 81, enviando o correspondente BVD por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia. Informações detalhadas sobre regras de participação e/ou envio do BVD constam do Manual para Participação de Acionistas em Assembleia divulgado nesta data. II. A Companhia entende que a forma de garantir a maior participação acionária possível é por meio da realização de assembleias digitais. Assim, no intuito de facilitar a participação dos acionistas na AGOE, a Companhia coloca à disposição uma Plataforma Digital, onde os acionistas poderão participar e votar de forma virtual, nos termos da Resolução CVM 81. O *link* de acesso à Plataforma Digital da AGOE será disponibilizado pela Companhia àqueles acionistas que se habilitarem para participar, por meio do envio dos documentos abaixo indicados para o endereço eletrônico assembleia@bemobi.com.br (com solicitação de confirmação de recebimento), em até 2 (dois) dias antes da data de realização da AGOE, ou seja até às **10h do dia 22 de abril de 2025.** Nos termos da Resolução CVM 81, não será admitido o acesso à Plataforma Digital de acionistas que não apresentarem os documentos de participação necessários no prazo aqui previsto. III. Será admitida a participação de todos os acionistas titulares das ações ordinárias de emissão da Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores, desde que o nome de tal acionista esteja registrado no Livro de Registro de Ações Escriturais da instituição financeira depositária das ações - Itaú Unibanco S.A. IV. Documentos dos acionistas: (a) Pessoa física: cópia do documento de identidade com foto (Carteira de Identidade Registro Geral - RG, a Carteira Nacional de Habilitação - CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública); (b) Pessoa jurídica ou fundo de investimento: cópia (b.i) do documento de identidade do representante com foto (Carteira de Identidade Registro Geral - RG, a Carteira Nacional de Habilitação - CNH, passaporte, carteiras de identidade expedidas pelos conselhos profissionais e carteiras funcionais expedidas pelos órgãos da Administração Pública); e (b.ii) dos atos societários e/ou documentos pertinentes que comprovem os poderes dos signatários (eventual instrumento de mandato deverá observar o disposto na Lei 6.404/76, assim como conter reconhecimento de firma do outorgante); e (c) Procuração: É facultado a qualquer acionista constituir procurador para que o represente nas assembleias gerais e vote em seu nome. A outorga de poderes de representação deverá ter sido realizada há menos de 1 (um) ano, nos termos do artigo 126, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações. Em cumprimento ao disposto no artigo 654, §§ 1º e 2º, do Código Civil, a procuração deverá conter indicação do lugar onde foi passada, qualificação completa do outorgante e do outorgado, data e objetivo da outorga com a designação e extensão dos poderes conferidos. As procurações deverão conter reconhecimento de firma ou assinaturas digitais utilizando processo de certificação fornecido pelo ICP-Brasil. V. Os documentos dos acionistas expedidos no exterior devem conter reconhecimento das firmas dos signatários por Tabelião ou Notário Público, devem ser apostilados ou, caso o país de emissão do documento não seja signatário da Convenção de Haia (Convenção da Apostila), devem ser legalizados em Consulado Brasileiro, traduzidos por tradutor juramentado matriculado na Junta Comercial e registrados no Registro de Títulos e Documentos, nos termos da legislação então em vigor. A Companhia não exigirá a tradução de documentos que tenham sido originalmente emitidos em língua portuguesa, inglesa ou espanhola. VI. Em atenção ao disposto na Resolução CVM nº 70/2022, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição de instalação do Conselho Fiscal é de 2% (dois por cento). VII. Encontram-se à disposição dos acionistas, na sede social da Companhia, e na página de relações de investidores da Companhia (ri.bemobi.com.br), bem como na página da CVM (www.gov.br/cvm) e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br), os documentos referidos no art. 133 da Lei das Sociedades por Ações e na Resolução CVM 81, a Proposta da Administração, o Manual para Participação de Acionistas em Assembleia e os demais documentos relacionados às matérias constantes na ordem do dia da AGO. VIII. A Companhia esclarece, em atenção ao art. 5º, §4º da Resolução CVM 81, que a AGOE será realizada de modo exclusivamente digital, seguindo a mesma sistemática que vem promovendo a longo tempo e que, no entender da administração, permite uma participação mais eficaz dos acionistas. Rio de Janeiro, 21 de março de 2025.

ANP: termina no final do mês indicação de setores a serem licitados

Será encerrado no dia 31 de março o prazo para as licitantes inscritas na Oferta Permanente de Concessão (OPC) apresentarem declarações de interesse e garantias de oferta para os setores disponíveis no edital. O documento contempla 332 blocos exploratórios, localizados em diversas bacias sedimentares, informou nesta quinta-feira a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Em 14 abril, a ANP divulgará os setores que receberam declarações de interesse e que serão licitados na sessão pública do 5º Ciclo da OPC. E, até 12 de maio, as licitantes aptas a participar do 5º Ciclo ainda poderão apresentar declarações de interesse e garantias de oferta para os setores divulgados.

Um ciclo da Oferta Permanente de Concessão é composto por todas as atividades necessárias para a realização da sessão pública de apresentação de ofertas para os setores que forem objeto de declaração de interesse, e compreende a qualificação das licitantes vencedoras da sessão pública, a adjudicação do objeto da licitação do ciclo, a homologação da licitação do ciclo e a assinatura dos contratos de concessão.

As licitantes aptas a apresentar ofertas nesta sessão pública podem ser consultadas no link: https://www.gov.br/anp/pt-br/rodadas-anp/oferta-permanente/opc/5o-ciclo-da-oferta-permanente-de-concessao/relacao-de-licitantes-do-5o-ciclo-da-oferta-permanente-de-concessao. As licitantes constantes da relação que não apresentem declaração de interesse poderão apresentar ofertas em consórcio com licitante que tenha declarado interesse no prazo do cronograma.

Calendário estratégico A diretoria da ANP aprovou a atualização do Calendário Estratégico de Avaliações Geológica e Econômica relativo à Oferta Permanente de Concessão (OPC) para o ano de 2025. Com a medida, a Agência dá continuidade à promoção de transparência e previsibilidade para que o mercado possa direcionar esforços e investimentos com mais assertividade em áreas para exploração e produção de petróleo e gás natural.

Para 2025, além das entregas associadas à totalidade da Bacia de Pelotas, ao norte da Bacia de Campos e ao sul da Bacia Marítima do Espírito Santo, estão estabelecidas as prioridades cronológicas para a conclusão de estudos geoeconômicos em porções específicas das bacias sedimentares da Margem Equatorial Brasileira.

A priorização da Margem Equatorial está fundamentada no potencial petrolífero da área, em sua similaridade geológica com margens produtoras de outros países e com a necessidade de diversificação de locais com potencial para incorporação relevante de reservas, ação de relevância estratégica para o país.

“É importante destacar que essa priorização não provocará prejuízos aos estudos geoeconômicos associados aos processos de nominação de área. Nos termos da Resolução ANP nº 837/2021, a nominação ocorre quando qualquer pessoa jurídica da indústria do petróleo e gás natural aponta uma área para que a ANP estude a possibilidade de ofertá-la em futura rodada de licitação”, explicou a agência reguladora. A divulgação do ordenamento definido para análises poderá contribuir para a redução dos riscos geocientíficos e operacionais, das volatilidades do mercado e das variações de demanda inerentes às atividades de exploração e produção (E&P) de petróleo e gás.

USINA TERMELÉTRICA NORTE FLUMINENSE S/A
CNPJ: 03.258.983/0002-30
AUDITORIA AMBIENTAL

A USINA TERMELÉTRICA NORTE FLUMINENSE S/A, torna público que entregou ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA, em 24/02/2025, Relatório de Auditoria Ambiental de Controle do ano de 2024, referente à atividade de produção de energia elétrica a partir de usina termelétrica a gás natural, em ciclo combinado, com capacidade instalada de geração de 826,8 MW e informa que este estará à disposição para consulta na Av. República do Chile, 330 – Ed. Ventura –Torre Oeste - 6º andar - Centro no Município do Rio de Janeiro, no período de 24/03/2025 a 28/03/2025, no horário das 8h às 17h. Informa, ainda, que o referido relatório também estará disponível para consulta no endereço eletrônico www.inea.rj.gov.br/biblioteca. (Processo E-07/201685/2003).

INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - IMTT
CAMPOS DOS GOYTACAZES
AVISO DE LEILÃO

O INSTITUTO MUNICIPAL DE TRÂNSITO E TRANSPORTE - IMTT, torna público que no dia 08 de Abril de 2025, às 10h, realizará leilão na forma on-line, dos veículos conservados e sucatas inservíveis, apreendidos a qualquer título e não reclamados por seus proprietários dentro do prazo de 60 dias, conforme o art. 328 do CTB, tendo como leiloeira a Sra. SANDRA SEVIDANES mat. 165 JUCERJA. Para maiores informações, consulte **www.eblonline.com.br.**

CONCESSÃO DE LICENÇA

CYRELA ORQUÍDEA EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA., CNPJ n° 45.936.496/0002-29 torna público que recebeu à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Licenciamento – SMDU, através do processo nº EIS-PRO-2024/02456, Licença Ambiental Municipal de Instalação (LMI) para obras de urbanização da Via 4 do PAA 8997, Barra da Tijuca, RJ.

Assine o jornal Monitor Mercantil (21) 3849-6444

BEMOBI

Bemobi Mobile Tech S.A.

CNPJ nº 09.042.817/0001-05

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

BMOB
B3 LISTED NM

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Reportamos o maior crescimento da receita e EBITDA dos últimos nove trimestres, alcançando EBITDA recorde de R$55 milhões no trimestre e R$200 milhões no ano de 2024. Tal crescimento foi equilibrado na medida que as 4 verticais de negócio reportaram expansão. O **ano de 2024** foi de **retomada do crescimento sustentável,** suportado pelo contínuo ganho de tração na vertical de Pagamentos, além da recuperação em Assinaturas Digitais. Nossa atuação em Pagamentos combinada com SaaS que já representa 57% da receita da Companhia, tem se tornado cada vez mais sólida, com aumento de penetração nos clientes atuais e a adição de novos clientes - neste trimestre tivemos a entrada em operação da Copel, nosso 6º cliente na indústria de distribuição de energia elétrica.

Adicionalmente, a aquisição recente da nossa IP (Instituição de Pagamento), a qual ainda aguardamos aprovação junto ao Banco Central para operá-la, fortalecerá nosso posicionamento estratégico no ecossistema de PIX e Open Finance. Passamos a oferecer aos nossos clientes o PIX por aproximação, o que expande nosso portfólio de soluções de pagamentos, e consolida nosso posicionamento como uma solução completa e *end-to-end*. Estamos otimistas com o potencial de nossa atuação no ecossistema de pagamentos.

Alcançamos um TPV recorde de R$2,3 bilhões neste trimestre na vertical de Pagamentos Digitais. Como resultado, a **receita de Pagamentos** registrou **expansão de +16% YoY** em relação ao 4T23. O crescimento foi fruto principalmente do contínuo crescimento junto às Telcos, além do ganho de tração nos clientes que entraram em operação nos últimos trimestres, como Salta, Light e NeoEnergia. O volume transacionado nas indústrias ex-Telco superaram os R$600 milhões.

Outro grande destaque foi **Assinaturas Digitais,** que após um ano de 2023 bastante desafiador, reportou sólida recuperação ao longo de 2024 e atingiu **crescimento de receita de 34% YoY neste trimestre.** O desempenho do trimestre foi impulsionado principalmente por entradas recentes em novas geografias europeias, mas também aumento de penetração no México, além de efeito cambial positivo. Como resultado, a **receita líquida consolidada reportou expansão de +20% YoY,** alcançando R$165 milhões.

O EBITDA Ajustado também acelerou seu ritmo de crescimento para **+19% YoY,** atingindo patamar recorde de **R$55 milhões.** As despesas operacionais registraram um incremento acima do ritmo observado nos trimestres anteriores, de +14% YoY, impactado pelo efeito do câmbio associado principalmente a despesas de Pessoal e Tecnologia, em adição ao efeito do dissídio, vigente a partir de Out/24.

A **geração de caixa operacional** no trimestre foi novamente um destaque positivo, alcançando sólidos **R$41 milhões,** com uma **conversão de caixa superior a 75%.** Por outro lado, tivemos consumo de capital de giro, relacionado principalmente à operação de pagamento parcelado, levando a geração de caixa livre a atingir cerca de R$20 milhões. Assim, encerramos o ano com R$589 milhões em caixa.

Nossa performance financeira e operacional em 2024, somada às perspectivas para 2025, nos dão conforto de que nossa geração de caixa permite conciliar um pagamento mais agressivo de dividendos referentes a esses dois períodos, sem prejudicar nossa capacidade de seguir crescendo de forma sustentável, tanto organicamente quanto por meio de novos M&As - que continuarão tendo um papel relevante em nossa estratégia. Desta maneira, aprovamos uma **nova política de dividendos,** válida para 2025, que prevê a **distribuição de proventos de R$200 milhões.** O primeiro passo desta nova política será a distribuição de R$58 milhões de dividendos complementares ao exercício de 2024, totalizando um payout de 100%, a ser referendado na Assembleia do dia 24/abr.

Reforçamos nossa visão positiva com as oportunidades de crescimento da Companhia, principalmente na vertical de Pagamentos. Agradecemos aos nossos colaboradores, clientes, fornecedores e também aos acionistas por nos acompanharem neste ano, período em que retomamos o crescimento de forma sustentável.

Pedro Ripper
CEO da Bemobi Mobile Tech S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL
Valores expressos em milhares de Reais (R$)

	Notas	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	170.547	125.936	378.610	262.973
Títulos e valores mobiliários	5	209.965	244.771	209.965	244.771
Contas a receber de clientes	6	36.582	60.904	191.402	222.367
Valores a receber das operadoras de meios de pagamento	10	–	–	208.542	106.793
Estoques	7	–	–	15.740	28.191
Tributos a recuperar	8	22.651	13.744	46.585	32.951
Adiantamentos a terceiros		7.754	7.147	16.631	18.603
Instrumentos financeiros derivativos	9	–	5.987	–	5.987
Outros valores a receber		–	–	1.273	6.327
Total do ativo circulante		447.499	458.489	1.068.748	928.963
Realizável a Longo Prazo					
Contas a receber de clientes	6	3.627	1.332	38.504	1.332
Outros valores a receber		13	36	1.900	5.057
Tributos diferidos	11	–	–	22.128	20.612
Empréstimos a partes relacionadas	26.2	39.725	30.334	–	–
		43.365	31.702	62.532	27.001
Investimentos	12	619.855	516.897	2.143	–
Direitos de uso	18	1.468	1.897	6.173	3.319
Imobilizado	13	3.621	4.474	10.220	10.780
Intangível	14	186.651	186.292	477.396	473.314
Total do ativo não circulante		854.960	741.262	558.464	514.414
Total do Ativo		**1.302.459**	**1.199.751**	**1.627.212**	**1.443.377**

	Notas	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Passivo					
Circulante					
Obrigações com pessoal	15	19.105	18.086	55.217	47.860
Tributos a recolher	16	1.340	2.088	12.469	13.331
Contas a pagar	17	11.761	20.063	122.843	129.694
Valores a repassar a operadoras de telefonia móvel e empresas de *utilities* e educação	10	–	–	145.653	73.637
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	20.6	50.762	20.568	50.762	20.568
Arrendamentos	18	796	729	2.071	1.457
Contraprestações a pagar	19	–	16.578	–	19.179
Instrumentos financeiros derivativos	9	7.892	–	7.892	–
Outras obrigações		215	205	8.883	8.897
Total do passivo circulante		91.871	78.317	405.790	314.623
Não Circulante					
Tributos diferidos	11	32.127	25.547	32.127	25.547
Arrendamentos	18	1.176	1.635	5.155	2.814
Contraprestações a pagar	19	10.590	10.299	10.590	10.299
Outras obrigações		198	345	3.511	3.752
Total do passivo não circulante		44.091	37.826	51.383	42.412
Patrimônio Líquido					
Capital social	20.1	1.233.744	1.233.744	1.233.744	1.233.744
Ações em tesouraria	20.8	(4.233)	(9.569)	(4.233)	(9.569)
Reservas de capital	20.2	7.858	5.433	7.858	5.433
Reservas de lucros	20.3	98.451	109.995	98.451	109.995
Dividendo adicional proposto	20.6	58.494	19.857	58.494	19.857
Ajuste de avaliação patrimonial	20.4	(235.068)	(234.403)	(235.068)	(234.403)
Outros resultados abrangentes	20.7	7.251	(41.449)	7.251	(41.449)
		1.166.497	1.083.608	1.166.497	1.083.608
Participação de não controladores		–	–	3.542	2.734
Total do patrimônio líquido		1.166.497	1.083.608	1.170.039	1.086.342
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.302.459**	**1.199.751**	**1.627.212**	**1.443.377**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Valores expressos em milhares de Reais (R$), exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Controladora 01/01/2024 a 31/12/2024	Controladora 01/01/2023 a 31/12/2023	Consolidado 01/01/2024 a 31/12/2024	Consolidado 01/01/2023 a 31/12/2023
Receita líquida	22	134.186	155.363	1.498.065	1.307.844
Custos dos serviços prestados e mercadorias revendidas	23	(56.122)	(60.548)	(1.153.457)	(997.409)
Lucro bruto		78.064	94.815	344.608	310.435
Despesas gerais e administrativas	24	(40.708)	(50.527)	(226.576)	(217.432)
Resultado de equivalência patrimonial	12	49.487	20.552	14	–
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		4.494	8	1.978	1.829
Lucro operacional		91.337	64.848	120.024	94.832
Receitas financeiras	25	42.888	58.131	58.852	62.777
Despesas financeiras	25	(7.137)	(11.295)	(14.586)	(25.706)
		35.751	46.836	44.266	37.071
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		127.088	111.684	164.290	131.903
Imposto de renda e contribuição social	27	(7.621)	(25.084)	(44.127)	(45.014)
Lucro líquido do exercício		119.467	86.600	120.163	86.889
Atribuível aos controladores		119.467	86.600	119.467	86.600
Atribuível aos não controladores		–	–	696	289
Lucro básico por ação	20.5	1,39	1,00	1,40	1,00
Lucro diluído por ação	20.5	1,39	1,00	1,40	1,00

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Valores expressos em milhares de Reais (R$)

	Notas	Controladora 01/01/2024 a 31/12/2024	Controladora 01/01/2023 a 31/12/2023	Consolidado 01/01/2024 a 31/12/2024	Consolidado 01/01/2023 a 31/12/2023
Lucro líquido do exercício		119.467	86.600	120.163	86.889
Valores que serão reclassificados subsequentemente para o resultado:					
Ajuste de conversão de controladas no exterior	20.7	48.700	(17.950)	48.700	(17.950)
Total do resultado abrangente do exercício		168.167	68.650	168.863	68.939
Atribuível aos controladores		168.167	68.650	168.167	68.650
Atribuível aos não controladores		–	–	696	289

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Valores expressos em milhares de Reais (R$)

	Notas	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva estatutária	Lucros acumulados	Dividendo adicional proposto	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Total (Controladora)	Participação de não controladores	Total (Consolidado)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.233.744	(71.519)	8.406	9.832	126.664	–	–	(225.102)	(23.499)	1.058.526	–	1.058.526
Ações em tesouraria adquiridas	20.8	–	(11.547)	–	–	–	–	–	–	–	(11.547)	–	(11.547)
Constituição de reserva de capital com base em plano de incentivo de longo prazo	20.2	–	–	2.424	–	–	–	–	–	–	2.424	–	2.424
Pagamento de incentivo de longo prazo com ações em tesouraria	20.2 e 20.8	–	6.760	(5.397)	–	(1.363)	–	–	–	–	–	–	–
Participação de não controladores		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	2.734	2.734
Opção de venda de ações por parte de acionistas não controladores	20.4	–	–	–	–	–	–	–	(9.301)	–	(9.301)	–	(9.301)
Cancelamento de ações em tesouraria	20.1	–	66.737	–	–	(66.737)	–	–	–	–	–	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	86.600	–	–	–	86.600	–	86.600
Ajuste acumulado de conversão	20.7	–	–	–	–	–	–	–	–	(17.950)	(17.950)	–	(17.950)
Destinação do resultado líquido do exercício para:													
Constituição de reserva legal	20.3.a	–	–	–	4.330	–	(4.330)	–	–	–	–	–	–
Juros sobre capital próprio	20.6	–	–	–	–	–	(20.568)	–	–	–	(20.568)	–	(20.568)
Juros sobre capital próprio adicionais propostos	20.6	–	–	–	–	–	(19.857)	19.857	–	–	–	–	–
Imposto de renda retido sobre juros sobre capital próprio destinados	20.6	–	–	–	–	–	(4.576)	–	–	–	(4.576)	–	(4.576)
Constituição de reserva estatutária	20.3.b	–	–	–	–	37.269	(37.269)	–	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.233.744	(9.569)	5.433	14.162	95.833	–	19.857	(234.403)	(41.449)	1.083.608	2.734	1.086.342

	Notas	Capital social	Ações em tesouraria	Reserva de capital	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva estatutária	Lucros acumulados	Dividendo adicional proposto	Ajuste de avaliação patrimonial	Outros resultados abrangentes	Total (Controladora)	Participação de não controladores	Total (Consolidado)
Saldos em 31 de dezembro de 2023		1.233.744	(9.569)	5.433	14.162	95.833	–	19.857	(234.403)	(41.449)	1.083.608	2.734	1.086.342
Pagamento de juros sobre capital próprio adicionais propostos	20.6	–	–	–	–	–	–	(19.857)	–	–	(19.857)	–	(19.857)
Ações em tesouraria adquiridas	20.8	–	(16.978)	–	–	–	–	–	–	–	(16.978)	–	(16.978)
Constituição de reserva de capital com base em plano de incentivo de longo prazo	20.2	–	–	7.205	–	–	–	–	–	–	7.205	–	7.205
Pagamento de incentivo de longo prazo com ações em tesouraria	20.2 e 20.8	–	4.797	(4.780)	–	–	–	–	–	–	17	–	17
Cancelamento de ações em tesouraria	20.1	–	17.517	–	–	(17.517)	–	–	–	–	–	–	–
Participação de não controladores		–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	808	808
Opção de venda de ações por parte de acionistas não controladores	20.4 e 19	–	–	–	–	–	–	–	(665)	–	(665)	–	(665)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	119.467	–	–	–	119.467	–	119.467
Ajuste acumulado de conversão	20.7	–	–	–	–	–	–	–	–	48.700	48.700	–	48.700
Destinação do resultado líquido do exercício para:													
Constituição de reserva legal	20.3.a	–	–	–	5.973	–	(5.973)	–	–	–	–	–	–
Dividendos a pagar	20.6	–	–	–	–	–	(16.963)	–	–	–	(16.963)	–	(16.963)
Juros sobre capital próprio	20.6	–	–	–	–	–	(33.799)	–	–	–	(33.799)	–	(33.799)
Imposto de renda retido sobre juros sobre capital próprio destinados	20.6	–	–	–	–	–	(4.238)	–	–	–	(4.238)	–	(4.238)
Dividendos adicionais propostos	20.6	–	–	–	–	–	(58.494)	58.494	–	–	–	–	–
Saldos em 31 de Dezembro de 2024		1.233.744	(4.233)	7.858	20.135	78.316	–	58.494	(235.068)	7.251	1.166.497	3.542	1.170.039

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Valores expressos em milhares de Reais (R$)

Atividades operacionais	Notas	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Lucro antes dos tributos sobre o lucro		127.088	111.684	164.290	131.903
Ajuste do lucro antes dos tributos sobre o lucro pelos efeitos de:					
Provisão para perdas	6	409	–	(3.837)	–
Depreciação de direitos de uso	18	517	501	2.026	2.607
Depreciação e amortização	13 e 14	11.318	13.297	64.599	56.045
Baixa líquida de imobilizado e intangível	13 e 14	20	–	58	–
Baixa por redução a valor recuperável	14	7.927	–	7.927	–
Juros sobre arrendamentos	18	314	363	570	647
Juros sobre empréstimo a parte relacionada	26.2	(805)	(1.841)	–	–
Variações cambiais sobre empréstimo a parte relacionada	26.2	(13)	117	–	–
Juros sobre contraprestações	19	–	1.024	–	2.519
Variação no valor justo de contraprestações a pagar	19	(12.440)	–	(12.388)	(6.384)
Demais juros		2	21	190	995
Plano de incentivo de longo prazo	20.2	4.414	5.901	7.205	8.624
Resultado de equivalência patrimonial	12	(49.487)	(20.552)	(14)	–
Variação no valor justo de instrumentos financeiros derivativos	9	4.291	7.853	4.291	7.853
Aumento/Redução de ativos e passivos operacionais					
Contas a receber de clientes	6	21.618	(6.578)	(2.370)	(13.182)
Valores a receber das operadoras de meios de pagamento	10	–	–	(101.749)	(95.209)
Estoques	7	–	–	12.451	13.993
Tributos a recuperar	8	(8.907)	(11.648)	(13.634)	(13.186)
Adiantamentos a terceiros		(601)	1.070	1.972	(3.720)
Outros valores a receber		23	4	8.211	(8.304)
Obrigações com pessoal	15	1.019	(1.144)	7.357	(5.048)
Tributos a recolher	16	8.330	4.634	144	8.814
Contas a pagar	17	(8.302)	3.695	(6.851)	18.736
Valores a repassar a operadoras de telefonia móvel e empresas de *utilities* e educação	10	–	–	72.016	28.650
Outras obrigações		(130)	(75)	(255)	2.702
Caixa gerado nas operações		106.605	108.326	212.209	139.055
Juros líquidos pagos		(316)	(384)	(760)	(1.642)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(14.357)	(21.821)	(44.306)	(39.708)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		91.932	86.121	167.143	97.705
Atividades de investimento					
Venda (aquisição) líquida de títulos e valores mobiliários	5	34.806	(24.958)	34.806	(24.958)
Empréstimos a partes relacionadas		(211)	(1.001)	–	–
Recebimentos de empréstimos a partes relacionadas		204	1.019	–	–
Recebimento na liquidação de instrumentos financeiros derivativos	9	10.518	–	10.518	–
Pagamento na liquidação de instrumentos financeiros derivativos	9	(930)	(25.274)	(930)	(25.274)
Pagamento para aquisição de controladas		–	(19.003)	(8)	(57.561)
Pagamento para aquisição de coligada		–	–	(2.129)	–
Caixa e equivalentes de caixa recebidos em aquisição de controle		–	–	–	11.507
Aumento de capital social em controladas	12	(18.463)	(123.638)	–	–
Aquisição de imobilizado e intangível	13 e 14	(10.844)	(13.421)	(52.305)	(48.694)
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento		15.080	(206.276)	(10.048)	(144.980)
Atividades de financiamento					
Pagamento de arrendamentos	18	(480)	(249)	(2.004)	(729)
Empréstimos de partes relacionadas		84	–	–	–
Pagamento de empréstimos de partes relacionadas		(89)	–	–	–
Pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio	20.6	(40.425)	(20.322)	(40.425)	(20.322)
Pagamento de contraprestações	19	(4.513)	–	(7.166)	(2.246)
Ações em tesouraria adquiridas	20.8	(16.978)	(11.547)	(16.978)	(11.547)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(62.401)	(32.118)	(66.573)	(34.844)
Efeitos da variação nas taxas de câmbio sobre caixa e equivalentes de caixa		–	–	25.115	(14.203)
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa		44.611	(152.273)	115.637	(96.322)
Caixa e equivalentes de caixa:					
Saldo inicial		125.936	278.209	262.973	359.295
Saldo final		170.547	125.936	378.610	262.973
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa		44.611	(152.273)	115.637	(96.322)

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
Valores expressos em milhares de Reais (R$)

Receitas	Notas	Controladora 31/12/2024	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2024	Consolidado 31/12/2023
Vendas de serviços, mercadorias e outros	22	142.292	165.335	1.625.740	1.418.095
Receitas relativas a desenvolvimento de ativos próprios	14	10.311	10.082	49.211	32.590
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	6	(409)	(308)	3.837	(20.670)
Insumos adquiridos de terceiros					
Custos de serviços, mercadorias e outros vendidos		(28.022)	(29.279)	(1.060.513)	(894.848)
Materiais, energia e serviços de terceiros		(16.936)	(26.710)	(100.349)	(95.169)
Outros insumos adquiridos de terceiros		(2.326)	(9.881)	(11.680)	(16.923)
Valor adicionado bruto		104.910	109.239	506.246	423.075
Depreciação e amortização	23 e 24	(11.835)	(13.797)	(66.625)	(59.031)
Valor adicionado líquido produzido		93.075	95.442	439.621	364.044
Valor adicionado recebido em transferência					
Resultado de equivalência patrimonial	12	49.487	20.552	14	–
Receitas financeiras	25	42.888	58.131	58.852	62.777
Valor adicionado total a distribuir		185.450	174.125	498.487	426.821
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal					
Remuneração direta		(35.088)	(36.429)	(160.521)	(137.737)
Benefícios		(5.372)	(4.486)	(19.902)	(16.502)
FGTS		(1.809)	(2.074)	(6.714)	(6.397)
		(42.269)	(42.989)	(187.137)	(160.636)
Impostos, taxas e contribuições					
Federais		(20.009)	(38.668)	(177.429)	(159.593)
Estaduais		–	(8)	(1.219)	(1.382)
Municipais		(3.008)	(3.733)	(8.679)	(7.163)
		(23.017)	(42.409)	(187.327)	(168.138)
Remuneração de capitais de terceiros					
Juros		(316)	(1.408)	(928)	(6.956)
Aluguéis	24	(381)	(719)	(2.932)	(4.202)
		(697)	(2.127)	(3.860)	(11.158)
Remuneração de capitais próprios					
Dividendos e juros sobre capital próprio		(50.762)	(20.568)	(50.762)	(20.568)
Lucros retidos		(68.705)	(66.032)	(69.401)	(66.321)
		(119.467)	(86.600)	(120.163)	(86.889)
Valor adicionado distribuído		(185.450)	(174.125)	(498.487)	(426.821)

continua→★

continuação

Bemobi Mobile Tech S.A.

CNPJ/ME nº 09.042.817/0001-05

BMOB B3 LISTED NM

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024

Valores expressos em milhares de Reais (R$), exceto quando indicado de outra forma

1. Contexto Operacional: A Bemobi Mobile Tech S.A. ("Companhia") foi constituída em 28 de agosto de 2007 e tem sede na Avenida Barão de Tefé, 27, sala 1.201 - Saúde - Rio de Janeiro/RJ. A Companhia possui uma filial constituída em 13 de maio de 2019, localizada na Avenida Ibirapuera, 2.332, bloco 01, 10º andar, sala 102 - Indianópolis - São Paulo/SP. A Companhia é uma sociedade anônima de capital aberto e tem como principais atividades, em conjunto com suas controladas: (i) o desenvolvimento de tecnologias; (ii) o desenvolvimento de programas de computador (*softwares*) e de ferramentas de programas de computador especificamente desenvolvidas para a rede mundial de computadores (*internet*); (iii) a prestação de consultoria relacionada a aplicações para telefones celulares; (iv) a atividade de veiculação de publicidade digital; (v) a distribuição de recarga de celulares pré-pagos; (vi) a gestão digital de faturamento e cobrança de planos de telefonia móvel; (vii) o comércio varejista e atacadista de cartões, *chips* e recargas para telefones e dispositivos móveis; (viii) o microfinanciamento de saldo para planos pré-pagos, baseado em inteligência artificial; e (ix) a participação em outras sociedades, simples ou empresárias, como acionista ou sócia, quaisquer que sejam seus objetos sociais, no Brasil ou no exterior. **1.1. Reorganização societária de controladas da Companhia:** Em 28 de março de 2024, a Agenda Edu S.A. ("Agenda Edu") incorporou a Edu Pay Securitizadora S.A., ambas controladas indiretas da Companhia. A incorporação não gerou impactos relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas. **1.2. Combinação de negócios - Bemobi Finance:** Em 17 de setembro de 2024, a Companhia, por intermédio da Bemobi Paytech Ltda., concluiu a aquisição de quotas que representam 100% do capital social da Sirius SP Participações S.A., cuja razão social foi alterada para Bemobi Finance Holding S.A. ("Bemobi Finance"). Essa aquisição é um passo estratégico essencial para a expansão da Companhia, vide Nota 31. Em decorrência da aquisição, a Companhia contabilizou um ativo no valor de R$ 8. Este valor foi classificado como ágio por expectativa de rentabilidade futura pela administração da Companhia. A Bemobi Finance não possui ativos ou passivos, e seu patrimônio líquido é igual a zero. Na conclusão da operação, a Companhia efetuou um pagamento em caixa no valor de R$ 8. **1.3. Combinação de negócios - Friday IP:** Em 21 de outubro de 2024, a Companhia, por intermédio da Bemobi Finance (adquirida pela Bemobi Paytech exclusivamente para esse fim), que recebeu aporte de capital da Bemobi Paytech, concluiu a aquisição de quotas que representam 49% do capital social da Friday Instituição de Pagamentos Ltda. ("Friday IP"), cuja alteração da razão social para Bemobi Finance Instituição de Pagamentos S.A. está sujeita à autorização pelo Banco Central do Brasil (BCB). Na conclusão da operação, a Bemobi Finance efetuou um pagamento em caixa no valor de R$ 1.078. Adicionalmente, a Bemobi Finance efetuou um aporte de capital na Friday IP, no valor de R$ 490, com o intuito de solicitar licença de emissor de moeda eletrônica ao BCB. Na mesma data, a Bemobi Finance efetuou um pagamento em caixa no valor de R$ 561, contabilizado no ativo, na conta de investimentos, a título de sinal pela aquisição dos 51% restantes do capital social da Friday IP, também sujeita à autorização pelo BCB. A Friday IP é uma entidade sem atividades relevantes que obteve do BCB a licença para operar como instituição de pagamento na modalidade de iniciador de transação de pagamento (ITP). Assim que a transação de mudança de controle for aprovada pelo BCB, essa nova licença permitirá que a Companhia ocupe uma posição mais central no arranjo PIX e *Open Finance*, e seja uma das primeiras empresas do mercado a suportar os novos padrões que em breve entrarão em operação, como PIX automático, PIX por biometria (jornada sem redirecionamento), entre outros. **1.4. Empresas consideradas nas demonstrações contábeis consolidadas:** Empresas controladas diretamente pela Companhia:

	Participação em 31/12/2024	Participação em 31/12/2023
Bemobi International AS (Noruega)	100,00%	100,00%
Bemobi Ukraine LLC (Ucrânia)	100,00%	100,00%
Open Markets AS (Noruega)	100,00%	100,00%
Bemobi Mobile Spain SL (Espanha) ("Bemobi Spain")	100,00%	100,00%
Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos Ltda. (Brasil) ("Multidisplay")	100,00%	100,00%
Bemobi Paytech Ltda. (Brasil) ("Bemobi Paytech")	100,00%	100,00%
M4 Produtos e Serviços Ltda. (Brasil) ("M4P")	100,00%	100,00%
7AZ Softwares S.A. (Brasil) ("7AZ")	51,00%	51,00%
Wave Tech do Brasil S.A. (Brasil) ("Wave Tech")	51,00%	51,00%

Empresas controladas indiretamente pela Companhia:

	Participação em 31/12/2024	Participação em 31/12/2023
Apps Club Del Mexico Sociedad Anonima Promotora de Capital Variable (México) (a)	100,00%	100,00%
Apps Club de Chile SPA (Chile) (a)	100,00%	100,00%
Bemobi Colombia S.A.S (Colômbia), anteriormente denominada Apps Club de Colombia S.A.S (a)	100,00%	100,00%
Apps Club de Argentina S.R.L (Argentina) (a)	100,00%	100,00%
Zonamovil Inc. (EUA) (a)	100,00%	100,00%
Tiaxa Philippines Inc. (Filipinas) (b)	95,00%	95,00%
Servicios Interactivos Móviles de Perú S.A.C. (Peru) (b)	100,00%	100,00%
Servicios MOB. ID S.A. de C.V. (México) (b)	100,00%	100,00%
Servicios Interactivos Móviles Ltda. (Chile) (b)	100,00%	100,00%
Servicios Interactivos Tiaxa Chile Ltda. (Chile) (b)	100,00%	100,00%
Bemobi DCO Servicios Tecnologicos Ltda. (Chile), anteriormente denominada DCO S.A. (b)	100,00%	100,00%
Tiaxa International Company PTE Ltd. (Singapura) (b)	100,00%	100,00%
Tiaxa Bangladesh Ltd. (Bangladesh) (c)	100,00%	100,00%
Agenda Edu S.A. (Brasil) (d)	100,00%	100,00%
Edu Pay Securitizadora S.A. (Brasil) (e)	0,00%	100,00%
Bemobi Finance Holding S.A. (Brasil) (d)	100,00%	0,00%

(a) Empresas controladas pela Bemobi Spain. (b) Empresas controladas pela Zonamovil Inc. (c) Empresa controlada pela Tiaxa International Company PTE Ltd. (d) Empresas controladas pela Bemobi Paytech Ltda. (e) Empresa até então controlada pela Agenda Edu S.A. O Grupo Tiaxa é formado pelas empresas Zonamovil Inc., Tiaxa Philippines Inc., Servicios Interactivos Móviles de Perú S.A.C., Servicios MOB. ID S.A. de C.V., Servicios Interactivos Móviles Ltda., Servicios Interactivos Tiaxa Chile Ltda., DCO S.A., Tiaxa International Company PTE Ltd. e Tiaxa Bangladesh Ltd. Os principais saldos dessas empresas são apresentados na Nota 12. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Políticas Contábeis Materiais: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards* - IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), atualmente denominadas pela Fundação IFRS como "normas contábeis IFRS" (*IFRS® Accounting Standards*), incluindo as interpretações emitidas pelo *IFRS Interpretations Committee* (*IFRIC Interpretations*) ou pelo seu órgão antecessor, *Standing Interpretations Committee* (*SIC Interpretations*), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"), com aplicação obrigatória para os exercícios apresentados. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia. A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA") individual e consolidada é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração é apresentada como informação suplementar, sem prejuízo ao conjunto das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. A preparação de demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão divulgadas na Nota 3. **2.2. Bases de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto no caso de ativos e passivos financeiros ajustados para refletir a mensuração a valor justo. **2.3. Consolidação de demonstrações contábeis:** As demonstrações contábeis consolidadas consideram os saldos das controladas direta e indiretamente pela Companhia, na mesma data-base e de acordo com as mesmas políticas contábeis. Quando necessário, as demonstrações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia. Todas as transações, saldos, receitas, custos e despesas entre as empresas consideradas nas demonstrações contábeis consolidadas são eliminados integralmente para fins de consolidação. **2.4. Políticas contábeis materiais e outros temas:** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas abaixo ou nos respectivos itens destas notas explicativas. As políticas contábeis materiais são consistentes em todos os exercícios apresentados. **a) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. As informações contábeis das empresas do exterior são convertidas para a moeda de apresentação da Companhia conforme o Pronunciamento Técnico CPC 02 (R2)/IAS 21. As principais moedas funcionais das controladas direta e indiretamente pela Companhia, que atuam em ambiente econômico internacional, são a Coroa Norueguesa ("NOK") e o Dólar Americano ("US$"). As principais taxas cambiais utilizadas pela Companhia para converter suas operações no exterior são as seguintes:

	Taxa corrente		Taxa média do exercício findo em	
	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Coroa Norueguesa (NOK)	0,5461	0,4762	0,5012	0,4736
Dólar Americano (US$)	6,1923	4,8413	5,3920	4,9953

b) Demonstração dos fluxos de caixa: Os fluxos de caixa das atividades operacionais são apresentados pelo método indireto, conforme o item 18.b do Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2)/IAS 7. **c) Informações por segmento:** Segmentos operacionais são componentes da entidade que desenvolvem atividades de negócio das quais pode-se obter receitas e incorrer em despesas. Seus resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal gestor das operações da entidade, que toma as decisões sobre alocação de recursos e avalia o desempenho do segmento. Para a existência do segmento é necessário haver informação financeira individualizada do mesmo. Os principais tomadores de decisões operacionais na Companhia, responsáveis pela alocação de recursos e pela avaliação periódica de desempenho, são a Diretoria-Executiva e o Conselho de Administração, que são responsáveis pela tomada de decisões estratégicas da Companhia e por sua gestão. Apesar de haver atividades diversas, os principais tomadores de decisão entendem que a Companhia representa apenas um segmento de negócio. Todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são efetuadas em bases únicas e pensando na Companhia como um todo. **d) Autorização para divulgação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram autorizadas para divulgação pelo Conselho de Administração em 20 de março de 2025. **e) Conflito Rússia-Ucrânia:** A Companhia está exposta a fatores de risco externos relacionados às suas operações e cadeias de suprimentos. Os mercados globais estão passando por volatilidade e rupturas em razão das tensões geopolíticas trazidas pelo conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia. As sanções econômicas impostas à Rússia pelos Estados Unidos, União Europeia, Reino Unido e outros países podem continuar a impactar significativamente as cadeias de suprimentos, levar à volatilidade significativa nos preços das *commodities*, bem como trazer incertezas de curto prazo para o sistema financeiro global, inclusive por meio da instabilidade de crédito e dos mercados de capitais. A Companhia possui atividades internacionais que estão distribuídas em 61 países, inclusive na Rússia e na Ucrânia. A Companhia possui uma controlada direta na Ucrânia, sendo que dos seus 939 colaboradores ao redor do mundo, 21 são lotados nesses dois países, e alguns deles deixaram a região. Atualmente, as receitas da Companhia advindas dos negócios realizados nesses dois países representam menos de 3% da receita consolidada. Ressalta-se que toda a tecnologia e informações digitais relevantes da Companhia estão em rede *cloud*, portanto, tais ativos estão resguardados. Até o momento, os efeitos do conflito Rússia-Ucrânia não causaram impactos significativos nas operações da Companhia ou no valor justo de seus ativos e passivos. Em função do conflito, os serviços prestados pela Companhia nos países supracitados continuam parcialmente regulares e o prazo de arrecadação dos serviços prestados está maior do que o usual. A Companhia busca auxiliar, tanto quanto possível, seus colaboradores naquela região, assim como implementar ações com o objetivo de garantir a continuidade de suas operações e mitigar eventuais efeitos adversos. **f) Clientes localizados em países com restrições sobre remessas:** A Companhia, através de suas controladas no exterior, possui atividades em países que impõem restrições à remessa de recursos financeiros, como Paquistão, Myanmar, Bangladesh, Nepal e Rússia. Essas restrições tornam o ciclo de recebimento de clientes que estão nesses países mais longo do que o de clientes de outras regiões. No entanto, a Companhia tem, historicamente, recebido os recursos e implementado medidas visando garantir seu recebimento e mitigar os efeitos adversos. **g) Novas normas, alterações e interpretações de normas:** As seguintes novas normas e alterações foram emitidas pelo CPC e pelo IASB e estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Porém, não resultaram em impactos materiais nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. • Alterações no IAS 1/CPC 26 (R1): Classificação de passivos como não circulantes somente se a entidade tiver o direito de evitar a liquidação por no mínimo doze meses a partir da data do balanço patrimonial. • Alterações no IFRS 16/CPC 06 (R2): Esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em transação de venda e relocação ("*sale and leaseback*"). • Alterações no IAS 7/CPC 03 (R2) e IFRS 7/CPC 40 (R1): Requisitos para divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores. **h) Alterações de normas que ainda não estão em vigor:** As seguintes alterações foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC. Entretanto, não são esperados impactos materiais nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. • Alterações no IAS 21: Esclarecimentos sobre conversão de moedas (falta de conversibilidade). • Alterações no IFRS 9 e IFRS 7: Esclarecimentos sobre classificação e mensuração de instrumentos financeiros. • Alterações no IFRS 18: Esclarecimentos sobre apresentação e divulgação nas demonstrações contábeis. • Alterações no IFRS 19: Esclarecimentos sobre divulgações de subsidiárias sem obrigação pública de prestação de contas. **i) Implementação global das regras do modelo Pilar Dois da OCDE:** Em dezembro de 2021, a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE") divulgou as regras do modelo Pilar Dois objetivando uma reforma da tributação corporativa internacional, de modo a garantir que grupos econômicos multinacionais dentro do escopo dessas regras paguem tributos sobre o lucro à alíquota efetiva mínima de 15%. Quando a alíquota efetiva de qualquer entidade do grupo econômico, agregada por jurisdição onde o grupo opera, for inferior a 15%, o grupo multinacional deverá pagar um valor complementar de tributos sobre o lucro referente à diferença entre a alíquota efetiva e a alíquota mínima. Essas regras deverão ser aprovadas pela legislação de cada país, sendo que alguns já promulgaram normas ou estão em processo de discussão e aprovação. No Brasil, por intermédio da Lei nº 15.079/2024, foi instituído, a partir de 01 de janeiro de 2025, um adicional da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) para empresas multinacionais, como parte da adaptação da legislação brasileira às regras globais contra a erosão da base tributária (regras "GloBE"), com o objetivo de garantir a tributação mínima efetiva de 15% sobre os lucros gerados por essas empresas, alinhando-se às regras do modelo Pilar Dois da OCDE. A Companhia e suas controladas não possuem exposição fiscal relacionada às novas regras. Não haverá aumento de sua carga tributária no Brasil, em decorrência da adoção da referida lei, porque todas as entidades do Grupo no Brasil têm uma taxa efetiva superior a 15%. Adicionalmente, o Grupo, incluindo as controladas no exterior, não possui receita anual superior a 750 milhões de Euros em dois dos últimos quatro exercícios. Portanto, o Grupo espera não ser materialmente afetado por essas regras. **j) Novas regras de preço de transferência *("transfer pricing")* no Brasil:** A partir de 01 de janeiro de 2024, a Lei nº 14.596/2023 entrou em vigor e introduziu novas regras de preço de transferência no Brasil. Essas regras visam se alinhar aos padrões internacionais estabelecidos pela OCDE, de acordo com o princípio de *arm's length*, que estipula que os termos e condições de uma transação entre partes relacionadas devem ser consistentes com aqueles que seriam estabelecidos entre terceiros em transações comparáveis. A Companhia, com o suporte de seus assessores técnicos, avaliou como as novas regras de preço de transferência poderiam impactar suas transações com partes relacionadas. Esse trabalho concluiu que não são esperados impactos materiais no cálculo dos tributos sobre o lucro devido às novas regras. **3. Estimativas e Julgamentos Contábeis:** A preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e são baseados na experiência e no conhecimento da administração, em informações disponíveis na data das demonstrações contábeis e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Por definição, as estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados futuros reais. As áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, com risco significativo de provocar ajuste material nos valores contábeis de ativos e passivos ao longo dos próximos exercícios, estão relacionadas a seguir. **3.1. Ágio por expectativa de rentabilidade futura:** O valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura, mencionado na Nota 14, se refere às combinações de negócios realizadas pela Companhia em 2015, 2021, 2023 e 2024. Esses valores são testados anualmente para avaliação do seu valor recuperável (teste de *impairment*), ou com maior frequência se eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem um possível *impairment*. O valor recuperável é definido com base no cálculo do valor em uso, efetuado com base em estimativas da administração. Para fins de avaliação de *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Para fins desse teste, o ágio é alocado às UGC ou aos grupos de UGC que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou. A Companhia espera que os valores de ágio reconhecidos sejam futuramente dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social. **3.2. Imposto de renda e contribuição social (correntes e diferidos):** O imposto de renda e a contribuição social (correntes e diferidos) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Esse processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, eventuais créditos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias, que são reconhecidos na proporção da probabilidade de que um lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade dos tributos diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável. Os tributos sobre o lucro e outros tributos são apurados e registrados com base na interpretação da legislação por parte da administração. **3.3. Consideração sobre principal e agente na análise de contratos com clientes:** A administração da Companhia, à luz do Pronunciamento Técnico CPC 47/IFRS 15, suportada pelo entendimento de seus assessores, realiza uma avaliação contínua das atividades e dos contratos com seus clientes de forma a determinar se atua como principal ou agente nos respectivos contratos. A administração entende que a Companhia atua como principal nas atividades de revenda de bens e prestação de serviços, quando ocorrem os seguintes fatos: i) É a responsável primária pelo cumprimento do compromisso de fornecer os bens e serviços; ii) Incorre em riscos na gestão e manutenção de estoque antes que os bens sejam transferidos aos clientes; iii) Incorre em riscos de crédito e na gestão de fluxos de caixa ao adquirir os bens antes mesmo de realizar a revenda aos seus clientes; e iv) Tem poder para determinação do preço dos bens que comercializa. **3.4. Contraprestações a pagar:** A contraprestação a pagar decorrente da aquisição do Grupo M4U (que era formado pelas empresas Multidisplay e M4P na data da aquisição) é mensurada a valor justo com base no valor mais provável a ser pago pela Companhia, a depender do atingimento de metas anuais de crescimento e financeiras do Grupo M4U apurados até 31 de dezembro de 2023. O valor justo é mensurado aplicando-se a abordagem da receita e está classificado como de nível 3 na hierarquia do valor justo. As estimativas de valor justo assumiram, como base, metas de crescimento de receita e *EBITDA* de 2021 a 2023 que melhor refletem os julgamentos e expectativas da administração da Companhia. Esse cálculo do valor justo considerou as probabilidades de que diferentes cenários de crescimento ocorram, e foram descontados a uma taxa de desconto que melhor reflete os riscos dos ativos na visão da Companhia. Maiores detalhes sobre o saldo da contraprestação a pagar estão divulgados na Nota 19. Os valores das contraprestações a pagar decorrentes das aquisições da 7AZ e Wave Tech, referentes à obrigação pela opção de venda detida pelos acionistas não controladores da 7AZ e Wave Tech, foram mensurados pelo valor presente do preço de exercício futuro da opção, com base na receita líquida, no *EBITDA*, no *CAPEX* e no endividamento líquido da 7AZ e Wave Tech estimados para 2026 (7AZ) e 2028 (Wave Tech). Essas contraprestações contingentes estão classificadas como de nível 3 na hierarquia do valor justo. **31. Eventos Subsequentes:** Em 20 de março de 2025, a Companhia, via Fato Relevante, informou a seus acionistas e ao mercado em geral, que o seu Conselho de Administração aprovou a potencial distribuição de proventos de R$ 200.000, de acordo com os seguintes critérios: (i) proposta de destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024 ("Proposta"), a ser aprovada na Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada no dia 24 de abril de 2025, a qual prevê o pagamento de dividendos complementares no valor total de R$ 58.494 ("Dividendos Complementares 2024"); e (ii) a Política de Dividendos da Companhia para o Exercício Social 2025, a qual estabelece as diretrizes para a distribuição de até 100% do lucro líquido auferido no exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2025, a critério da Administração ("Exercício Social 2025"), podendo inclusive utilizar o saldo e reservas de lucros da Companhia, sendo essa distribuição condicionada à observância das necessidades de caixa da Companhia e à manutenção de uma situação econômica que viabilize a medida sem comprometer sua sustentabilidade financeira e operacional ("Política de Dividendos 2025"). Não há qualquer impacto em saldos contábeis nas demonstrações contábeis de 2024 em razão deste assunto. Para mais informações, favor consultar o Fato Relevante divulgado pela Companhia nesta data.

DIRETORIA

Pedro Santos Ripper - Diretor Presidente

André Pinheiro Veloso - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

João Pero de Souza Stricker - Diretor sem designação específica

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Lars Rahbaek Boilensen - Presidente do Conselho de Administração

Pedro Santos Ripper - Conselheiro

Fiamma Zarife - Conselheira Independente

Francisco Tosta Valim Filho - Conselheiro Independente

Roberto Rittes de Oliveira Silva - Conselheiro Independente

CONTADOR

Flavio Gonçalves Rito Coelho - RJ-116411/O-1

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros efetivos do Conselho Fiscal da Companhia, nos limites da sua competência, examinaram: (i) o Relatório Anual da Administração, as contas da Diretoria, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social findo em 31.12.2024, emitido sem ressalvas; e (ii) a proposta de destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, a ser submetida à assembleia geral; e, com base na análise dos documentos disponibilizados, verificaram que os documentos estão em conformidade com os requisitos legais previstos na Lei nº 6.404/76, e na regulamentação vigente, tendo opinado favoravelmente à aprovação das referidas matérias, pelos acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 24 de abril de 2025.

Rio de Janeiro, 20 de março de 2025

Marco Norci Schroeder - Membro do Conselho Fiscal

Luis Carlos Teixeira - Membro do Conselho Fiscal

David Tavares Neves Nunes - Membro do Conselho Fiscal

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações contábeis completas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis completas estão disponíveis eletronicamente no endereço https://ri.bemobi.com.br/informacoes-financeiras/resultados-trimestrais/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações contábeis foi emitido em 20 de março de 2025, sem modificações.

Assine o jornal **Monitor Mercantil**
(21) 3849-6444